



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 141

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 15 de junho de 2016

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos (substituídos no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva e pelo Deputado Cláudio Almeida)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 17 minutos.

A sessão iniciou-se com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados diversos votos.

- [Voto de Saudação pelos 75 anos da Base Aérea n.º 4 – Lajes – Ilha Terceira](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Berto Messias (*PS*), usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Paulo Ribeiro (*PSD*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetido à votação o voto em apreço foi aprovado por maioria.

- [Voto de Congratulação pelo 75.º Aniversário da Base Aérea n.º 4](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura feita pelo Sr. Deputado Paulo Ribeiro (*PSD*), o voto foi aprovado novamente por maioria.

- [Voto de Congratulação pelos 50 anos do Futebol Clube Urzelinense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após a sua apresentação, feita pela Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*).

- [Voto de Congratulação pelas Bodas de Ouro do Futebol Clube Urzelinense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, o qual foi novamente aprovado por unanimidade, após a sua leitura feita pelo Sr. Deputado André Rodrigues (*PS*).

- [Voto de Congratulação pelos 50 anos do Futebol Clube Urzelinense](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), aprovado também por unanimidade, aquando da votação.

- [Voto de Congratulação “aos jovens açorianos que participaram no Campeonato Nacional das Profissões e que viram assim reconhecido o mérito de um trabalho de excelência, levando mais longe o nome dos Açores”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Graça Silva (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*). Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelo septuagésimo quinto aniversário da rádio pública nos Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado André Bradford (*PS*), passando-se posteriormente à votação, tendo merecido o voto a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos 75 anos da rádio pública nos Açores](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, aprovado novamente por unanimidade, após a sua apresentação feita pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

- **Voto de Congratulação ao Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas pela obtenção do Prémio FAD de Arquitetura 2016,**

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela conquista dos lugares cimeiros no concurso nacional de manobras pelos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande,**

apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pela Sra. Deputada Marta Couto (*PS*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela vitória no Concurso Nacional de Manobras – femininos, classe A,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*).

- **Voto de Congratulação pela conquista do prémio de Bombeiro Mérito de 2015, pelo Chefe Raulino Ventura, da Associação Humanitários dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande,** apresentado pelo Grupo

Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto feita pela Sra. Deputada Marta Couto (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), registando-se a aprovação por unanimidade, aquando da votação, pelo plenário.

- **Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário do Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do

PSD.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, após a leitura feita pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*) e depois de ter proferido uma intervenção o Sr. Deputado Domingos Cunha (*PS*).

- **Voto de Saudação ao Futebol Clube da Calheta pela conquista do título de Campeão Regional de voleibol em juvenis masculinos**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS-PP*), usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Paula Bettencourt (*PS*) e o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*).

- **Voto de Congratulação pela conquista do título de Campeã Nacional no Concurso Young Bussiness Talents da equipa CHEERLEADERS da Escola Básica Integrada de Santa Maria, bem como pelo 3.º lugar obtido pela mesma equipa na fase final do mesmo concurso**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mais precisamente pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*).

Aquando da votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela obtenção do primeiro lugar alcançado pela equipa Cheerleaders na Final Nacional do concurso Young Business Talents e pelo honroso terceiro lugar na Final Internacional**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Paulo Parece (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação pela conquista das Medalhas de Ouro por parte dos atletas Liliana Sousa e Rui Tavares, conquistadas no Campeonato Nacional de Atletismo Adaptado**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após a sua apresentação, feita pela Sra. Deputada Bárbara Chaves (*PS*).

- **Voto de Congratulação à Liliana Sousa e ao Rui Tavares, Campeões Nacionais de Atletismo ANDDI nas modalidades de Triatlo, Lançamento de Peso, Lançamento de Dardo e 1500 metros Marcha**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado Paulo Parece (*PSD*).

O voto mencionado foi aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelos resultados alcançados pelos atletas Ana Margarida Filipe, Maria Inês Cota Sousa, Carlos Manuel Cota Lima e Ana Sofia Carvalho, no Campeonato do Mundo e no Campeonato da Europa de Atletismo Adaptado](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Sobre este voto usaram da palavra os Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*), para fazer a apresentação do mesmo, e Cláudio Almeida (*PSD*). Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Saudação pela Vitória de Ricardo Moura no Azores Airlines Rali, prova do Campeonato Europeu de Rallies](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, após a leitura em plenário feita pelo Sr. Deputado José San-Bento (*PS*).

- [Voto de Congratulação a Ricardo Moura, vencedor do Azores Airlines Rally – Prova do ERC](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*), e novamente aprovado por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pelo primeiro lugar alcançado pela equipa Açoriana ENTA SAT2 da Escola de Novas Tecnologias das Acores, na fase Nacional do CanSat 2016](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado José Contente (*PS*), seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pela Vitória de João Miguel Fonseca e Sousa nas Olimpíadas Portuguesas de Biologia](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sobre este voto usaram da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*), que fez a respetiva apresentação, e a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*). Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

- [Voto de Congratulação pela conquista do Prémio Jornalismo 2015, Categoria Imprensa, pela jornalista Sara Sá](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade, tendo usado da palavra sobre o mesmo a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado (*PS*), a quem coube a leitura do voto, e o Sr. Deputado José Andrade (*PSD*).

De seguida entrou-se na **Agenda da Reunião**, onde foram debatidas e votadas as seguintes iniciativas legislativas:

- [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 61/X – “Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio, Regulamento de Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e Ensinos Básico e Secundário na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP;

Participaram no debate os(as) Srs.(as) Deputados(as) Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Meneses (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Ana Espínola (*CDS-PP*), Cláudia Cardoso (*PS*), bem como o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Usaram da palavra para protesto a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*) e o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), e para um contraprotesto o Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Para defesa da honra usou da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*). Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Nuno Meneses (*PS*) e Joaquim Machado (*PSD*).

- [Projeto de Resolução n.º 159/X – “Pagamento Único aos Produtores Açorianos de Leite”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP;

Apresentado o diploma pela Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), seguiu-se o debate com a participação dos Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo

Estêvão (*PPM*), Francisco César (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Renato Cordeiro (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*) e da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Participaram ainda no debate a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*) e o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Neto Viveiros*).

Por proposta do Grupo Parlamentar do CDS-PP foi apresentado um requerimento de baixa à Comissão, tendo sido o mesmo justificado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*) e aprovado por unanimidade por parte da câmara.

Eram 19 horas e 26 minutos.

Presidente: Bom dia a todos. Vamos começar pela chamada.

Eram 10 horas e 17 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz da **Costa**

Nuno Miguel Aguiar de **Meneses**

Paula Alexandra Pires Silveiro **Bettencourt**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata Correia **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**

Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Joaquim Ferreira Machado

José Maria de Medeiros Andrade

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria Judite Gomes Parreira

Paulo Henrique Parece Baptista

Paulo Jorge da Silva Ribeiro

Renato Jonas de Sousa Linhares Cordeiro

Valdemiro Adolfo dos Santos Vasconcelos

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

Maria da Graça Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 56 Sras. e Srs. Deputados, significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de trabalhos está reservada ao PTAP. Vamos começar com os votos, como é habitual e hoje são muitos.

Começamos por um Voto de Saudação referente aos 75 anos da Base Aérea n.º 4 das Lajes, na Ilha Terceira. É apresentado pelo Partido Socialista e para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Membro do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

75 ANOS BASE AÉREA Nº4 – LAJES – ILHA TERCEIRA

A 12 de junho de 1941 uma esquadrilha expedicionária da Força Aérea desembarcou na Ilha Terceira para iniciar a construção de um aeroporto na Vila das Lajes, na Praia da Vitória.

Começava assim a construção de uma pista de terra batida, sob a orientação do General Francisco Santos Costa, que incumbe o então Major Humberto Delgado do acompanhamento do projeto.

Dois anos mais tarde, em 1943, é assinado o Acordo dos Açores, entre Portugal e o Reino Unido. A Royal Air Force passa a designar o campo das Lajes como RAF Station Lajes.

Em 1944, as primeiras forças militares norte-americanas desembarcam na Ilha Terceira. Cerca de 530 técnicos envolvem-se nos trabalhos de terraplanagem e são os responsáveis pela atual configuração do aeroporto das Lajes, com cinco pistas, a mais extensa com cerca de 4000 metros.

Em 1946 os Estados Unidos da América e o Reino Unido transferem o controlo das Lajes para Portugal, sendo esta Base renomeada como Base Aérea n.º 4, até então localizada no aeródromo de Santana, em São Miguel.

Passam assim, 75 anos, de uma presença militar portuguesa importante para a nossa Região.

Uma importância evidente pela parceria de longa data com o Estado Norte-americano, que permite a sua presença nas Lajes, desde a formalização do primeiro acordo em 1951, elemento fundamental e mais relevante nas relações bilaterais entre Portugal e os Estados Unidos, e que confere maior dimensão Atlântica e Geopolítica ao nosso País.

Importância pelo serviço que as forças portuguesas estacionadas naquela base prestam aos açorianos, no apoio ao tráfego aéreo e no auxílio à população do arquipélago, em situações de emergência, em necessidades de evacuações médicas e no apoio a todo o tipo de catástrofes naturais.

É assim, fundamental que, no momento em que se assinalam os 75 anos da existência desta Base, se reafirme a sua importância para os Açores e para os Açorianos, sendo importante salvaguardar todos os esforços para garantir os meios necessários para prestar o serviço de apoio às nossas populações.

Da mesma forma que é fundamental referir que a coabitação entre as entidades militares e a sociedade civil deve reger-se por princípios de diálogo, parceria e concertação, garantindo sempre que a presença militar continua a ser um fator positivo para a sociedade terceirense e açoriana, e nunca um elemento bloqueador de desenvolvimento económico e social.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe um Voto de Saudação pelos 75 anos da Base Aérea n.º 4 e pelos serviços prestados à nossa população, à nossa Região e ao País, durante esse período.

Do referido voto deverá ser dado conhecimento ao Comando da Zona Aérea dos Açores e ao Comando da Base Aérea n.º 4.

Disse.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: Berto Messias, Domingos Cunha, Miguel Costa, Cláudia Cardoso e António Toste

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar... Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Trouxe o Partido Socialista este voto aqui e é uma data de comemorar.

De facto, a Força Aérea Portuguesa tem prestado um bom serviço às populações dos Açores e sobretudo na questão das evacuações médicas e na busca e salvamento no Atlântico.

Agora não podemos também deixar de dizer que as dificuldades que têm havido e que têm sido criadas recentemente (e eu não posso deixar que isso seja branqueado de algum modo), as dificuldades que têm sido impostas pelo Comando da Base Aérea das Lajes à operação civil na Base das Lajes não melhoram e continua a existir um policiamento excessivo da Força Aérea Portuguesa em relação à operação civil na Base das Lajes.

Isso não é admissível, não podemos branquear. Trago mais uma vez aqui e denunciarei isto até ter forças para denunciar.

As questões são todos os dias e não me venham dizer que melhoraram, porque recentemente (há outra) as escalas técnicas continuam a ter dificuldades. É sempre preciso um milhão de pedidos para que um avião civil possa operar na Base das Lajes. São sempre criadas dificuldades às companhias civis e isso não abona nada em quer trazer *low cost* para a Terceira.

É claro que quem não tem garantias numa operação civil fluída não vai com certeza ter garantias de aumento da operação civil nas Lajes.

Portanto, quero também deixar claro que há aqui uma estratégia, para que não opere aviões de longo curso na Base das Lajes, relativamente aos bombeiros e é preciso saber quem é o responsável por isso.

Os aviões de longo curso, parece que novamente desceram de categoria os bombeiros, não vão operar na Base das Lajes. Há algumas situações que ainda não estão resolvidas e alertadas há muito tempo e ninguém as resolve.

Portanto, não podemos deixar, na primeira Casa da Autonomia, de lembrar ao Sr. Comandante da Base Aérea das Lajes que a sua função é zelar pela segurança, mas não é impor ditaduras dentro e andar a dizer que quem põe um pé no lado de fora (ou dizer) da aerogare civil, que aquilo é tudo militar, e andar constantemente a passar revistas aos aviões, a montar um carro com segurança no lado de fora de um avião civil.

Portanto, isto não é admissível e isto o Governo Regional ainda não tomou nenhuma medida ou não se pode pronunciar sobre essa maneira e não vou entrar por aí.

O que é certo é que até hoje não ouvimos uma posição firme contra esse tipo de atitudes ditatoriais que não são aceitáveis, porque a Força Aérea deve integrar-se no meio onde está, zelando com certeza pela segurança, mas sendo um parceiro da sociedade civil e não, digamos assim, contra a sociedade civil e contra o desenvolvimento da Ilha Terceira, se não vamos por muito mau caminho e isso o CDS não vai permitir.

Vai denunciar todos os dias, mesmo que seja num voto e reconhecendo o meritório trabalho que a Força Aérea fez, como já referi, relativamente às evacuações médicas e às evacuações sanitárias no Atlântico Norte. Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A minha intervenção é necessariamente muito breve. É para realizar uma intervenção com o mesmo âmbito da intervenção que o Sr. Deputado Artur Lima acabou de realizar.

É evidente que reconhecemos os méritos que aqui estão descritos no voto, mas na presente situação não podemos deixar também de referenciar que a presença militar na Base das Lajes não pode constituir um travão ao desenvolvimento económico da Ilha Terceira, nomeadamente em relação às potencialidades de utilização civil do aeroporto.

Eu não posso deixar de dizer isto. Não ficaria bem com a minha consciência se não fizesse aqui esta referência.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária e Srs. Secretários:

O Partido Social Democrata obviamente irá votar favoravelmente este voto, até porque tem um voto de idêntico teor para apresentar.

Contudo, estranha que no voto apresentado agora pelo Partido Socialista se tenha branqueado o facto de, praticamente desde que o Partido Socialista tomou o poder a nível nacional, as escalas técnicas na Ilha Terceira tenham sido praticamente reduzidas a zero, como foi noticiado ainda ontem num jornal da Ilha Terceira.

E mais estranho ainda é que ao longo dos últimos quatro anos o Partido Socialista nos Açores demonizou o Governo da República do PSD por atrapalhar tudo quanto se fazia na Base das Lajes em relação a escalas técnicas e toda a utilização civil.

Passado este tempo, o Partido Socialista esqueceu-se das Lajes,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: ... esqueceu-se de que a República é responsável por tudo o quanto se tem passado nas Lajes. E já passou tempo mais do que suficiente para que este problema seja resolvido.

Aqui, ainda em fevereiro, o Sr. Secretário Regional do Turismo e Transportes disse que tudo iria ser resolvido, mas pelos vistos tudo só é resolvido para campanha, para depois das eleições e os terceirenses, os lajenses e os açorianos continuam à espera de soluções concretas para que a Terceira e os Açores se desenvolvam no caminho certo.

Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta que estamos a falar de um Voto de Saudação que assinala uma data muito relevante, eu não vou fazer aquilo que acabou de fazer o PSD, de não só desmerecer...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... o voto, desmerecer a figura regimental...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... e insistir no costume do PSD, de tudo arranjar para criticar, para falar mal do Partido Socialista, do Governo dos Açores e do PS.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Foi um voto ao sabor da República! Queremos o melhor para as Lajes, coisa que os senhores não querem saber!

O Orador: Até porque, não percebo de todo qual é a relação que existe entre as escalas técnicas que existem ou não existem com o Governo que está em funções no nosso país.

Portanto, não percebo minimamente qual é a relação que existe entre uma coisa e outra coisa, mas registo também que, se registo com desagrado a forma como o PSD aborda esta questão (enfim, já faz parte do ADN do atual PSD/Açores), registo as palavras do Sr. Deputado Artur Lima que na nossa perspetiva são corretas, manifestam uma preocupação importante e que eu aliás referi no voto que apresentei, que é o facto de a coabitação que existe entre as forças militares na Base Aérea n.º 4 e a sociedade civil terceirense tem decorrido da melhor forma ao longo destes anos, mas é fundamental também reafirmar que a presença militar é importante,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado falou com o Presidente da Câmara da Praia? Acho que não falou!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já não se falam!

O Orador: ... o serviço que é prestado à população açoriana é importante, o apoio que é dado por aquela Base ao tráfego aéreo é fundamental, mas todos devemos esforçar-nos para que seja um fator positivo e continue a ser um fator positivo a presença militar naquela base e nunca seja um fator bloqueador de desenvolvimento económico e social...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E a última entrevista do Presidente Roberto Monteiro?

O Orador: ... como por vezes algum excesso de zelo, em determinadas matérias, tem acontecido na gestão da pista das Lajes.

Portanto, o Partido Socialista aqui continuará a trabalhar para arranjar soluções e não uma postura de maledicência barata como aquela que acabámos de assistir por parte do PSD-Açores.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Diga isso aos terceirenses!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diga isso ao Presidente da Câmara da Praia!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sr. Secretário:

A Representação Parlamentar do PCP irá associar-se a este voto apresentado pelo Partido Socialista. Estamos a assinalar o 75.º aniversário da Base Aérea n.º 4, nas Lajes. Portanto, não poderíamos deixar de o fazer.

Relativamente a outras questões marginais, lembrar o seguinte:

Esta câmara aprovou já durante esta legislatura, na vigência do anterior Governo da República e do atual Governo da República, um Projeto de Resolução, uma iniciativa própria da nossa Assembleia, no sentido de recomendar ao Governo da República para resolver os constrangimentos que têm afetado o bom funcionamento da Base Aérea n.º 4 e da operação civil na Base Aérea n.º 4.

Portanto, parece-me que não nos devemos esquecer disso. Que esta câmara já tomou posição sobre o assunto e que não é através de figuras regimentais como o voto...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... que se vem com questões que sendo importantes acabam por perturbar e manchar uma data que estamos a assinalar e que julgo que todos concordaremos da importância da Base das Lajes na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições? Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Voto de Saudação apresentado pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 19 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se também aos 75 Anos da Base Aérea n.º 4. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

75 anos da Base Aérea n.º 4

Foi há 90 anos, em 1926, que a então denominada Aviação Portuguesa efetuou a primeira ligação aérea LISBOA-AÇORES realizada num hidroavião FOKKER, oferecido a Portugal por Açorianos residentes na América do Norte.

Dois anos depois, é feito um estudo que visava a possibilidade de instalar um aeroporto numa das Ilhas dos Açores, concluindo-se que essa pista deveria ser construída na Achada, zona planáltica entre a cidade de Angra do Heroísmo e as Lajes, na Ilha Terceira. Tendo-se ali inaugurado um aeródromo a 4 de outubro de 1930.

Considerando as condições meteorológicas na Achada, quatro anos mais tarde, em 1934, o Serviço de Engenharia Militar inicia a construção de uma pista de terra compactada na planície das Lajes cuja responsabilidade de acompanhamento é entregue ao então major Humberto Delgado e em 1941,

face à evolução da II Guerra Mundial, o Governo Português destaca para as Lajes um Corpo Expedicionário, entre o qual se conta um Esquadrilha de Caça equipadas com aviões *Gladiator*.

É assim criada a Base das Lajes. Completam-se agora 75 anos.

A sua história é conhecida e a importância da sua localização geográfica cedo é reconhecida pelas principais potências internacionais.

A 8 de outubro de 1943, após acordo assinado invocando a velha aliança existente entre Portugal e a Inglaterra, o Grupo-247 das Forças Inglesas chega à Terceira, aqui permanecendo até junho de 1946. De entre os melhoramentos e construções efetuadas destaca-se o revestimento da pista, construída pelos portugueses, com placas metálicas. Trinta dias após o desembarque inicial das Forças inglesas era afundado o primeiro submarino alemão.

Em fevereiro de 1944 é a vez dos Estados Unidos ali se instalarem com destacamentos da Força Aérea, da Marinha e do Exército. Em princípios de 1945, os EUA transferem o Destacamento para a Ilha de Santa Maria onde constroem o Aeroporto a partir do qual operam, enquanto os ingleses se mantêm nas Lajes.

A 3 junho de 1946, após o final da guerra, termina a cedência da Base Aérea das Lajes à Grã-Bretanha. A Bandeira Britânica é arriada, içando-se a Bandeira Portuguesa na presença de representantes dos governos Português e Britânico.

Nesse mesmo ano, com a saída dos britânicos, um destacamento das Forças dos EUA transfere-se definitivamente para a Base Aérea n.º 4.

A partir daí o aeródromo passa por uma série de melhoramentos, a estrutura da Base é reorganizada e assiste-se a um aumento considerável do movimento de aeronaves.

Em 1978 a BA4 é integrada no Comando Aéreo dos Açores, sendo-lhe atribuída uma missão que engloba a Busca e Salvamento, o Transporte Tático e o Patrulhamento Marítimo na área da Região, atividades que continuam hoje como parte integrante da sua missão.

Vivíamos os alvares da Autonomia e grande parte das nove ilhas açorianas ainda não dispunham de aeroporto.

À Força Aérea Portuguesa coube a missão de apoio às populações e autoridades civis locais, nomeadamente através das evacuações sanitárias e do transporte inter-ilhas ou no apoio à instalação de equipamentos em diversas estruturas públicas e privadas nos Açores.

Exemplo da missão da BA4 foi o apoio dado à evacuação de pessoas aquando do sismo de 1 de janeiro de 1980 na Terceira, São Jorge e Graciosa ou da tragédia da Ribeira Quente, na ilha de São Miguel, em 1997.

Aliás, relativamente ao sismo de 80, a missão da BA4 não se esgotou no apoio aéreo. Importante contributo foi dado pela Rádio Lajes que, em permanência, durante vários dias, foi dando resposta aos apelos de todos quantos pretendiam saber notícias dos seus familiares e amigos e que de outra forma não havia como contactá-los.

Nos dias de hoje, a partir da Base Aérea n.º 4, a Força Aérea Portuguesa mantém a sua missão de busca e salvamento às embarcações que cruzam o Atlântico Norte ou aqui desenvolvem a sua atividade, procede ainda ao transporte de doentes, ao patrulhamento da zona económica exclusiva e ao auxílio às populações sempre que para tal for solicitada.

Infelizmente, nos últimos anos, as transformações levadas a efeito na Base das Lajes, particularmente ao nível do destacamento norte-americano, provocaram um abalo económico e social na ilha Terceira que, esperamos, possa vir a ser ultrapassado o mais rapidamente possível.

Contudo, apesar das incertezas provocadas por este passado recente, os 75 anos de história e de sã convivência mutuas que agora se comemoram não deverão ser apagados ou esquecidos.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a

aprovação de um voto de congratulação pelos 75 anos da presença da Base Aérea n.º 4 na ilha Terceira.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento ao Comando da Base Aérea n.º 4.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Bruno Belo, Luís Garcia, Paulo Ribeiro e Judite Parreira

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação do Voto de Congratulação apresentado pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do PCP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PPM.

Presidente: O próximo de Voto de Congratulação refere-se aos 50 anos do Futebol Clube Urzelinense. É apresentado pelo CDS e tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

50 anos do Futebol Clube Urzelinense

No passado mês de abril, o Futebol Clube Urzelinense, com sede no Concelho das Velas, ilha de São Jorge, celebrou 50 anos de existência.

O Futebol Clube Urzelinense é uma associação desportiva da ilha de São Jorge que foi fundada a 29 de abril de 1966 por Dr. Duarte Sá, Domingos Sousa Luís, António Brasil e Alfredo Amaral.

O clube da freguesia da Urzelina conta com 182 sócios e tem desenvolvido uma ação meritória no sentido de expandir a prática desportiva em prol dos associados e da comunidade em geral.

Conta com 90 atletas federados repartidos por quatro escalões: Escolinhas, Infantis, Juvenis e Seniores.

Ao longo da sua existência arrecadou vários troféus no âmbito das provas federativas em que participa, destacando-se dois campeonatos de ilha no escalão sénior, só nos últimos anos; nos escalões de Juvenis e Infantis sagrou-se campeão de ilha, nesta época 2015/2016.

No escalão de Infantis já foi campeão por quatro ocasiões, tendo ainda arrecadado várias taças: Taça de Ilha e Taça Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

O Futebol Clube Urzelinense é o único clube da ilha de São Jorge que nunca teve uma sede própria, utilizando para o efeito a Sociedade União Urzelinense.

É reconhecida a importância que estas coletividades têm, promovendo a prática da atividade desportiva, a salutar convivência e a fundamental formação das nossas crianças e jovens.

Pelas participações em provas federadas e com os títulos que conquistam, estas coletividades são também um importante veículo de promoção e visibilidade no exterior das localidades onde estão inseridas, merecendo o devido

reconhecimento pelo trabalho que desenvolvem e, sobretudo, pela entrega e dedicação com que os órgãos sociais destas coletividades, dirigentes, técnicos atletas, sócios e adeptos colocam, prescindindo do seu tempo pessoal e familiar para, de corpo e alma, assegurarem a continuidade desta missão de formar atletas e Homens.

Nas festividades em honra do padroeiro do Município das Velas, no passado dia 23 de abril, foi entregue a este clube, bem como ao Futebol Clube Marítimo Velense e ao Grupo Desportivo Velense, medalhas de prata do Município reconhecendo a importância e trabalho desenvolvido por estas instituições em prol do desenvolvimento do desporto na Ilha de S. Jorge, tendo esta Assembleia Legislativa determinado a imposição da Insígnia Autónoma de Mérito Cívico ao Futebol Clube Urzelinense, no passado dia 16 de maio, por ocasião das comemorações do Dia da Região.

Assim ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela celebração dos 50 anos de existência do Futebol Clube Urzelinense, no passado dia 29 de abril de 2016.

Esta congratulação é extensiva aos seus órgãos sociais, dirigentes, atletas, sócios e adeptos que, ao longo destes anos contribuíram para o desenvolvimento desportivo da Ilha de S. Jorge.

Do presente Voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Futebol Clube Urzelinense, à Junta e Assembleia de Freguesia da Urzelina, à Câmara e Assembleia Municipal das Velas e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Os Deputados: Ana Espínola, Artur Lima e Graça Silveira

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação também se refere às Bodas de Ouro do Futebol Clube Urzelinense. É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado André Rodrigues.

Deputado André Rodrigues (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Bodas de Ouro do Futebol Clube Urzelinense

O Futebol Clube Urzelinense, fundado pelo Dr. Duarte Sá, Domingos Sousa Luís, António Brasil e Alfredo Amaral, celebrou no passado dia a 29 de abril, 50 anos de vida dedicados ao serviço do desporto e da comunidade Jorgense.

Com estatutos elaborados a 7 de novembro de 1986, filiado desde 27 de novembro de 1986 na Associação de Futebol de Angra de Heroísmo, e com estatuto de Instituição de Utilidade Pública conferido pelo Despacho n.º 1149/2004 de 28 de dezembro de 2004, pelo Presidente do Governo Regional, Carlos Manuel Martins do Vale César, o Futebol Clube Urzelinense, tem promovido o interesse público através da valorização da qualidade do serviço

prestado, e tem contribuído para o enriquecimento desportivo, cultural e recreativo da Região Autónoma dos Açores, e em particular da Ilha de São Jorge.

O Futebol Clube Urzelinense, conta com 182 sócios e com 90 atletas federados, repartidos pelos escalões de Escolinhas, Infantis, Juvenis e Seniores, tendo conquistado na última época, 2015/2016, os títulos de campeão no escalão de Infantis e de Juvenis. Conquistou várias Taças e dois Campeonatos no Escalão Sénior nos últimos anos.

No presente ano, recebeu do Município de Velas a medalha de Prata do Município e foi reconhecido pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores com a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista deseja que a atual direção, dirigentes, técnicos, atletas, sócios e simpatizantes do Clube se sintam sempre motivados pelo passado do seu clube, e que encontrem sempre a força para continuarem este legado no desenvolvimento desportivo e cultural da Ilha de São Jorge.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário do dia 15 de junho de 2016, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Futebol Clube Urzelinense ter celebrado as suas bodas de ouro no dia 29 de abril de 2016.

Esta congratulação é extensiva a todos os atletas, técnicos, dirigentes e sócios que ao longo destes últimos 50 anos dedicaram o seu tempo, o seu trabalho e empenho em prol da sua coletividade, mas acima de tudo em prol do desenvolvimento desportivo e cultural da Ilha de São Jorge.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao Clube e à Associação de Futebol de Angra do Heroísmo.

Horta, 15 de junho de 2016.

Os Deputados: André Rodrigues, Berto Messias, Paula Bettencourt e Miguel Costa

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é também referente aos 50 anos do Futebol Clube Urzelinense. É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Pedroso.

Deputado António Pedroso (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

50 Anos do Futebol Clube Urzelinense

O Futebol Clube Urzelinense comemorou a 27 de abril deste ano as Bodas de Ouro, pelos seus cinquenta anos de existência.

Numa época em que as coletividades eram a forma mais saudável de convívio, este Clube foi criado por um grupo de jovens entusiastas do desporto, residentes na freguesia da Urzelina dos quais recordamos alguns nomes:

Domingos Sousa Luís.

Alfredo da Silva Amaral

António Brasil

Fernando António Soares

Dr. Duarte Sá

Durante este meio século de existência o Futebol Clube Urzelinense, atualmente com 182 sócios, realizou diversas provas oficiais na região, tendo obtido vários primeiros e segundos lugares. Além da equipa de futebol sénior, o Clube tem mantido uma equipa de iniciados e juniores e escolinhas contado atualmente com um total de cerca de setenta e seis atletas.

Foram campeões de S. Jorge, Séniores nas épocas 2004/2005 e 2007/2008;

Infantis na época de 2005/2006, 2011/2012 e 2015/2016;

Juvenis, época de 2015/2016.

Esta coletividade além de sua atividade essencialmente desportiva também muito contribuiu para o dinamismo cultural da freguesia da Urzelina, com organizações de eventos recreativos, num esforço dos seus sócios e dirigentes que com dedicação ao desporto contribuem gratuitamente sempre que necessário para a elevação do Clube e dos seus atletas.

Há cinquenta anos que o Futebol Clube Urzelinense vem representando um papel de grande relevo na formação desportiva e cívica dos jovens jorgenses, proporcionando-lhes uma sã ocupação dos tempos livres e oferecendo à sociedade momentos de convívio inesquecíveis.

Assim ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período de 15 de junho de 2016, a aprovação de um Voto de Saudação pelo aniversário de 50 anos do Futebol Clube Urzelinense reconhecendo o seu papel preponderante no desenvolvimento da cultura e do desporto na ilha de S. Jorge e desejando que continue o excelente trabalho que vem realizando.

Do presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento à Direção do Futebol Clube Urzelinense e demais Órgãos Sociais do Clube, atletas, e sócios.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados, António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, António Pedroso, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PS e refere-se à conquista de 14 medalhas no Campeonato Nacional das Profissões por jovens açorianos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Jovens açorianos conquistaram 14 medalhas no Campeonato Nacional das Profissões

O Campeonato Nacional das Profissões, organizado pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), realizou-se este ano na cidade de Coimbra, entre os dias 22 a 27 do passado mês de maio. Ao longo daqueles dias, cerca de

quatrocentos jovens altamente qualificados competiram entre si, em mais de cinquenta profissões.

São competições dirigidas a jovens entre os 17 e os 25 anos, que concluíram ou se encontram a frequentar um percurso de qualificação, em modalidades de educação e formação profissional, e visam demonstrar o nível individual de competências, rigor e domínio de técnicas e de ferramentas para o exercício de cada profissão a concurso, através da realização de provas práticas de desempenho avaliadas segundo critérios exigentes e de acordo com prescrições técnicas estabelecidas internacionalmente por júris compostos por peritos altamente qualificados.

O conceito remonta ao ano de 1950, quando se disputaram, em Madrid, os Campeonatos Internacionais das Profissionais entre Portugal e Espanha, no qual participaram 24 concorrentes, 12 de cada país, distribuídos por 12 profissões. Esta iniciativa conduziu, ainda na década de cinquenta, à criação de uma organização, atualmente designada por *WorldSkills Internacional*, assente em pressupostos de cooperação, partilha de boas práticas e promoção da importância das competências profissionais no desenvolvimento socioeconómico dos países.

No 42.º Campeonato, a Região Autónoma dos Açores participou com 14 jovens, de diversas escolas, que arrecadaram 8 medalhas de ouro, 3 de prata e três de bronze.

Os 8 jovens açorianos que se sagraram campeões nacionais, classificados com a medalha de ouro, foram Aida Vanessa Azevedo Tavares, em Contabilidade, da EPROSEC - Escola Profissional do Sindicato do Escritório e Comércio da Região Autónoma dos Açores; Nelson Ricardo Medeiros Furtado, em Desenho de Construção Civil - Auto-CAD, da Escola Profissional de Capelas; Rodrigo Bettencourt Lima Farias, em Eletricidade, da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores; Luís Tadeu Espínola Vieira, em Gestão de Redes Informáticas, da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores; Pedro

Miguel Medeiros Carreiro, em Gestão de Redes Informáticas, da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores; Mateus Félix Bettencourt, em Segurança e Higiene do Trabalho, da Escola Profissional de Capelas; Cláudia Sofia Pereira Matos, em Tecnologias de Informação, da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores; Filipe Melo Vasconcelos, em Web Design, da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores.

Os 3 que se sagraram vice-campeões, classificados com a medalha de prata, foram Carlos Miguel da Silva Fernandes, em Cozinha, da Escola Profissional da Praia da Vitória; Débora de Fátima Oliveira Aguiar, em Desenho de Construção Civil - Auto-CAD, da Escola Profissional de Capelas; Tiago Miguel Medina Paquete, em Receção Hoteleira, da EPROSEC - Escola Profissional do Sindicato do Escritório e Comércio da Região Autónoma dos Açores.

Os jovens João Carlos Miranda Farias, em Eletrónica Industrial, da ENTA – Escola de Novas Tecnologias dos Açores; Carolina Borges Janeiro, em Mesa e Bar, da Escola Profissional de Capelas e Mauro Rui Areias Luís, em Pastelaria, da Escola Profissional da Escola da Praia da Vitória, conquistaram a medalha de bronze.

Os 8 jovens açorianos que se sagraram campeões nacionais vão participar na 5.^a edição do Campeonato Europeu das Profissões, em representação de Portugal, que decorrerá em novembro e dezembro próximos, na Suécia, na cidade de Gotemburgo, que tem como objetivo o apuramento dos representantes europeus na 44.^a edição do Campeonato Mundial das Profissões, a ter lugar nos Emirados Árabes Unidos, em outubro de 2017.

Estes resultados são muito importantes para os jovens participantes, mas também para os Açores, porque evidenciam o esforço que a Região tem feito na qualificação dos jovens nas mais diversas áreas.

De referir que, entre o ano de 2007 e 2015, foram cerca de oito mil os jovens açorianos que frequentaram o Ensino Profissional, inseridos em mais de quatro centenas de cursos profissionais. No entanto, este não é um processo acabado,

como podemos concluir pelas recentes declarações do Senhor Presidente do Governo dos Açores, onde fica expresso que no próximo ano letivo vão entrar em funcionamento quarenta novos cursos de formação profissional, continuando a adaptar esta área de ensino às necessidades da Região e da Economia.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação aos jovens açorianos que participaram no Campeonato Nacional das Profissões e que viram assim reconhecido o mérito de um trabalho de excelência, levando mais longe o nome dos Açores.

Esta congratulação é extensiva a todas as escolas profissionais envolvidas.

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos jovens referenciados, às respetivas escolas profissionais e à Direção Regional do Emprego e Qualificação Profissional.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados Regionais: Graça Silva, Berto Messias, Miguel Costa e Renata Correia Botelho

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Os resultados obtidos por 14 jovens açorianos no Campeonato Nacional das Profissões naturalmente prestigiam a nossa Região Autónoma e particularmente os jovens que alcançaram estes resultados bem como os seus formadores e as escolas profissionais que frequentam.

Estes resultados, aliás, prosseguem uma tradição de formação profissional iniciada nos Açores ainda antes da institucionalização da Autonomia e que foi prosseguida, e bem, ao longo de todo este tempo, sobretudo como resposta às dinâmicas do mercado de emprego e também às diversidades de ofertas formativas que entretanto foram surgindo por toda a Região.

Trata-se, portanto, de uma aposta certa, que deve ser elogiada, sem esquecer o propósito dela mesmo ser melhorada e consolidada em ordem a uma maior qualificação e disponibilização de instrumentos de trabalho aos nossos jovens para a sua inserção no mercado de trabalho cada vez mais competitivo.

O sucesso destes jovens não deve, todavia, deixar de fora das nossas preocupações o domínio da empregabilidade, sobretudo da empregabilidade para jovens oriundos das ilhas mais pequenas, com um mercado de emprego mais vulnerável, onde dificilmente alguns deles terão oportunidade de desenvolver e de partilhar as competências que adquiriram ao longo da sua formação.

Estamos, todavia, convictos de que todos juntos poderemos dar efetivamente um contributo para que essa empregabilidade seja cada vez maior e deste modo possamos combater a elevada taxa de desemprego jovem que se regista na nossa Região.

Felicitemos os jovens premiados, as suas escolas e os seus formadores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Partido Socialista. Refere-se aos 75 anos da Rádio Pública nos Açores.

Para a sua apresentação tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

75 anos da Rádio Pública nos Açores

“Aqui Portugal, Ponta Delgada, Emissor Regional dos Açores da Emissora Nacional”. Foi a 28 de maio de 1941, a partir das instalações do então Emissor Regional dos Açores, que pela primeira vez se ouviu a voz que há 75 anos enforma o viver coletivo das nossas ilhas, ligando através das ondas hertzianas o que a nossa condição geográfica separou – na altura ainda não se ousava dizer “Aqui Açores”, mas seria precisamente no irmanar de todos os Açorianos em torno da ideia de Região que a RDP Açores se tornaria esteio essencial da Autonomia.

No âmbito do Plano de Radiodifusão Nacional, os Açores foram então, depois do Porto e de Coimbra, a terceira parcela do território nacional a dispor um emissor radiofónico dedicado, com sede na Avenida Gaspar Frutuoso, em edifício construído em terreno disponibilizado pelo então Presidente da Câmara de Ponta Delgada, Augusto Rebelo Arruda.

Iniciando a sua atividade com recurso a profissionais vindos do continente português e com uma programação essencialmente musical, a rádio pública nos Açores foi progressivamente alargando a sua capacidade de difusão geográfica e a amplitude dos seus conteúdos, passando a envolver, em meados da década de 40 do século passado, programas de autor da responsabilidade de diversas individualidades regionais e parcerias regulares com a imprensa escrita local.

Pela descoberta, inovação, e espanto, rapidamente captou a atenção dos Açorianos. Fidelizou ouvintes através de reportagens sobre grandes acontecimentos, como a visita do Presidente Óscar Carmona aos Açores, logo em 1941, ou reportagens de comemorações, palestras, conferências, concertos. Em 1943, transmitiu pela primeira vez as Festividades em honra do Senhor Santo Cristo dos Milagres, mas só deu início à transmissão regular de serviços noticiosos já próximo do final da década.

Foi necessária a Revolução de Abril de 1974, e o movimento democrático e autonómico a ela associado, para que a rádio pública nos Açores passasse a ser também a rádio pública dos Açores, através da regionalização da RDP – Açores. Contudo, só em 1982 seria publicada a orgânica do Centro Regional como representação descentralizada, com estruturas de decisão próprias e poderes para definir critérios de informação e programação, sem prejuízo de orientações gerais que ainda hoje vigoram na empresa.

Em 1996, o Centro Regional dos Açores expande a sua rede de microcoberturas em frequência modelada – FM. Dois anos mais tarde, a 7 de abril de 1998, a RDP passou a funcionar em novas instalações, construídas de raiz. Esta infraestrutura, que demorou cerca de três anos a ser construída, representou um investimento de cerca de 4,5 milhões de euros, sendo que um quarto deste montante destinou-se à aquisição de equipamento de alta tecnologia que permitiu as primeiras experiências digitais, garantindo maior qualidade de som e fiabilidade na emissão.

Com a reestruturação iniciada em 2004, a Radiodifusão Portuguesa (RDP) e Radiotelevisão Portuguesa (RTP) foram fundidas numa única empresa pública, prestadora do serviço público, que se passou a designar por Rádio e Televisão de Portugal.

É evidente e inegável a importância da rádio pública numa Região como a nossa, onde a distância e a dispersão, bem como a dimensão dos mercados, tornam especialmente relevante a possibilidade de dispensar uma lógica

puramente comercial na definição da rede, do investimento em recursos humanos e técnicos, e dos critérios editoriais, usufruindo, assim, de condições para continuar a ser, garantidamente, uma referência nos Açores.

Ao longo destas sete décadas e meia de existência, a RDP tem desempenhado um papel importante na coesão e no desenvolvimento regional, acompanhando os tempos, ajudando a divulgar as nossas tradições e fazendo ouvir os Açores que fomos e somos. Mesmo perante a concorrência da televisão, primeiro, e dos novos meios digitais, depois, capazes de acrescentar imagem e interatividade à magia instantânea da rádio, a “voz dos Açorianos” continua a representar um elo sólido e inquebrantável de união entre as várias sonoridades do nosso arquipélago.

Sendo altura de celebrar, esta é também, porém, altura de reafirmar a necessidade de a rádio pública nos Açores ser dotada das condições materiais, técnicas e humanas, necessária à prossecução eficaz da sua missão e que decorrem de compromissos várias vezes reiterados e várias vezes incumpridos pelas sucessivas administrações da RTP.

Assim, e nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação pelo septuagésimo quinto aniversário da rádio pública nos Açores.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do Centro Regional dos Açores da Rádio Televisão de Portugal, à Administração da RTP, ao Governo da República e aos vários grupos e representações parlamentares da Assembleia da República.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: Berto Messias, André Bradford, José San-Bento, Miguel Costa e Francisco César

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Também referente aos 75 anos da Rádio Pública dos Açores, para apresentação de um Voto de Congratulação pelo PSD, tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Pelos 75 anos da Rádio Pública dos Açores

“Aqui Portugal, Ponta Delgada, Emissor Regional dos Açores da Emissora Nacional”.

Assim se iniciou, há 75 anos, a primeira emissão da Rádio Pública dos Açores. Nesse dia 28 de maio de 1941 iniciava-se, também assim, o próprio serviço público de comunicação social que, desde sempre na Rádio – e mais tarde, simultaneamente, na Televisão –, reúne as nossas ilhas, traz o mundo aos Açores e projeta a Região para o exterior, do continente português à diáspora açoriana.

Foi pela Rádio – por esta rádio – que acompanhámos de perto o vulcão dos Capelinhos e o terramoto de Angra, a visita de Carmona e a deslocação do Papa, o 25 de Abril e o nascimento da Autonomia.

Da segunda guerra mundial ao limiar do terceiro milénio, o Emissor Regional dos Açores, depois RDP/Açores e agora Antena 1 Açores – primeiramente com o Clube Asas do Atlântico e o Rádio Clube de Angra, modernamente com quase duas dezenas de rádios locais – **foi e é** uma rádio **de e para** todas as ilhas. A Rádio em geral – a Rádio Pública em especial – fala por si. Dispensa os elogios que demonstra merecer.

Por isso cumpre ao Parlamento dos Açores assinalar e celebrar as “**bodas de diamante**” de uma “**rádio de ouro**” feita com “**prata da casa**”.

Fizemo-lo no Dia da Região Autónoma dos Açores com a entrega da Insígnia Autónómica de Mérito Cívico.

Fazemo-lo hoje com um Voto de Congratulação do tamanho de 75 anos, onde cabem todas as gerações de profissionais e colaboradores que desta forma evocamos na pessoa dos seus sucessivos responsáveis: os “intendentes” do Emissor Regional dos Açores Eduardo Abreu e Melo, Carlos Lima Araújo, Queiroz de Barros, Pinto Coelho e Rafael Cota; os diretores do Centro Regional dos Açores da RDP José Alberto Rolão Bernardo e Carlos Tavares; os diretores da Rádio e Televisão de Portugal nos Açores Pedro Bicudo, Maurício de Sousa, Maria do Carmo Figueiredo e, atualmente, Lorina Rolão Bernardo.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Congratulação pelos 75 anos da Rádio Pública dos Açores**, do qual deve ser dado conhecimento formal à Direção da RTP/Açores, bem como ao Conselho de Administração, ao Conselho Geral Independente e ao Conselho de Opinião da Rádio e Televisão de Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados Regionais: António Marinho, Luís Rendeiro, Luís Maurício, José Andrade, Bruno Belo e Luís Garcia

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se à obtenção do Prémio FAD de Arquitetura 2016, pelo Centro de Artes Contemporâneas Arquipélago. É apresentado pelo PS. Tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

**VOTO DE CONGRATUÇÃO AO
ARQUIPÉLAGO – CENTRO DE ARTES CONTEMPORÂNEAS,
PELA OBTENÇÃO DO PRÉMIO FAD DE ARQUITETURA 2016**

“A forma cuidada de utilizar e conjugar os materiais contribuiu para a subtil alquimia que faz desta casa das artes um local acolhedor”, afirmou o júri do Prémio FAD de Arquitetura, presidido por Moisés Gallego, na cerimónia que teve lugar em Barcelona, no passado dia 8 de junho. Mais disse que ali se constrói, assim, “um polo de criação e cultura, orientado para incentivar as residências artísticas nacionais e internacionais e a sua articulação com a comunidade”.

De entre mais de quatro centenas de candidaturas, com 10 finalistas de vulto (com especial destaque para outros projetos portugueses como o Mercado de Abrantes, de José Mateus e Nuno Mateus, o Museu Nacional dos Coches, de Paulo Mendes da Rocha e Ricardo Bak Gordon, e o Teatro-Auditório de Llinars del Vallès, de Álvaro Siza, na Catalunha), o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas foi este ano distinguido com este notável prémio internacional de arquitetura, instituído em 1958 pelo arquiteto Oriol Bohigas, atribuído pela Associação Foment de les Artes i del Disseny e considerado o mais importante prémio dedicado à arquitetura ibérica.

Elogiado pelo júri como um “projeto ambicioso em termos arquitetónicos (...) que devolve a presença do passado ao presente e ao futuro”, o Arquipélago foi inaugurado em março de 2015, na cidade da Ribeira Grande, ilha de São Miguel.

O projeto, desenhado pelos arquitetos João Mendes Ribeiro e Menos é Mais Arquitetos – Francisco Vieira de Campos e Cristina Guedes, nasce na antiga fábrica de álcool e de tabaco daquela cidade, num edifício do século XIX agora reabilitado e colocado ao serviço da nossa cultura, ao dispor de todos nós e dos muitos visitantes que fruem da excelência e do lirismo daquele espaço, distintamente galardoado por este prémio – um local, lembrando o pensamento de Gaston Bachelard n’ *A Poética do Espaço*, onde bem sentimos a relação íntima entre o espaço e uma fenomenologia da imaginação poética, concebida por aquilo a que o filósofo francês chama “imagens poéticas” e que estão bem patentes em cada palmo daquele edifício, como, aliás, em cada fração destas ilhas.

Acrescente-se que o projeto valera já aos arquitetos uma nomeação para o prestigiado Prémio de Arquitetura Contemporânea da União Europeia Mies van der Rohe 2015. Encontra-se igualmente na lista de finalistas do RIBA Award for International Excellence, um prémio internacional de arquitetura do Royal Institute of British Architects.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação ao Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas pela obtenção do Prémio FAD de Arquitetura 2016. Propõe igualmente que deste voto seja dado conhecimento à Direção do Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, bem como à Direção Regional da Cultura, à Câmara Municipal da Ribeira Grande e à Assembleia Municipal da Ribeira Grande.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: Renata Correia Botelho, Berto Messias, José Carlos San-Bento, Miguel Costa, Francisco César e Arlinda Nunes

Deputadas Catarina Moniz Furtado e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD congratula-se com este Prémio de Arquitetura agora atribuído ao Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas.

Um prémio que vem para os Açores é sempre motivo de congratulação, mas mais importante do que construir bem é funcionar bem, de forma adequada à sua vocação, à sua dimensão e à sua localização.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Por isso estamos todos contentes!

O Orador: Oxalá mereça um prémio por isso também.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se à conquista dos lugares cimeiros no Concurso Nacional de Manobras, pelas equipas feminina e masculina dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Há mais de 140 anos que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande se dedica ao serviço à comunidade, com a dignidade e nobreza que exige a máxima “Vida por Vida”. Os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande são hoje, e desde há muito tempo, espelho de um contínuo esforço de preparação e profunda dedicação à causa, refletindo-se nas suas excelentes prestações ao longo das contínuas participações de sucesso nos Concursos Nacionais e Internacionais de Manobras.

Realizados pela primeira vez em 1981, os Concursos Nacionais de Manobras foram criados com o intuito de manter as capacidades físicas dos soldados da paz e testar a sua destreza e técnica, objetivos que, ao longo do tempo, passaram naturalmente a incluir a sensibilização dos mais novos para esta forma tão nobre de voluntariado. Este concurso nacional inclui provas de agilidade, velocidade, destreza e espírito de equipa, fatores essenciais a um desempenho eficaz e em segurança nas situações de elevado risco a que os bombeiros amiúde são expostos.

Os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande participam quase ininterruptamente nesta competição há 30 anos, sendo muito frequentes as medalhas conseguidas, facto que reflete a excelência da sua preparação e a atenção e minúcia que a esta é dedicada. Do palmarés desta corporação constam mais de trinta medalhas de ouro e prata, nas competições de manobras nacionais, nas mais diversas categorias, facto que contribui para o imenso orgulho e carinho que a Ribeira Grande manifesta pelo seu Corpo de Bombeiros.

Hoje congratulamos novamente a equipa feminina da Associação de Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, que se sagrou campeã do Concurso Nacional de Manobras, pela segunda vez, no passado mês de maio, em Bragança, revelando-se a mais eficaz os mais diversos níveis. Na vertente masculina, foi atingido um também honroso terceiro lugar.

Com um trabalho que a todos é claro, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande eleva, de forma contínua, a dedicação à máxima “Vida por Vida”, dignificando aquela que é uma causa que a todos toca e que justifica plenamente os reconhecimentos sucessivos que têm vindo a receber, ano após ano.

Nos termos regimentais estatutários, o Partido Socialista apresenta, deste modo, voto de congratulação pela conquista dos lugares cimeiros no Concurso Nacional de Manobras, pelas equipas feminina e masculina de manobras dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

Que deste voto seja dado conhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, à Câmara Municipal da Ribeira Grande, à Assembleia Municipal da Ribeira Grande, ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores e à Liga dos Bombeiros Portugueses.

Sala das Sessões, Horta, 15 de junho de 2016

Os Deputados: Marta Couto, Berto Messias, José San-Bento, Manuel Pereira e Arlinda Nunes

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação também se refere à vitória no Concurso Nacional de Manobras – femininos, Classe A.

Tem a palavra pelo PSD o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Voto de Congratulação

Vitória no Concurso Nacional de Manobras – femininos, classe A

A equipa feminina dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande venceu o 35.º Concurso Nacional de Manobras, classe A, disputado no distrito de Bragança.

Este triunfo atesta o excelente trabalho realizado por esta Associação Humanitária na preparação dos seus ativos para situações de socorro a pessoas e bens e prossegue os êxitos já alcançados por outras equipas da mesma agremiação, designadamente no setor masculino e em cadetes, em competições nacionais e internacionais, desde 1986.

A vitória da equipa feminina dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande confere a esta formação o direito de representar Portugal nas provas internacionais de manobras que serão realizadas na Áustria, em 2017, no âmbito do Comité Internacional do Fogo (CTIF).

Naquela competição, realizada no Complexo Desportivo do Instituto Politécnico de Bragança, participaram cerca de 750 bombeiros de todo o país, registando-se igualmente o brilhante 3.º lugar alcançado pela equipa masculina, na classe A, e o 4.º lugar da formação de cadetes da mesma instituição.

Fundada a 15 de abril de 1875, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande (AHBVRG) tem desenvolvido um relevantíssimo e imprescindível serviço à comunidade, em situações de acidente e de calamidades e no apoio à prestação de cuidados de saúde, sempre em absoluto espírito de voluntariado.

A AHBVRG conta atualmente com cerca de 120 bombeiros nos quadros de comando, ativo e auxiliar que servem as 14 freguesias daquele concelho da costa norte da ilha de S. Miguel.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pela vitória da equipa feminina A da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande no 35.º concurso nacional de manobras.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção da AHBVRG, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal da Ribeira Grande e ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Joaquim Machado, Bruno Belo e Luís Garcia

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PS. Refere-se à conquista do Prémio Bombeiro de Mérito 2015. Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

No passado dia 29 de maio, em Portimão, o Chefe Raulino Ventura, membro do corpo de Bombeiros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, recebeu, das mãos da Ministra da Administração Interna, Constança Urbano de Sousa, o prémio Bombeiro de Mérito de 2015, promovido pela Liga dos Bombeiros Portugueses. Foi assim reconhecido o ato heroico e altruísta que o Chefe Raulino protagonizou, a 02 de julho de 2015, ao arriscar a sua própria vida para salvar a de um cidadão que se encontrava em perigo de vida, no mar revolto da praia de Santana, em Rabo de Peixe.

Perante o perigo iminente de o mar levar a vítima, que se encontrava agarrada a uma rocha, sendo continuamente fustigado pelas ondas, mesmo não dispondo de equipamentos apropriados no local e calculando que não haveria tempo para esperar por meios aquáticos, Chefe Raulino fez-se ao mar com nada mais que uma simples boia circular, arriscando a sua vida para salvar a do próximo.

Com 49 anos de idade e 33 de atividade como bombeiro e uma folha de serviço exemplar, que comporta uma diversidade de louvores e condecorações, digna de registo, o Chefe Raulino Ventura fez do ser Bombeiro espelho da sua excelência e dedicação. Acresce a esse palmarés este Prémio (pelo qual recebeu igualmente uma Medalha de Coragem e Abnegação – Grau Ouro) “por atos de socorro e salvamento, com manifesto risco da própria vida”, demonstrativo do empenho com que abraçou a vida de Bombeiro.

Com a sua atitude, de dar a vida pela do próximo, o Chefe Raulino deu corpo à máxima que tão bem caracteriza a atividade de Bombeiro – Vida por Vida.

De acordo com as disposições regimentais aplicáveis, pela conquista do Prémio Bombeiro de Mérito 2015, mas acima de tudo por corporizar o altruísmo que traz significância ao ser Bombeiro, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe um voto de congratulação ao Chefe Raulino Ventura e que do mesmo seja dado conhecimento ao próprio e à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: Marta Couto, Berto Messias, José Carlos San-Bento, Francisco César e Arlinda Nunes

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

O PSD associa-se naturalmente com muito agrado a este Voto de Congratulação ao Chefe Raulino Ventura, da Corporação dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, que pôs em prática um lema que orienta toda a atividade dos bombeiros: vida por vida!

Melhor do que ninguém ele soube corporizar esse lema e, mais do que um Voto de Congratulação, manifestamos um profundo respeito pelo altruísmo que o seu gesto de coragem e de entrega ao próximo significam.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PSD. Refere-se ao 25.º Aniversário do Clube de Karaté-do Shotokan de Angra do Heroísmo. É apresentado pela Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

25º Aniversário do Clube de Karaté do Shotokan de Angra do Heroísmo

Com o objeto de formar indivíduos no respeito e compreensão de uma arte marcial secular, preparando o corpo e o espírito de cada um para os combates diários e para o respeito pelo indivíduo em todas as vertentes da sua vida, iniciaram-se os treinos regulares do Clube de Karaté do Shotokan de Angra do Heroísmo, pelas mãos do entusiasta da modalidade Miguel Corte Real Monjardino, em outubro de 1991.

Porém, só a 22 de abril de 1996 seria celebrada a sua escritura pública, constituição oficial e estatutos, fruto dos esforços desenvolvidos por João da Silva Guiod de Castro, José Humberto Ramalho Bento Sousa, Fernando Adriano Costa e Carlos Adriano Cruz Costa.

Com a sua sede atual no Pavilhão Multiusos Luís Bretão, o Clube de Karaté do Shotokan de Angra do Heroísmo realiza os seus treinos, nas várias classes de competição, no Complexo Desportivo do Estádio João Paulo II.

Para além de cerca de uma centena de praticantes federados, com idades compreendidas entre os 4 e os 65 anos, vários deles detentores de cintos negros, o clube conta ainda com técnicos de arbitragem e treinadores capacitados com título profissional.

Ao longo destes 25 anos, vários foram os lugares de pódio arrecadados, nomeadamente títulos de campeões e vice-campeões nacionais, bem como medalhas em provas nacionais e internacionais, valorizando o desporto açoriano de um modo geral e a modalidade em particular, resultado de um trabalho empenhado de atletas e treinadores.

O seu palmarés, consequência do trabalho sério que vem desenvolvendo, mereceu-lhe a atribuição do Estatuto de Utilidade Pública do Governo Regional dos Açores a 3 de março do corrente ano.

Felicitemos o Clube de Karaté do Shotokan de Angra do Heroísmo pela comemoração das suas Bodas de Prata, desejando que prossiga firme no seu propósito de divulgar a arte marcial do karaté e que se continue a afirmar no panorama desportivo, contribuindo para o desenvolvimento global e harmonioso dos seus praticantes e para a divulgação dos Açores além-fronteiras.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário do Clube de Karaté do Shotokan de Angra do Heroísmo, reconhecendo o preeminente papel desempenhado no

desenvolvimento da modalidade, desejando que continue a trabalhar em prol do desporto. Propõe, ainda, que do mesmo voto seja dado conhecimento à sua Direção, demais Órgãos Sociais e atletas, bem como à Associação de Karaté dos Açores, da qual é membro fundador, à Associação Desportiva – Centro Português de Karaté e à Federação Nacional de Karaté – Portugal.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados Regionais: António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Judite Parreira e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Domingos Cunha tem a palavra.

(*) **Deputado Domingos Cunha (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se ao Voto de Congratulação pelo 25.º Aniversário do Clube de Karaté do Shotokan de Angra do Heroísmo.

Reconhecemos a importância, o mérito e os êxitos deste clube ao longo destes anos, que conta com um vasto e diferenciado número de atletas, para além de contribuir para a formação pessoal, a educação e o desenvolvimento físico e intelectual dos seus praticantes.

Realçamos também o empenho e o trabalho dos seus treinadores profissionalmente capacitados e técnicos de arbitragem.

Por estas razões, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista felicita o Clube de Karaté do Shotokan de Angra do Heroísmo pelo seu 25.º Aniversário e pelo seu palmarés.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Saudação refere-se ao campeão regional de voleibol em juvenis masculinos, do Futebol Clube da Calheta. É apresentado pelo CDS-PP. Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

Futebol Clube da Calheta campeão regional de voleibol em juvenis masculinos

No passado mês de abril, a equipa de voleibol juvenis masculinos do Futebol Clube da Calheta sagrou-se Campeã Regional da modalidade, na final disputada no concelho da Calheta, ilha de S. Jorge, com o Clube Desportivo Escolar das Flores.

O Futebol Clube da Calheta foi fundado a 5 de novembro de 1979, por residentes no concelho da Calheta, tendo como objetivo desenvolver a educação física e o desporto, proporcionando igualmente meios de cultura e distração.

Em 1983, quando a Associação de Futebol de Angra do Heroísmo estendeu as provas federativas à ilha de S. Jorge, o Futebol Clube da Calheta inscreveu-se como associado, passando desde então e até à presente data, a participar nas provas organizadas pela mesma.

Em 2006, com o encerramento de alguns clubes do Concelho que se dedicavam à prática da modalidade de voleibol, o Futebol Clube da Calheta criou o Departamento de Voleibol, com cerca de 50 atletas.

Inscrito na Associação de Desportos de São Jorge e Associação de Voleibol da Ilha Terceira, desenvolve a sua atividade com uma forte presença e relevo, não só no concelho da Calheta, mas também ao nível da ilha, regional e até a nível nacional.

A modalidade de voleibol na Calheta sempre foi muito acarinhada, quer por atletas como por adeptos da modalidade, e, apesar de algumas dificuldades, o Clube tem conseguido manter a modalidade em funcionamento.

Desta forma, o desenvolvimento da modalidade no Clube foi emergindo de época em época, aumentando o número de atletas a praticar a modalidade, de ano para ano, bem como em termos de resultados desportivos, honrando o percurso do Clube, os seus atletas e dirigentes, revelando o seu esforço e empenho, que, no entanto, será condicionado pela demolição do atual ginásio da Escola Básica e Secundária da Calheta no decorrer das obras que estão a acontecer.

Assim, torna-se urgente encontrar uma solução para estes jovens que tão afincadamente trabalham para obter os resultados desportivos que estão a dar frutos, sob pena de se colocar em causa toda uma época desportiva.

O Futebol Clube da Calheta conta, atualmente, com 218 atletas (representando aproximadamente 6% da população do Concelho da Calheta) distribuídos por 3 modalidades (voleibol, futebol e xadrez).

É o clube com maior expressão na modalidade de voleibol na ilha de S. Jorge e conta nas suas equipas apenas com atletas locais, tendo 8 escalões em competição de ambos os sexos.

Sabendo da importância que este clube tem para a ilha de S. Jorge na formação de jovens, na promoção da atividade física e de hábitos de vida saudáveis, torna-se essencial que, embora de forma singela, se homenageie e incentive

estes jovens atletas, treinadores e dirigentes que contribuem para a dinamização do Concelho e da Ilha, abdicando, muitas vezes, o seu tempo pessoal para dignificar o desporto açoriano e desejando-lhes os maiores sucessos desportivos.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe a aprovação do seguinte Voto de Saudação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda o Futebol Clube da Calheta pela conquista do título de Campeão Regional de voleibol em juvenis masculinos, saudando todos os dirigentes, técnicos, atletas, sócios e adeptos que tornaram possível esta conquista e que mantém viva uma coletividade tão importante para o Concelho da Calheta e para a ilha de São Jorge.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos órgãos sociais do Futebol Clube da Calheta, bem como aos dirigentes, técnicos e atletas que conquistaram o título de campeão regional de voleibol em juvenis masculinos, e à Câmara e Assembleia Municipal da Calheta.

Os Deputados: Ana Espínola, Artur Lima e Graça Silveira

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Paula Alexandra Bettencourt tem a palavra.

(*) **Deputada Paula Bettencourt (PS):** Exma. Senhora Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se naturalmente ao voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Acrescenta ainda que o Futebol Clube da Calheta tem feito um trabalho exemplar nas camadas jovens e que obteve importantes resultados, fruto do excelente trabalho dos seus treinadores e dirigentes.

A Ilha de São Jorge está de parabéns pelo desempenho dos seus atletas e fica mais rica com a conquista destes resultados.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista parabeniza o Clube e todos os envolvidos nesta grande vitória.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD irá naturalmente associar-se a este voto. É reconhecida a importância desta coletividade pela prática de uma saudável atividade desportiva que envolve um número notável de atletas.

A conquista de mais um título de campeão é um incentivo merecido para que esta instituição continue junto dos jovens a promover atividades desportivas.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 35 minutos.

(Após o intervalo a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pela Deputada Graça Silva)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com os votos.

Eram 12 horas e 19 minutos.

O próximo Voto de Congratulação refere-se à Escola Básica e Integrada de Santa Maria, representante de Portugal no Young Business Talents.

É apresentado pelo Partido Socialista e tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Escola Básica Integrada de Santa Maria representa Portugal no Young Business Talents

No passado dia 6 de maio, a Escola Básica Integrada de Santa Maria, mais concretamente quatro alunas do ensino secundário do curso profissional de Técnico de Gestão, venceram a nível nacional, o concurso internacional Young Business Talents, ficando apuradas para representar Portugal na competição europeia, que decorreu a 30 de maio passado, na cidade do Porto, tendo obtido um honroso 3.º lugar.

A Young Business Talents é uma competição internacional, promovido pela empresa Nivea, que se baseia na utilização de um simulador empresarial, em que os utilizadores tomam decisões idênticas às que teriam de tomar se

estivessem a gerir uma empresa, em contexto real de trabalho, analisando, planeando e controlando todos os mecanismos conducentes ao sucesso da empresa.

Em termos práticos, as equipas concorrentes definiram Planos de Gestão, constituídos por um conjunto de decisões, que foram sendo introduzidas no referido simulador, no sentido de obterem os melhores resultados.

Refira-se que até à eliminatória nacional, durante a fase regional, foram apuradas 75 equipas, num universo de 700 equipas provenientes de escolas de todo o país, que queremos aqui realçar e louvar, pelo empenho e dedicação que todos conferiram na sua participação.

A equipa da Escola Básica Integrada de Santa Maria, CHEERLEADERS, constituída pelas alunas Ana Beatriz Cabral, Joana Freitas, Nânci Soares e Natacha Teves, venceu como já referi, a prova a nível nacional, tendo representado Portugal na prova final internacional, em que participaram países como Grécia, Itália e Espanha e conquistando o 3.º lugar.

Ao longo de todo o campeonato a equipa campeã nacional aqui referida foi acompanhada dos professores Cristina Moniz, Gina Ferreira e Rui Tavares, docentes que também orientaram as restantes equipas da mesma escola.

Referira-se que esta não é a primeira vez que a Escola Básica Integrada de Santa Maria vence prémios nacionais e representa Portugal em eventos internacionais. Esta não é a primeira vez que aqui reconhecemos o trabalho de alunos e professores das mais variadas escolas da Região. E esta não será certamente a última vez que enalteceremos aqui nesta Casa os feitos dos nossos alunos, dos nossos professores e das nossas escolas! Esta é assim a prova de que o sucesso educativo das nossas escolas existe, que o ensino nos Açores é bom e que depende, de um modo muito significativo, do forte empenho que alunos e docentes empregam todos os dias às suas atividades e às suas funções, com motivação e profissionalismo, que queremos aqui realçar e enaltecer.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

A Oradora: Assim sendo, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove um **Voto de Congratulação** pela conquista do título de Campeã Nacional no Concurso Young Bussiness Talents da equipa CHEERLEADERS da Escola Básica Integrada de Santa Maria, bem como pelo 3.º lugar obtido pela mesma equipa na fase final do mesmo concurso. Que este voto seja extensível aos docentes que acompanharam a equipa e a todas as outras equipas que, no campeonato nacional, venceram prémios nas suas categorias, provenientes de muitas outras escolas da Região. Que deste voto seja dado conhecimentos aos respetivos alunos e ao Conselho Executivo da Escola Básica Integrada de Santa Maria.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa, Arlinda Nunes, Duarte Moreira e Bárbara Chaves

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PSD e também se refere à equipa CHEERLEADERS da Escola Básica Integrada de Santa Maria, vencedora da final nacional do Concurso Young Bussiness Talents.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Equipa Cheerleaders da EBSSM vencedora da Final Nacional do concurso Young Business Talents

A Escola Básica e Secundária de Santa Maria, nos Açores, foi a grande vencedora da edição deste ano do Young Business Talents, arrecadando os dois primeiros lugares do concurso destinado a alunos do secundário.

Trata-se de um concurso que utilizando um simulador empresarial permite praticar gestão, tomando todo o tipo de decisões dentro de uma empresa virtual. Além da experiência prática que este simulador proporciona, traz ainda um outro incentivo que consiste na participação em provas nacionais e internacionais. Este concurso é patrocinado e organizado pela NIVEA e pela PRAXIS MMT, empresa que se dedica à criação de simuladores virtuais.

Da Escola Básica Integrada de Santa Maria, participaram 6 equipas, pertencentes ao Curso Profissional de Técnico de Gestão: Cheerleaders; Picachu; Ilha do Sol e MCL do 12.º ano e a Marienses e as Cagarras do 11.º ano, sendo que das 6 equipas marienses participantes, 5 passaram à fase final nacional.

A equipa Cheerleaders composta pelas alunas do 12.º ano: Ana Beatriz Cabral, Joana Freitas, Nânci Soares e Natacha Teves alcançaram o primeiro lugar da Final Nacional, seguida da MCL em segundo, e em quinto lugar a equipa Marienses da mesma escola.

A 3.ª edição do concurso, bateu todos os recordes de participação, com 2357 alunos, num total de 754 equipas de várias escolas de todo o país. A final do Young Business Talents decorreu em maio no Edifício da Alfândega, no Porto,

e juntou cerca de três centenas de alunos, num total de 75 equipas oriundas de 50 escolas. A prova desenvolveu-se em 4 etapas realizadas ao longo do primeiro e segundo períodos do presente ano letivo em cada uma das escolas concorrentes.

O concurso, organizado pela NIVEA, serviu para aferir do espírito empreendedor dos estudantes portugueses, que competiram entre si, definindo estratégias empresariais em áreas como as finanças, a economia ou os recursos humanos. Nesta simulação de negócios, os participantes tem como tarefas: a análise, o planeamento e o controlo, utilizado como ferramenta um sofisticado simulador de empresas, com o objetivo de definir uma estratégia a cada 3 anos, para a venda de um Produto Solar e Hidratante de modo a obter o maior Resultado Líquido do Exercício.

À equipa vencedora da Final Nacional coube a tarefa de representar Portugal na Final Internacional que decorreu na cidade de Lisboa, a 30 de maio, na sede do patrocinador, onde concorreu com a Itália, Grécia e Espanha, utilizando as novas tecnologias disponíveis, nomeadamente a videoconferência, experienciando, também, desta forma os recursos que as modernas empresas empregam para uma melhor e mais eficiente gestão, alcançando um orgulhoso 3.º lugar.

A Escola Básica e Secundária de Santa Maria tem, ao longo dos últimos anos, participado em diversos concursos destinados a alunos, nas mais diversas áreas com brilhantes resultados a nível nacional e internacional, tendo por diversas vezes representado o país alcançando e vencendo o pódio a nível internacional.

Para o sucesso dos resultados alcançados nos diversos concursos em que a Escola Básica e Secundária de Santa Maria tem participado, muito tem contribuído um conjunto de empenhados docentes que tem conseguido incentivar, motivar e acompanhar os alunos a participar, bem como a envolvência e colaboração de toda a comunidade escolar; da sociedade

mariense e ainda o contributo de várias entidades públicas e privadas na disponibilização dos meios necessários à sua participação.

O excelente resultado obtido pela equipa Cheerleaders quer na final nacional, quer na final internacional, constituiu mais um motivo de orgulho para Santa Maria e para os Açores.

Estão, por isso, de parabéns todos os alunos que integraram as equipas concorrentes, os seus orientadores e a Escola que os acolhe.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe a aprovação do seguinte Voto de Congratulação:

A ALRAA congratula-se pela obtenção do primeiro lugar alcançado pela equipa Cheerleaders na Final Nacional do concurso Young Business Talents e pelo honroso terceiro lugar na Final Internacional.

Que do mesmo seja dado conhecimento aos alunos da equipa vencedora, ao Conselho Executivo da EBSSM, à Assembleia de Escola e à Associação de Pais.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo e Paulo Parece

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PS. Refere-se aos campeões nacionais de atletismo adaptado Liliana Sousa e Rui Tavares.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Liliana Sousa e Rui Tavares, Campeões Nacionais de Atletismo Adaptado

No passado mês de maio, os atletas Liliana Sousa e Rui Tavares, do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto, conquistaram 4 Medalhas de Ouro no Campeonato Nacional de Atletismo Adaptado.

A atleta Liliana Sousa, sagrou-se Tricampeã Nacional, alcançando o primeiro lugar em triatlo, lançamento de peso e lançamento de dardo. Refira-se que já em 2015, tinha a mesma atleta se sagrado Campeã Nacional, merecendo inclusive uma distinção, por parte do Governo dos Açores, na Gala do Desporto.

O atleta Rui Tavares, alcançou o pódio como Campeão Nacional de 1500 m de Marcha, sendo este o primeiro de muitos que certamente conquistará tanto no desporto, como na vida.

Importa aqui referir que desde 2010, que atletas do CAO de Vila do Porto participam no Campeonato Regional de Atletismo Adaptado, sendo que tanto a Liliana Sousa como o Rui Tavares já participaram em 4 destas competições, tendo, nos últimos anos, conseguido as qualificações necessárias para participação em campeonatos nacionais.

Gostaríamos aqui de realçar o empenho e a dedicação do professor Nuno Costa que acompanha os atletas e os leva à conquista de medalhas, sem esquecer a professora Sandra Pena que iniciou este trabalho com os utentes do CAO há já

alguns anos. Realçar ainda a dedicação e empenho de funcionários, colaboradores e dirigentes que nesta e em outras Instituições da Região, dão tudo de si, em prol dos outros e das causas comuns.

Numa sociedade que se ser cada vez mais integrada e solidária, a promoção do desporto como instrumento de inclusão social constitui-se uma mais-valia para a nossa sociedade.

Uma nota mais apenas para dizer que desde 1997, diversas Instituições da Região têm desenvolvido estratégias de fomento do desporto adaptado, em conjunto com o Governo dos Açores que, de um modo gradual e constante, tem desenvolvido uma política de atividade física desportiva adaptada na Região, adquirindo material específico, formando recursos humanos, dotando de condições mínimas de acessibilidade as infraestruturas desportivas utilizadas e motivando para a participação em competições nacionais.

Hoje são mais de 850 os atletas que, de um modo permanente, se dedicam ao desporto adaptado, em praticamente todas as ilhas dos Açores e que demonstram que com trabalho, empenho e muita motivação, é possível atingir-se objetivos e metas, por mais difíceis que possam inicialmente parecer.

Assim sendo, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um **Voto de Congratulação** pela conquista das Medalhas de Ouro por parte dos atletas Liliana Sousa e Rui Tavares, conquistadas no **Campeonato Nacional de Atletismo Adaptado** e que do mesmo seja dado conhecimento aos próprios e à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto.

Horta Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: Berto Messias, José San-Bento, Miguel Costa e Bárbara Chaves

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se também aos campeões nacionais de Atletismo Adaptado, Liliana Sousa e Rui Tavares.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Parece.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Liliana Sousa e Rui Tavares – Campeões Nacionais de Atletismo ANDDI nas modalidades de Triatlo, Lançamento de Peso, Lançamento de Dardo e 1500 metros Marcha

O Centro de Estágio do Luso na Mealhada recebeu nos passados dias 7 e 8 de maio os **Campeonatos Nacionais de Atletismo ANDDI-Portugal** – Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual.

Estes Campeonatos contam com o apoio da Câmara Municipal da Mealhada, tendo participado atletas de várias Instituições e Clubes de Norte a Sul do país e, também, das duas Regiões Autónomas.

Os Açores estiveram representados nos Campeonatos Nacionais Individuais ANDDI por duas Instituições: A Associação Cristã da Mocidade da ilha Terceira e o Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia

de Vila do Porto, dos quais 13 atletas obtiveram lugares de pódio em diversas disciplinas e escalões, somando um total de 24 primeiros lugares, 4 segundos e 6 terceiros.

A representar a Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto estiveram presentes a Liliana Sousa, consagrando-se Tricampeã Nacional, alcançando os primeiros lugares em Triatlo, Lançamento de Peso e Lançamento de Dardo, e o atleta Rui Tavares que alcançou o primeiro lugar do pódio como Campeão Nacional de 1500mt de Marcha.

Ambos os atletas são utentes do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto que integra, para além dos dois campeões nacionais, vários utentes praticantes de desporto incluído nas suas atividades.

No fim-de-semana de 23 e 24 de abril, seis utentes do CAO haviam disputado em São Miguel o Campeonato Regional de Atletismo Adaptado obtendo 9 medalhas, que certamente servirão de estímulo para próximas provas, numa iniciativa da Associação de atletismo de São Miguel e que decorreu na Pista de Atletismo das Laranjeiras.

A 27 de abril, a Liliana Sousa foi agraciada com a entrega do prémio da XV Gala do Desporto pelo Diretor Regional do Desporto pela sua classificação e obtenção dos títulos no Campeonato Nacional de 2015.

A dedicação dos profissionais daquela instituição, orientados pelo Professor Nuno Costa, tem sido o incentivo necessário para estes atletas, que no plano regional e Nacional se tem destacado obtido excelentes resultados.

A Associação Nacional de Desporto para a Deficiência Intelectual, é uma Instituição sem fins lucrativos, cuja principal atividade é o fomento e organização da prática de atividades desportivas de competição, para atletas nacionais portadores de deficiência mental ou incapacidade intelectual, a levar a efeito tanto em Portugal como no estrangeiro com o objetivo fundamental da sua plena reabilitação e integração na sociedade.

É, também, o Organismo Nacional responsável pelo desenvolvimento da prática do desporto para pessoas com deficiência mental e dificuldades de aprendizagem, de acordo com a orgânica da F.P.D.D. – Federação Portuguesa de Desporto para Deficientes.

Os resultados alcançados serão, certamente, um estímulo para a continuação do magnífico trabalho realizado pelo Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto prosseguindo o objetivo primordial da plena integração dos seus utentes na comunidade mariense sendo por isso merecedores do reconhecimento desta assembleia.

Estão por isso de parabéns os atletas: Liliana Sousa e Rui Tavares, todos os utentes do CAO, os seus profissionais e o seu treinador, Nuno Costa.

Ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata propõe a aprovação do seguinte voto de congratulação:

A ALRAA congratula-se pela obtenção dos títulos de Campeões Nacionais **de Atletismo ANDDI-Portugal** dos atletas do CAO da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto: Liliana Sousa nas disciplinas de Triatlo, Lançamento de Peso e Lançamento de Dardo e Rui Tavares na disciplina de 1500 metros Marcha

Que do mesmo seja dado conhecimento aos atletas, à Santa Casa da Misericórdia de Vila do Porto e ao seu treinador.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo e Paulo Parece

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

(A Deputada Bárbara Chaves voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se aos atletas açorianos campeões no Atletismo Adaptado Internacional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral, do PS.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Exma. Senhora Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

ATLETAS AÇORIANOS CAMPEÕES NO ATLETISMO ADAPTADO INTERNACIONAL

O Desporto na Região Autónoma dos Açores promove a inclusão social, a integração e a igualdade de oportunidades.

A estratégia implementada nos Açores através das suas políticas tem potenciado o desenvolvimento da atividade física desportiva. A formação de recursos humanos, a aquisição de material específico, a melhoria das acessibilidades e a construção de infraestruturas desportivas adequadas são prioridades para o Governo Regional dos Açores (GRA).

O Desporto Adaptado é uma realidade nos Açores, há um contínuo crescimento de atletas, há uma diversidade de modalidades, há uma regularidade da prática desportiva e uma consistente qualidade traduzida, em resultados notáveis dos atletas açorianos em competições a nível nacional e internacional.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GPPS) queria sublinhar e enaltecer as importantes vitórias e o brilhantismo das participações dos atletas açorianos

em várias competições internacionais como, o campeonato mundial e o campeonato europeu.

ANA MARGARIDA FILIPE da Associação Cristã da Mocidade.

Campeã do Mundo na estafeta 4 x 100M e 4 x 400.

Medalha de bronze no salto em comprimento.

Finalista na prova dos 400Metros – 7.^a Classificada.

no campeonato do Mundo, INAS, Pista Coberta em Ancona – Itália, em março.

A atleta já obteve o mínimo A para a participação nos Jogos Paralímpicos a ter lugar, na cidade do Rio de Janeiro, no próximo mês de setembro.

MARIA INÊS COTA SOUSA da Associação Cristã da Mocidade.

Campeã do Mundo na estafeta 4 x 100M e 4 x 400.

Medalha de Prata na prova dos 60 Metros.

No campeonato do Mundo. INAS, de Pista Coberta em *Ancona – Itália*, em março último.

CARLOS MANUEL COTA LIMA da Associação Cristã da Mocidade.

Medalha de bronze nas provas de 60M.

Medalha de bronze nas provas de 200M.

No campeonato do Mundo. INAS, de Pista Coberta em *Ancona – Itália*, em março.

ANA SOFIA PACHECO CARVALHO da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores (APACDAA), campeã nacional e recordista nacional dos 100 metros e dos 200 metros.

Já, foi Medalha de Ouro nos quatrocentos metros barreiras, sagrando-se assim campeã europeia naquela modalidade, em 2014 no Campeonato da Europa de

Atletismo para Atletas com Deficiência Intelectual - INAS e tem participado na Seleção Portuguesa de Atletismo para a Deficiência Intelectual.

Estes brilhantes atletas açorianos ajudaram, com os seus notáveis resultados, a Portugal na obtenção do título de Campeão do Mundo por equipas.

Estes atletas estão a participar nestes dias de junho, no CAMPEONATO DA EUROPA IPCS em GROSSETO - Itália e, certamente, que a qualidade e a capacidade desportiva destes nossos atletas trarão mais e bons resultados.

As vitórias e os momentos de consagração são motivo de satisfação para todos os açorianos e são merecedoras do permanente apoio do Governo Regional dos Açores, porque, através da sua notoriedade e do seu brilhantismo exprimem uma grande mais-valia para a notoriedade e promoção externa dos Açores.

A Região Autónoma dos Açores e todos os açorianos devem estar orgulhosos dos brilhantes resultados internacionais dos nossos atletas.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Congratulação.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária de junho de 2016, congratula-se com os resultados dos atletas Ana Margarida Filipe, Maria Inês Cota Sousa, Carlos Manuel Cota Lima e Ana Sofia Carvalho no Campeonato do Mundo e no Campeonato da Europa que elevam o Desporto da Região Autónoma dos Açores (RAA) ao mais alto patamar.

Do presente Voto de Congratulação deve ser dado conhecimento aos atletas, aos seus treinadores, às suas instituições, Associação Cristã da Mocidade e Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores.

Disse.

Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Horta, 15 de junho de 2016

Os Deputados: Ricardo Cabral, José Carlos San-Bento, Miguel Costa e Berto Messias

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente o PSD associa-se a este voto, com o orgulho de que esses atletas que representaram os Açores ao mais alto nível, com muita dedicação e com muito empenho, conseguiram ser medalhados a nível internacional.

É certamente um orgulho, para todos nós, açorianos, quanto a isto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto é de Saudação pela vitória de Ricardo Moura no Azores Airlines Rali, prova do Campeonato Europeu de Rallies.

Para a sua apresentação tem a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE SAUDAÇÃO

**Pela Vitória de Ricardo Moura no Azores Airlines Rali, prova do
Campeonato Europeu de Rallies**

O passado dia 5 de junho foi um dia histórico e memorável para o desporto açoriano, nomeadamente para o desporto automóvel.

Pela primeira vez na história um açoriano, o nosso campeão Ricardo Moura, venceu uma prova pontuável para o Campeonato Europeu de Rallies (ERC), o Azorean Airlines Rali.

Esta conceituada competição automóvel, organizada de forma irrepreensível pelo Grupo Desportivo Comercial, foi disputada em caminhos de terra da ilha de São Miguel, contando com dezoito provas especiais de classificação (PECs), totalizando duzentos e trinta quilómetros de troços cronometrados.

A edição de 2016 do Rali Açores, como também é designada pela imprensa especializada, foi considerada, por diversos especialistas da modalidade, como a mais competitiva de sempre.

Contando com setenta e dois inscritos, quarenta e quatro dos quais provenientes do estrangeiro, vinte e oito dos concorrentes eram da categoria R5, a mais sofisticada e exigente do Campeonato Europeu de Rallies.

Todos os principais pilotos que discutem o título europeu de rallies da atual temporada marcaram presença na prova açoriana, o que valoriza ainda mais a grande vitória de Ricardo Moura.

O Rali dos Açores é um dos mais notáveis ralis do campeonato europeu de rallies (ERC) e regista uma das maiores audiências do canal Eurosport, o parceiro detetor dos direitos televisivos do ERC e que transmite para cinquenta e quatro países em vinte línguas, com uma audiência superior a 300 milhões de espetadores.

Esta primeira vitória de um Açoriano numa prova do europeu de ralis, marca também o fim de um longo período de mais de quarenta anos em que nenhum piloto regional venceu o rali anteriormente denominado por Volta à ilha de São Miguel.

Ricardo Moura iniciou-se nos desportos motorizados aos 20 anos, com uma breve incursão no motocross, participando no Campeonato Regional de Motocross e Enduro dos Açores.

Mais tarde tomou contacto com condução em rallies, ao experimentar um carro de 1200 centímetros cúbicos.

O ano de 1999 marca a sua primeira presença em provas oficiais, a estreia foi no Rali da Ribeira Grande, tendo obtido o 4.º lugar entre os veículos sem homologação.

No mesmo ano, participou no Rali da Povoação e no Rali de Santa Maria.

Como normalmente acontece com os campeões, Ricardo Moura rapidamente demonstrou talento para a modalidade.

Em 2001 Ricardo Moura foi Campeão dos Açores de Ralis, em 2 Rodas Motrizes, título que voltaria a ganhar mais duas vezes.

Tinha nascido uma estrela.

Ricardo Moura venceu o Campeonato dos Açores de Ralis por oito vezes consecutivas, entre 2008 e 2015.

O profissionalismo e a dedicação de Ricardo Moura permitiram ao piloto de Ponta Delgada reunir as condições materiais, através de diversos apoios e patrocínios, para poder desenvolver um projeto desportivo nacional que seria coroado de sucesso.

No plano nacional Ricardo Moura também obteve importantes sucessos desportivos.

Foi tri-campeão Nacional na categoria de Produção, entre 2010 e 2012. E foi campeão Nacional de Ralis absoluto por três vezes, em 2011, 2012 e 2013 – mais um feito inédito de um piloto açoriano.

Ao longo da sua carreira como piloto, Ricardo Moura contou com a colaboração de vários copilotos, sendo Sancho Eiró e António Costa os que mais vezes o acompanharam no banco direito dos seus bólides.

Na brilhante vitória no Azores Airlines Rali, obtida no passado dia 5, coube a António Costa copilotar o campeão açoriano. Os dois açorianos obtiveram um sucesso de enorme relevância desportiva e mediática que projetou o nome dos Açores nos quatro cantos do Mundo.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Partido Socialista propõe o seguinte voto:

O Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores saúda Ricardo Moura pela vitória inédita de um piloto açoriano numa prova do Campeonato da Europa de Rallies, (ERC), o Azores Airlines Rali, e endereça as maiores felicitações ao seu copiloto António Costa, à sua família, patrocinadores, técnicos, mecânicos e colaboradores em geral que contribuíram para alcançar o enorme sucesso desportivo de que se assinalou através da apresentação do presente voto.

Deste voto deve também ser dado conhecimento ao Grupo Desportivo e Comercial.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Tenho dito.

Os Deputados: José San-Bento, Berto Messias, Ricardo Cabral e Francisco César

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Não há. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação também se refere ao vencedor do Azores Airlines Rali Ricardo Moura. É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ricardo Moura Vencedor do Azores Airlines Rally – Prova do ERC

Ricardo Moura nasceu em Ponta Delgada a 4 de fevereiro de 1979. É licenciado em Estudos Europeus e Política Internacional, pela Universidade dos Açores.

Começou, desde muito cedo, a destacar-se no desporto, praticando Body-board, futebol e motocross. Mas são os ralis a sua grande paixão e a modalidade em que conquistou títulos ao mais alto nível.

A sua primeira prova foi o Rali Cidade da Ribeira Grande de 1999, que correu com um Toyota Starlet de duas rodas motorizes. Nesse ano, participou ainda no Rali da Povoação e no Rali de Santa Maria, ao volante de um Peugeot 205.

Foi campeão açoriano, na categoria de 2 Rodas Motrizes, em 2001, ao volante de um Daewoo Lanos Kit Car, e em 2003, com um Citroën Saxo Cup.

Depois disso, e entre 2008 e 2015, sagrou-se Campeão absoluto de ralis dos Açores, por oito vezes consecutivas.

Venceu o Campeonato Nacional de Produção em 2010, 2011 e 2012, com um Mitsubishi Lancer EVO9.

Foi Campeão Nacional absoluto de Ralis por três vezes. Em 2011 e 2012, ao volante do Mitsubishi Lancer EVO9 e em 2013, com um Škoda Fabia S2000.

Nos últimos 5 anos, Ricardo esteve sempre em grande no então Sata Rally Açores: Em 2011 ficou em 7.º, em 2012 foi 6.º e o melhor no grupo N, em 2013 subiu ao pódio na terceira posição, feito que repetiu em 2015.

Revelando sempre persistência, convicção e esforço, foi ao volante de um Ford Fiesta R5, uma viatura de topo, que em 2016 ganhou a prova rainha do automobilismo açoriano, batendo os melhores pilotos europeus do ERC.

Pela primeira vez, um piloto açoriano vence uma prova do Europeu de Ralis, competição organizada pela Eurosport, com o cunho da FIA. Naquele que foi um verdadeiro orgulho para todos os Açorianos.

Ricardo Moura fez, ao longo dos anos, uma caminhada em ascensão, com altos e baixos, como em qualquer percurso desportivo. Mas sempre tentando melhorar as suas prestações. Com dedicação e trabalho, tornou-se num dos melhores pilotos portugueses da atualidade.

É atualmente campeão dos Açores de Ralis, foi Tricampeão de Portugal de Ralis de Produção e Tricampeão de Portugal de Ralis em absoluto.

Ricardo Moura é um exemplo para muitos jovens pilotos que estão a iniciar a sua carreira desportiva no desporto automóvel.

No seu carro, eleva sempre bem alto a bandeira da Região, contribuindo na paixão dos açorianos pelo desporto automóvel. E demonstrando que os Açores, nove pequenas ilhas no meio do Atlântico, podem criar grandes campeões.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, propõe que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, aprove este Voto de Congratulação pela conquista do Azores Airlines Rali, prova do ERC, dando conhecimento do mesmo ao piloto Ricardo Moura, ao Grupo Desportivo Comercial, à Federação Portuguesa de Automobilismo e Karting, à FIA e à Eurosport.

Horta, sala das sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Luís Garcia, Bruno Belo e Cláudio Almeida

Deputada Benilde Oliveira (PS) e Deputado Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se ao 1.º lugar da equipa açoriana da Escola de Novas Tecnologias dos Açores na fase nacional do CanSat 2016.

É apresentado pelo PS e tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

Deputado José Contente (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Equipa da Escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA) ganha concurso/competição nacional do CanSat

O contexto histórico da Ilha de Santa Maria está associado à primeira ilha a ser descoberta pela sua posição geográfica. Esta localização favoreceu uma genealogia das comunicações desde a II Guerra Mundial até ao Centro de Navegação Aérea do Atlântico que se mantém, e, em 2008, ao estabelecimento da única Estação Espacial Europeia (ESA) de Portugal.

Desde a instalação em Santa Maria da Estação da Agência Espacial Europeia (ESA) que alguns acreditaram na possibilidade da criação de um verdadeiro *cluster* espacial com impactos positivos multivariados. Na realidade, tem-se

verificado um crescimento da importância desta âncora gravitacional de tecnologia espacial, quer no domínio da presença dos Açores na chamada última fronteira – o Espaço – quer nas oportunidades de emprego qualificado e no estabelecimento de outros projetos como a estação de referência do Galileu ou da nova estação VLBI (Very Long Baseline Interferometry) da Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas Espaciais, inauguradas mais recentemente, todas sediadas em Santa Maria.

É neste ambiente de forte enquadramento histórico e tecnológico que ocorre a participação coroada de êxitos, desde 2012, de Escolas açorianas no concurso/competição CanSat, promovido pela ESA. Na verdade, nos anos de 2012, 2013 e 2015 a Escola Básica e Secundária de Santa Maria ganhou a competição nacional, e, em 2012 e 2013 obteve o 3.º e o 1.º prémio, respetivamente, a nível europeu.

O CanSat – literalmente “satélite numa lata” define-se desde 2010 como concurso/competição europeia traduzida num projeto de construção de um minissatélite lançado até 1000m que transmite dados por telemetria na sua queda. O CanSat Portugal é um projeto educativo do European Space Education Research Office (ESERO) Portugal, organizado pela Ciência Viva e pelo Centro AeroEspaço do Aeroclube de Torres Vedras, em parceria com a ESA que apura a equipa representante de Portugal no mesmo concurso europeu.

No passado mês de abril a equipa açoriana ENTA SAT2, da Escola de Novas Tecnologias dos Açores (ENTA) de Ponta Delgada, venceu a competição nacional do CanSat que se realizou, em Torres Vedras, com a participação de 15 equipas nacionais. A equipa açoriana da escola profissional ENTA vai assim representar Portugal na final europeia, que terá lugar, nos próximos dias 22 a 26 de junho, também em Torres Vedras. Em 2016, ao sucesso deste projeto ficam associados os alunos Diogo Medeiros, Fernando Câmara, João Chrystello, João Farias, Leandro Ponte e Ricardo Sousa, bem como os Professores Coordenadores Duarte Cota e Paulo Martinho. Foi o trabalho aturado e exigente

desta equipa de alunos e professores que permitiu responder com êxito às exigências técnico-científicas deste concurso/competição CanSat. Pelo seu exemplo, notoriedade e contributo na melhoria de práticas educativas inovadoras são dignos deste registo. Desde sempre o Governo dos Açores apoiou as equipas concorrentes ao CanSat no quadro da promoção e divulgação científica e tecnológica e do ensino experimental das ciências na Região, bem como na possibilidade de serem criadas novas metodologias de ensino, designadamente, na resolução de problemas em contexto colaborativo e não-formal, como se proporciona no projeto educativo CanSat.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, que aprove um Voto de Congratulação pelo primeiro lugar da equipa Açoriana ENTA SAT2 da Escola de Novas Tecnologias das Açores, na fase Nacional do CanSat 2016, que agora vai representar o país no concurso europeu.

Mais se propõe que deste voto, seja dado conhecimento a todas as escolas secundárias e profissionais dos Açores, à equipa da ENTA e à Direção desta escola, bem como aos respetivos professores coordenadores.

Horta Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: José Contente, Bárbara Chaves, Duarte Moreira e Berto Messias

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Julgo não haver. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se à vitória nas Olimpíadas Portuguesas de Biologia por João Miguel Fonseca e Sousa.

É apresentado pelo PSD e tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Vitória nas Olimpíadas Portuguesas de Biologia – 10.º ano

João Miguel Fonseca e Sousa, estudante micaelense de 15 anos, venceu a edição deste ano das Olimpíadas Portuguesas de Biologia, na categoria do 10.º ano, que se realizaram em Lisboa.

Aluno do curso de Ciências e Tecnologias no “Colégio do Castanheiro”, João Sousa concorreu contra cerca de 20 mil outros estudantes de 416 escolas de todo o país, seis das quais da nossa Região, evidenciando ali as suas capacidades estudantis e a qualidade formativa que é possível garantir nos Açores, designadamente também pelo Ensino Particular Cooperativo e Solidário.

Numa região marcada por elevadas taxas de insucesso escolar, resultados de grande relevância, como é indiscutivelmente este, deve ser realçado, valorizado entre toda a comunidade educativa, servindo de referência para outros alunos e seus professores.

A organização das Olimpíadas Portuguesas de Biologia está a cargo da Ordem dos Biólogos, em colaboração com a Agência Nacional Ciência Viva e o evento seleciona os melhores 8 alunos da classificação geral para representarem

Portugal, anualmente, nas Olimpíadas Internacionais de Biologia e nas Olimpíadas Ibero-americanas desta área científica.

Em 2015 João Miguel Fonseca e Sousa já havia conquistado a medalha de bronze nas Olimpíadas da Matemática, quando frequentava o 9.º ano de escolaridade. Além destes feitos aquele jovem micaelense é ainda um brilhante aluno do Conservatório Regional de Ponta Delgada, onde frequenta o curso complementar de piano, e integra vários projetos da comunidade.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pela vitória do aluno João Miguel Fonseca e Sousa nas Olimpíadas Portuguesas de Biologia de 2016, na categoria do 10º ano.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao aluno e seus familiares, aos órgãos diretivos do “Colégio do Castanheiro” e à respetiva Associação de Pais e Encarregados de Educação.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: António Marinho, Luís Maurício, Luís Rendeiro, Joaquim Machado, Bruno Belo e Luís Garcia

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se com gosto a este Voto de Congratulação ao jovem João Miguel Fonseca e Sousa pela sua vitória nas Olimpíadas Portuguesas de Biologia do 10.º ano e quer deixar aqui expresso que com a vitória do João Miguel estamos, no fundo, todos de parabéns, por ele, pela excelência do seu percurso, que foi aqui referenciado e bem, pelos seus

professores e pelo ensino da Região que dá lugar a que situações destas, para grande regozijo de todos nós, aconteçam.

Muito obrigada.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação refere-se à conquista do prémio de Jornalismo de 2015, pela jornalista Sara Sá.

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Moniz Furtado.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Sara Sá, natural da Maia, filha dos professores Alice e Daniel, destacou-se desde cedo como uma aluna brilhante, na Escola Secundária da Ribeira Grande. O seu sonho de pequena, de ser astronauta, levou-a a tirar o curso de engenharia aeroespacial no Instituto Superior Técnico. A realidade do curso não a fez desistir, convicta que os engenheiros adquirem capacidades que lhes permitem ser o que escolherem.

Entrou no jornalismo com a expectativa de dar conta do que se passa no admirável mundo da ciência. Fê-lo no ano 2000, pela porta grande, com a sua aceitação como jornalista na Visão, a revista nacional de informação de maior tiragem. Os seus trabalhos sobre ciência e sobre os Açores, dois dos amores que sempre prosseguiu, garantiram-lhe o lugar na redação da revista.

Na senda da dedicação à ciência, Sara Sá recebeu o prémio de jornalismo da Liga Portuguesa contra o Cancro na segunda edição do concurso. Esta instituição repetiu esta distinção na última edição, recebendo em maio passado o prémio de Jornalismo 2015, na categoria de Imprensa.

A reportagem premiada, “Cancro Vais Ter Luta”, que versa sobre imunoterapia, ou seja, nas palavras da jornalista, sobre “tratamentos inovadores que estimulam o sistema imunitário” e que possibilita aos doentes oncológicos “melhores resultados, quando forem esgotadas todas as opções”. Sara Sá travou conhecimento com a protagonista da sua história numa conferência sobre tratamentos inovadores, na Suíça, tendo desenvolvido mais contactos em Portugal, na senda de encontrar mais pessoas que tivessem participado em ensaios clínicos àquelas terapias inovadoras, levando à escrita de um texto que diz ser sobre cancro, mas que é, antes de mais, sobre amor.

Sara Sá debruçou-se sobre aqueles tratamentos que, por aumentarem a esperança dos doentes, fizeram com que manifestasse o desejo, ao receber o prémio, de que os mesmos estivessem ao alcance de todos.

Nos termos regimentais estatutários, o Partido Socialista apresenta, deste modo, Voto de Congratulação pela conquista do Prémio Jornalismo 2015, Categoria Imprensa, pela jornalista Sara Sá, propondo igualmente que do mesmo seja dado conhecimento à própria e à sua família, bem como à Revista Visão.

Horta, Sala das Sessões, 15 de junho de 2016

Os Deputados: Catarina Moniz Furtado, Berto Messias, José San-Bento, Francisco César e Arlinda Nunes

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José Andrade tem a palavra.

(*) **Deputado José Andrade (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD congratula-se com o facto do prémio de Jornalismo da Liga Portuguesa Contra o Cancro ter sido atribuído à jovem jornalista micalense Sara Sá, da Revista Visão.

Mas o PSD congratula-se também com o facto de outro prémio de jornalismo, o Prémio Victor Santos, de revelação na imprensa escrita, ter sido atribuído a outra jovem jornalista micalense, Mariana Cabral, do Jornal Expresso, neste caso durante a Gala dos 50 anos da Associação de Jornalistas do Desporto.

Em ambos os casos bem pode dizer-se que “filho e peixe sabe nadar”.

Estes e outros valores açorianos merecem, de facto, uma palavra de congratulação no Parlamento dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos encerrar os nossos trabalhos para almoço. Regressamos às 15H00 com a Agenda.

Eram 13 horas e 04 minutos.

Presidente: Boa tarde a todos. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Entramos agora na Agenda, nomeadamente no ponto 5.º da nossa Agenda, onde terminámos os trabalhos ontem à noite.

A Mesa não tinha inscrições.

(Pausa)

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Como disse ontem na minha última intervenção sobre esta matéria, é fundamental alterar as coisas, não aquelas pequenas alterações que o Partido Socialista tem vindo a realizar ao longo dos anos, algumas até de sentido contrário.

Eu quero até aqui citar o Sr. Deputado Carlos César. Dizia o Sr. Deputado Carlos César, em 1996:

“Votar no PSD (prosseguiu) é mudar um bocadinho para depois tudo ficar na mesma. Vinte anos, em qualquer parte do mundo, é demais. Criam-se clientelas e favoritismos. É tempo de mudar os Açores.”

Deputado Joaquim Machado (PSD): Apoiado!

O Orador: A determinada altura Carlos César disse mesmo que:

“Nunca fugirá dos Açores, com ou sem dificuldades. Este arquipélago é uma Região onde me apaixonei e decidi ficar para sempre”.

Eu considero que, de facto, vivemos uma conjuntura em que é necessário alterar situações, que são situações difíceis para as pessoas e, neste caso específico, para os professores.

Eu vou aqui referenciar uma situação muito específica, uma carta que me foi remetida, um email, neste caso, por uma docente que se encontra nesta situação:

“Requeri, uma vez que a lei de apresentação de contrato ao serviço não contempla situações em que uma professora se encontra em gravidez de risco, remeti para a SATA um pedido de informação, uma vez que os resultados do concurso para a oferta de escola saem a 28 de agosto para me apresentar a 1 de setembro e então eu já estarei com 8 meses e 36 semanas de gravidez de risco”, (gravidez de risco).

E a SATA responde à Sra. Professora, o seguinte:

“Para poder viajar nessas condições, os passageiros devem ter uma declaração médica mencionando o tempo de gravidez e a ausência de complicações”.

Ora, como a docente se encontra numa situação de gravidez de risco, a docente, obviamente, não pode apresentar-se no dia 1 de setembro, até porque a SATA não a transporta, de acordo com as regras da companhia.

O médico não pode passar este comprovativo da ausência de complicações. Recusa-se a fazer isto.

No âmbito do atual regulamento de concursos o que acontece é que a docente tem obrigatoriamente que se apresentar, neste caso, os docentes contratados, porque isto só se aplica aos docentes contratados. Tem que se apresentar senão perde a colocação e perde, por exemplo, o direito à ADSE.

Já se encontra numa situação de gravidez de risco e enfrenta uma situação em que perde o direito à ADSE, uma vez que perde a respetiva colocação.

Eu pergunto: isto é uma situação admissível numa sociedade em que o Governo Regional e o Partido Socialista, por exemplo, afirmam que lutam pela dignificação da mulher e as mulheres que estão em gravidez de risco estão neste tipo de situações absolutamente humilhantes, um tipo de situações que prejudica gravemente as suas carreiras profissionais?

Acho que isso não é admissível. Acho que isso não é admissível de todo, ainda por cima quando existe uma impossibilidade prática, porque simplesmente a SATA recusa-se a transportar a Sra. Professora nessas condições. Não o deveria fazer neste período, que precisa de se transportar, para se poder apresentar.

Portanto, isto é absolutamente inadmissível e isto tem que ser alterado. É por isso que eu solicito a esta câmara que encontre uma solução que vá ao encontro do humanismo.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Está na proposta de alteração!

O Orador: E a solução do Partido Comunista (diz-me o Sr. Deputado Aníbal Pires, e muito bem), a alteração do Partido Comunista, resolve este tipo de situações.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Nuno Meneses.

Deputado Nuno Meneses (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O tema hoje aqui em debate é naturalmente recorrente no seio dos docentes, pois dele depende a vida e a situação profissional de muitos dos professores da nossa Região.

Falamos de um corpo docente de quase 5000 professores que têm servido a Região e o sistema de ensino regional com empenho e profissionalismo e que têm uma importância fundamental naquele que se quer um ensino de qualidade que garanta que as nossas crianças e jovens possam de futuro contribuir de forma mais efetiva para o desenvolvimento harmonioso da nossa Região.

Temos consciência da importância que tem o nosso corpo docente, como temos também a consciência de que com boas condições de trabalho e com estabilidade profissional, terão a serenidade necessária para que possam desenvolver o seu trabalho que é precioso para o futuro dos Açores.

Feito este introito, ficará claro que da parte do Partido Socialista não olhamos o regulamento de concursos como um documento acabado e fechado a alterações.

Temos consciência que dificilmente se encontrará algum dia um diploma que agrade a todos da mesma forma, porque o que entendemos necessário é que sempre que seja pertinente e perante a realidade em cada momento, se chegue a um compromisso que possa responder às expectativas da larga maioria dos docentes e acomodar os anseios dos professores.

Mas se fizermos uma retrospectiva àquela que foi a evolução que se observou ao nível dos concursos de pessoal docente ao longo dos últimos anos, sejamos

justos, muito foi feito e penso ser unânime que a esse nível temos tido uma evolução muito positiva.

Ainda há pouco tempo, falo do início deste milénio, havia escolas na Região, em que o rácio de professores por aluno era muito volátil, ou seja, a flutuação de professores era muito frequente. A população docente permanente era muito residual e foi necessário, mediante diversos normativos, a partir de 2000 e, mais consistentemente, em 2003, produzir legislação que permitisse diversas alterações necessárias.

Por um lado, concentrar num único documento, todos os normativos referentes ao concurso de pessoal docente que estavam dispersos por muita legislação, por outro concentrar os momentos concursais, permitindo-se que, independentemente do nível ou ciclo de ensino, os professores tivessem o mesmo momento de candidatura e fossem opositores ao concurso.

Esse primeiro diploma verdadeiramente regional de concurso foi efetivamente conseguido, funcionou bem e cumpriu com os seus objetivos durante cerca de 10 anos.

Nessa altura, trouxe novidades importantes, dado que estávamos num quadro de alguma instabilidade, em que a oferta de pessoal docente habilitado era escassa e a flutuação do pessoal docente nas escolas era abundante. E, portanto, havia a urgência e a emergência de estabilizar o corpo docente, coisa que foi uma preocupação do Governo Regional, e continua a ser, no sentido de dotar as escolas, por um lado, de recursos com outra permanência e com outra qualidade, e de permitir aquilo que todos consideramos valioso, que é a continuidade pedagógica, ou seja, que o aluno, pelo menos durante o ciclo de ensino, mantenha a maioria dos seus professores, com os ganhos evidentes que isso traz.

Da experiência que, entretanto, se alcançou do tempo decorrido, da própria evolução do sistema de ensino, verificou-se que evoluímos para um quadro de docentes nas escolas praticamente estabilizado. Isto foi conseguido, por um

lado, através da unificação do regime de concursos, e foi, também, conseguido muito devido à introdução das prioridades regionais que permitiram que os docentes ficassem afetos a uma escola por períodos que podiam ir até aos 3 anos. Inclusivamente, nós temos na Região um quadro docente mais estabilizado do que aquele que é o quadro docente nacional, em proporção, evidentemente.

Foi um percurso longo, como aliás seria necessário, para garantirmos também que os quadros de escola fossem sucessivamente ocupados pelos profissionais melhor qualificados que em conjunto com o sistema de prioridades garantiram também a estabilidade que era também um objetivo importante a atingir.

A esses anseios, responderam os professores de forma positiva, mesmo que em alguns casos, reconheçamos, tenham tido de sacrificar a sua vida pessoal, mas fizeram esse esforço que não é senão também mostra do seu profissionalismo e da vontade de servir da melhor forma a Região e o ensino na Região, na perspetiva de que viriam daí a tirar os devidos ganhos, pois o regulamento de concursos era realmente um diploma que lhes mereceu essa confiança.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Nós reconhecemos esse esforço e por essa razão fomos sempre firmes em relação às prioridades apesar de em vários momentos muitos dos partidos desta Casa terem tentado interferir nessa máxima, que não é senão um sinal de que não tivemos memória curta em relação àqueles que tiveram de sair das suas ilhas durante um período de pelo menos 3 anos para que não se sentissem injustiçados.

Deputadas Catarina Moniz Furtado e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, o princípio que presidiu à elaboração destes Decretos Legislativos Regionais foi a estabilidade do quadro de pessoal docente visto que o perfil dos candidatos que beneficiam de prioridade está, maioritariamente, traçado e é conhecido.

Para além disso o número de professores com profissionalização aumentou muito, também graças ao contributo da Universidade dos Açores, que permitiu ainda o engrossamento dos quadros das escolas da Região contribuindo, portanto, para essa estabilidade e nessa medida foi também necessário um período de tempo alargado para acomodar os profissionais em formação.

Com base neste enquadramento, foi em 2012 que se avançou com a possibilidade de se eliminar a anualidade dos concursos, isso porque todo esse caminho de estabilização do corpo docente estava grosso modo atingido para além de por questões demográficas o número de crianças e jovens em idade escolar, descia e não crescia, pelo que não se perspetivava a necessidade de um acréscimo ao nível dos recursos docentes.

Mas se em 2012 se perspetivou a quadrianualidade a partir de 2016, visto que se previa um concurso ainda em 2014 para acomodar a possibilidade de concurso interno aos docentes que haviam concorrido por 3 anos, manteve-se a afetação por prioridade com carácter anual para permitir a mobilidade, a aproximação às famílias e também manteve-se a contratação.

Não me parece, portanto, que com base nisto se possa dizer que os professores tenham sido prejudicados, pois foram sempre salvaguardados os seus interesses conferindo-lhes mecanismos de mobilidade que ficaram à sua disposição.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, com a introdução do concurso interno e externo extraordinário, o que é certo é que depois de 2014 não houve nenhum ano em que não tenha havido esse concurso.

O PS insiste nas virtudes do DLR n.º 8/2014/A, de 23 de junho, porque da vigência de tal diploma não resultou o persistente clima de contestação que foi referido pela oposição. Aliás, os concursos de 2014, 2015 e 2016, decorreram com celeridade, com rigor, com transparência, a sugerir, portanto, a prossecução dos objetivos.

Os Açores, em matéria de concurso de pessoal docente, possuem o sistema mais transparente e mais simples, que assegura o preenchimento atempado das vagas, sem dúvidas e sem atropelos.

Deputadas Catarina Moniz Furtado e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Num tempo de diminuição do número de alunos, que se traduz em diminuição de horários disponíveis e em diminuição de docentes contratados, nos Açores, neste ano letivo de 2015/2016, procedeu-se à contratação de mais docentes, o mesmo é dizer a mais oferta de lugares para docentes.

Fez-se essa oferta fundamentalmente em áreas que consideramos estratégicas: no 1.º ciclo do ensino básico, na educação especial, nas disciplinas de Português e da Matemática, indispensáveis, aliás, para a implementação do ProSucesso, programa de combate ao insucesso escolar.

Quanto à integração dos contratados nos quadros, só se está, efetivamente, a dar cumprimento à diretiva comunitária, porque ela aconselha a integração dos contratados, mas embora não seja definido o modelo de integração definiu-se esse modelo, definiu-se a abertura de 300 vagas, através de concursos extraordinários, que decorreram em 2014, em 2015 e em 2016, como disse. No fim deste processo, ainda este ano, far-se-á, naturalmente, uma avaliação do processo, consoante estejam ou não integrados nos quadros os docentes contratados que suprem necessidades permanentes do Sistema Educativo Regional.

Deputadas Catarina Moniz Furtado e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: E quanto a necessidades permanentes e necessidades transitórias, a definição e a diferença podem, efetivamente, não ser estabelecidas com facilidade.

Todavia, em referência ao atual ano letivo, dos 876 contratados, efetivamente, a sua grande maioria supre carências transitórias do Sistema Educativo Regional.

Nos últimos 4 anos tivemos no total a inclusão de mais 328 novos professores nos quadros de escola, o que traduz sem dúvida o sucesso do concurso e o cumprimento dos objetivos traçados.

Também com a possibilidade aberta na proposta de Estatuto da Carreira Docente de um diferente cálculo das vagas do quadro, tendo em consideração turmas de 20 alunos e não de 25 alunos, julgo que, efetivamente, no fim dos três concursos, no fim dos três anos, estaremos numa situação, que é aquela que nos encontramos agora, muito próxima da resolução daquilo que se pretendia, ou seja, da integração nos quadros da Região daqueles professores que no Sistema Educativo Regional cumprem necessidades permanentes.

Tal como foi importante entre 2003 e 2012 manter a estabilidade ao nível dos concursos, é necessário que se encerre este ciclo de 2012 a 2016 para que se possa fazer uma análise efetiva aos nossos quadros de pessoal docente, às nossas necessidades efetivas e permanentes e para que se introduza aí sim o regresso da anualidade a par das necessidades ou não de se manter as prioridades de 3 anos entre mais algumas alterações que possam ser efetivamente necessárias.

Aliás esse já foi o compromisso manifestado pelo Sr. Presidente do Partido Socialista Açores e estou em crer que os professores dos Açores podem estar tranquilos,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... porque as alterações a introduzir no regulamento de concursos serão feitas a tempo e a seu tempo e serão sem dúvida justas e acima de tudo irão proteger os professores e as necessidades do nosso sistema de ensino.

Disse. Obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começar por dizer que relativamente à iniciativa legislativa da Representação Parlamentar do Partido Comunista, que entre outras alterações que propõe ao Concurso do Pessoal Docente, Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Secundário, há uma, que aliás o Sr. Deputado Aníbal Pires destacou das propostas de alteração constantes desta iniciativa, que na realidade, do nosso ponto de vista, faz todo o sentido, que é a retoma da anualidade do procedimento concursal destes mesmos docentes e destes níveis de ensino.

Eu, sinceramente, não quereria retomar e repetir aqui um debate que já tivemos várias vezes nesta Casa, de uma forma bem acesa e até bem contraditória, para justificar a defesa dos concursos anuais, bem como para justificar a não aceitação do desterro de um docente ou de uma docente, por três anos, ir para uma ilha que não é aquela onde quer viver, que não é a sua, que não é aquela para onde quer levar a sua família, os seus filhos, etc..

Não vale a pena, penso eu, repetir esse debate. Penso que as nossas posições, em termos partidários, estão mais do que esclarecidas.

Importar-me-ia, neste momento, talvez outro tipo de observações e até de pedidos de esclarecimento.

É sabido que em 2012, no dia 30 de maio de 2012, foi aprovado nesta Casa o início da quadrienalidade dos concursos (30 de maio!).

As nossas eleições em 2012, foram em outubro, já não me lembro bem em que dia, mas talvez 4 ou 5.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Catorze!

A Oradora: Diga?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Catorze!

A Oradora: Catorze de outubro.

Ora aconteceu uma coisa extraordinária. É que de 30 de maio até outubro houve um Programa do Partido Socialista, candidato a essas eleições, onde havia o compromisso de rever e de alterar essa quadrienalidade.

E mais!... Houve um Programa de Governo, também para 2012, onde também assumia o mesmo compromisso.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso era o da Berta Cabral. A senhora está enganada!

A Oradora: Pergunta óbvia, do Bloco de Esquerda:

Como é que foi possível fazer uma avaliação entre maio e outubro...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Sra. Deputada, desculpe lá! Isso era uma proposta do PSD!

A Oradora: Sra. Deputada, deixe-me terminar. A senhora depois desmentirá tudo aquilo que quiser.

Como é que foi possível, dizia eu, fazer uma avaliação dos resultados da imposição da quadrienalidade dos concursos, entre maio e outubro, e agora, de acordo com a declaração de voto feita pelo Partido Socialista, em sede de Comissão de Assuntos Sociais, para votar contra a iniciativa do PCP, é preciso uma avaliação que dura quatro anos?

Sras. e Srs. Deputados, bem sei, como já aqui foi dito, que não é possível agradar a tudo e a todas, mas há uma coisa que ajuda, é a coerência. É a coerência dos princípios e da argumentação e se quatro ou cinco meses chega num ano, não há nenhuma razão para que passado alguns anos, neste caso quatro, sejam precisos quatro anos para fazer essa avaliação. Primeira nota, e com certeza obterei resposta. Aliás, a Sra. Deputada Catarina Furtado está desejosa de o fazer e eu também de o receber.

Depois, dizer também que a iniciativa do Partido Comunista, como já foi aqui dito nesta Casa várias vezes, tem um objetivo último, que é combater a precariedade docente. Claro que sim!

Agora, também é certo que esta iniciativa por si só, a anualidade dos concursos, não chega para combater a precaridade docente. É necessário que a ela sejam acopladas outras alterações, nomeadamente garantir a existência de vagas positivas, porque até hoje o que tem acontecido é que o balanço entre as positivas e as negativas faz com que fique mais ou menos tudo na mesma (portanto, garantir a existência de vagas positivas) e a seguir criar uma limitação clara às contratações sucessivas.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os Açores são lamentavelmente, neste momento, a única Região que ainda não cumpre de uma forma completa e absoluta a Diretiva de 1999 da Comissão Europeia, e somos também a única Região que ainda não clarificou de uma vez por todas qual é o limite às contratações sucessivas, o que nos leva também para uma velha e reiterada discussão nesta Casa com os sucessivos tutelares da pasta da educação, que é, o que são necessidades permanentes e o que são necessidades transitórias do sistema.

Eu tive há algum tempo atrás uma resposta, que reputo de engraçada, mas obviamente ineficaz, e obtive-a do atual Secretário Regional da Educação e Cultura, que me disse, mais ou menos, que as permanentes são aquelas que não são transitórias e as transitórias são aquelas que não são permanentes.

É uma explicação, enfim, curiosa, mas que não resolve coisa nenhuma, Sr. Secretário, como compreenderá e que não responde a coisa nenhuma.

Depois, outra alteração necessária foi aqui trazida também pelo Deputado Paulo Estêvão. Não é só uma questão da SATA se recusar, de acordo com os seus critérios, a transportar para uma outra ilha, onde uma docente tem que se apresentar obrigatoriamente no dia a seguir à sua colocação, porque a pessoa tem que ter um atestado, essa grávida tem que ter um atestado, a dizer que essa viagem não põe em risco a sua gravidez.

Eu levanto outras questões, Sras. e Srs. Deputados: e quando não há aviões, por razões técnicas? Ou quando há atraso no levantamento dos aviões por razões

técnicas em que nós ficamos uma, duas e três horas no aeroporto? Quando chegamos, a secretaria está fechada.

Ou quando por razões climatéricas o avião não levanta; ou quando não há barco para transportar a tralha toda de uma ilha para a outra, para onde agora se vai passar a viver, porque as viagens custam dinheiro, Sras. e Srs. Deputados, e não se pode ir a uma ilha hoje para assinar um contrato, voltar à nossa e depois voltar novamente para outra ilha, porque tudo isto custa dinheiro da nossa Região. Não é exatamente um comboio do Porto para Lisboa, embora também não seja fácil o comboio do Porto para Lisboa, mas é incomparavelmente mais fácil, é uma realidade completamente diferente.

Portanto, do ponto de vista da coerência, mais uma vez, do bom senso, isto não faz sentido nenhum. Já não é uma questão de desumanidade. É uma questão de...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Teimosia!

A Oradora: ... falta de bom senso, de irracionalidade, atendendo às tais características e às tais idiossincrasias que nós permanentemente referimos nesta Casa, e que são características desta Região, como todos bem sabemos, mas que depois parecem passar ao lado da legislação que é produzida nesta Casa.

Dizer também que, por exemplo, a contagem do tempo de serviço também tem uma idiossincrasia particular, para pior, na nossa Região, que é a contagem do docente que é colocado, por exemplo, na nossa Região, no dia 10 de setembro.

O seu tempo de trabalho começa a contar no dia 10 ou no dia 11, mas se um contratado for colocado no continente no dia 9 de setembro, começa a contar do dia 1 de setembro. Ou seja, é aqui dito variadíssimas vezes pelo Partido Socialista e pelo Governo Regional que, no caso concreto do nosso sistema regional de educação, a Autonomia tem sido utilizada em benefício do sistema, logo em benefício dos alunos, de toda a comunidade escolar e, portanto, dos docentes também.

Sras. e Srs. Deputados, isto não é verdade, porque eu já dei aqui três exemplo, e vou continuar, em como na realidade a Autonomia não tem sido utilizada em benefício para fazer diferente, em benefício, neste caso concreto, da comunidade escolar, e eu não estou a pôr só os professores no centro da comunidade escolar, estou a pôr os alunos, estou a pôr as famílias, estou a pôr no fundo toda a Região, quer o seu presente, quer o seu futuro, e não tem sido utilizada para melhor.

Falar também, por exemplo, numa outra circunstância que nos distingue para pior, que é a mobilidade por doença. Ao nível da mobilidade por doença, no continente, os docentes têm um regime próprio para essa mobilidade.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Vou terminar, Sra. Presidente.

Os docentes têm um regime próprio para essa mobilidade. Por razões de saúde, diversas, que podem ir de uma doença oncológica até a uma dificuldade de locomoção, tem que se garantir a proximidade da escola.

Aqui, na Região, não há um regime específico. Depende se há vaga ou não há vaga; depende se se faz o concurso ou não se faz o concurso.

Só acontece uma vez por ano, o que quer dizer que eu tenho que adivinhar que daqui a dois ou três meses vou ter uma doença que me obriga a estar perto da minha escola ou da minha residência. Isto é coerência? Faz sentido?

Não faz! É uma questão de bom senso.

Dito isto, e vou terminar, Sra. Presidente, a pergunta que se impõe é esta: o que é que evita, o que é impede o Partido Socialista de aceder, com a racionalidade e o bom senso que o caracteriza, a esta argumentação, de aceder a tudo aquilo que nós temos aqui variadíssimas vezes debatido nesta Casa e de perceber que há normas que não fazem sentido nenhum, são desumanas, são discriminatórias e são uma forma de descredibilizar a própria Autonomia, porque estamos a utilizá-la para pior, para penalizar quem aqui vive e não para beneficiar e distinguir numa discriminação positiva quem aqui vive.

O que é que impede o Partido Socialista de fazer isto, apesar das promessas sucessivas de que o virá a fazer, nomeadamente e normalmente, em ano eleitoral?

Obrigada.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ganhar as eleições!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Venho de novo a debate para aduzir aqui mais algumas considerações e sobretudo para, de uma forma muito sucinta, dizer ao Deputado Nuno Meneses que a argumentação que aqui foi utilizada relativamente ao regulamento dos concursos e à estabilidade que ele trouxe, não o atual, mas ao que se referiu (a argumentação de que esse regulamento, com todas as normas, designadamente aquilo que fazia a graduação dos professores por via administrativa, não por via da sua classificação profissional e do seu tempo de serviço) não foi isso que contribuiu para a estabilidade do corpo docente na Região, até porque nessa altura já a oferta, a disponibilidade de professores, nos diferentes grupos e áreas disciplinares (grupos de recrutamento, como quiserem), era suficiente para garantir essa estabilidade. Não precisava de nenhuma medida de ordem administrativa que perverte a graduação profissional dos docentes nos concursos da Região.

Portanto, Sr. Deputado, disso todos temos consciência, mesmo até, julgo eu, alguns Deputados do Partido Socialista. Eventualmente V. Exa. como é substantivamente mais novo do que eu e do que outros Deputados do Partido Socialista que são nossos colegas, ainda não se apercebeu disso, mas a verdade é esta: aquilo que foi introduzido pelo Prof. Álamo Meneses nesse regulamento de concurso apenas perverteu.

Eu diria mais ao Sr. Deputado e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Eu já o disse aqui uma vez e vou voltar a repeti-lo:

O objetivo primeiro da introdução de algumas dessas medidas administrativas no regulamento do concurso que pervertiam a ordenação e graduação dos candidatos, não tinha como objetivo a estabilidade do corpo docente. Tinha como objetivo a proteção da Universidade dos Açores (e mais!...) e de outras universidades, em particular uma outra, com a qual se estabeleceu um protocolo para que os alunos formados nessa universidade viessem fazer estágio aos Açores. Refiro-me à Universidade Lusófona, designadamente na área de educação física.

Esse, sim, foi o principal objetivo. Estamos entendidos, Sr. Deputado Nuno Meneses? Estamos perfeitamente entendidos relativamente a essa questão. Portanto, não foram essas medidas, essas perversões, que foram introduzidas no regulamento dos concursos que promoveram a estabilidade do corpo docente. Antes pelo contrário, promoveram o degredo de muitos professores.

Relativamente a outras questões, eu tive o cuidado de, na intervenção inicial, referir que sendo esta iniciativa um Projeto de Decreto Legislativo Regional, está perfeitamente aberta a propostas de alteração de todos os partidos, designadamente do autor. Eu disse-o, penso eu, logo na primeira intervenção.

Já há propostas de alteração a esta iniciativa do PCP e foram distribuídas ontem a todos os deputados. São da autoria do PSD e visam dar maior alcance e profundidade a este diploma, e muito mais.

Podem ser eventualmente feitas, designadamente até aperfeiçoar algumas como por exemplo a situação que o Deputado Paulo Estêvão referiu e que é, de facto, uma situação que está aqui prevista neste diploma, mas que a formulação que a Representação Parlamentar do PCP aqui tem, até merece ser devidamente corrigida, porque deixa isto à discricionariedade do Diretor Regional e situações como aquelas que foram descritas e outras que nós conhecemos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E que Diretor Regional!

O Orador: ... não podem ficar sujeitas à discricionariedade de um despacho do Diretor Regional. Portanto, também merece até ser melhorado.

Mas merece isso ser melhorado e muitas mais coisas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma gravidez de risco e a SATA não é obrigada a aceitar!

O Orador: E mais. Digamos que na opinião, na humilde opinião da Representação Parlamentar do PCP, esta Assembleia, pela posição do Partido Socialista, está a perder a oportunidade de no tempo certo alterar o diploma dos concursos.

O PS quer alterar. Acha que não é este o tempo. Mas este é o tempo.

Minhas senhoras e meus senhores, em particular os Deputados do Partido Socialista: este é o tempo!

Mais!... Eu não conheço ainda a posição do CDS-PP, mas julgo que a generalidade das bancadas está de acordo relativamente à necessidade da alteração do regulamento dos concursos. Até a bancada do Partido Socialista, mas acha que este não é o tempo oportuno, mas este é o tempo oportuno.

Podia ter-se construído. Aliás, o PCP entregou em janeiro, não pressionou de maneira nenhuma para que este assunto fosse agendado de modo a ser tratado em comissão, de modo a dar tempo a fazer as melhorias todas que fossem necessárias.

O PCP o único mérito que tem nesta iniciativa foi apresentá-la.

Tudo o resto pode ser construído e muito melhorado aqui, porque a proposta que o PCP apresentou é uma proposta de alteração até cirúrgica.

Portanto, pode ser e devia ser, na minha humilde opinião, construída neste momento, sob pena de no início do próximo ano letivo, ao invés, e fazendo fé (enfim, vou fazer fé, não vou pôr em questão) naquilo que já foi dito designadamente pelo Sr. Presidente do Partido Socialista/Açores, Sr. Presidente do Governo Regional, não vou pôr isso em causa, a verdade é que será feito num *timing* que já não é o *timing* adequado e, independentemente da Direção

Regional e da Secretaria Regional terem capacidade instalada para depois promoverem o concurso, a verdade é que o concurso nunca mais se realizará no próximo, e repondo a anualidade, janeiro de 2017.

Portanto, isso vai introduzir perturbações no ano letivo, no seio da comunidade escolar. Perfeitamente escusado. Uma instabilidade que é perfeitamente escusada.

Portanto, não só por obra e graça de Deus e do Divino Espírito Santo houvesse aqui alguma alteração por parte do Partido Socialista, até o PCP fará aqui algumas correções no sentido de aperfeiçoar esta iniciativa, que me parece que é o que todos desejamos, mas que afinal de contas aquilo que nos separa, e relativamente ao Partido Socialista, é apenas o tempo. Isso não me parece que seja argumento suficiente.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Quero, em primeiro lugar, dizer que o PSD é favorável a esta iniciativa legislativa do Partido Comunista e como tal vamos dar o nosso voto de apoio a esta iniciativa, todavia acrescentando mais alguma coisa.

Como foi manifestado pelo proponente, há abertura para recetividade a propostas, além de, naturalmente, do formalismo que nos permite exatamente apresentar essas propostas.

A proposta que já ontem fizemos distribuir aos Srs. Deputados, vai no sentido de eliminar a obrigatoriedade de permanência dos professores por três anos nos quadros de escola, o que significa também a eliminação dessa norma que confere uma prioridade que do nosso ponto de vista, e não só, do ponto de vista

de toda a classe docente, do ponto de vista dos sindicatos e do ponto de vista do próprio Partido Socialista, não faz sentido.

Na intervenção do Partido Socialista, que tivemos oportunidade de ouvir, foi feita uma espécie de história e história do processo legislativo relativo a concursos de professores.

Faltou, todavia, do nosso ponto de vista, fazer a história do que mais interessava neste momento termos presente, isto é, a história do diploma que em 2012 instituiu esta periodicidade dos concursos de quatro em quatro anos. E mais do que isso, qual é afinal a posição do Partido Socialista sobre a proposta legislativa que ora estamos a debater.

Não tendo o Partido Socialista feito a perspetiva histórica exatamente daquilo que agora é mais essencial, permitam-me, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, que o faça, lendo precisamente um excerto do relatório da Comissão de Assuntos Sociais relativo ao diploma que instituiu esta periodicidade.

Diz esse relatório:

“Segundo a Secretária Regional [na altura, a Dra. Cláudia Cardoso] esta alteração de um ano para quatro anos deve-se a um conjunto de fatores, dos quais destacou a estabilidade já alcançada nos quadros docentes da Região, o reduzido número de vagas colocadas a concurso em cada ano, assim como a tendência de redução do número de alunos que se tem verificado nos últimos anos.

Na opinião [continua o relatório] da Secretária Regional, através desta alteração de um para quatro anos, sublinho, dá-se mais um contributo para a estabilidade dos quadros docentes, contribuindo também para a estabilidade pedagógica e eliminam-se encargos com procedimentos concursais.

Em seu entender, nos Açores, deixou de ser necessário proceder à abertura de concursos anuais, à semelhança do que já acontece no todo nacional e na Região Autónoma da Madeira.”

Estas foram as motivações que levaram o Governo Regional e o Partido Socialista, e só eles, em 2012, a fazer esta alteração da periodicidade dos concursos de professores de um ano para quatro.

Portanto, estamos em condições de avaliar os objetivos que presidiram, que estiveram na origem desta alteração: promoção de quadros de escola, não haver vagas para lançar a concurso, os custos com toda a tramitação processual dos concursos e, veladamente também, já que a Ministra Maria de Lurdes Rodrigues havia alterado a legislação nacional, a periodicidade nacional, pois nós também aqui, no entender do Partido Socialista, solidariamente com o Partido Socialista de José Sócrates na República, devíamos tomar o mesmo caminho.

Aqui chegados, temos que fazer o confronto com a realidade e a realidade destes quatro anos demonstra, põe em evidência que estas quatro motivações foram uma autêntica falácia, desde logo, a estabilidade dos quadros de escola.

Não houve a estabilidade dos quadros de escola que então o Partido Socialista e o Governo Regional tinham como motivação, porque efetivamente não tivemos concursos em 2014 e 2016, como estava previsto, mas tivemos concursos em 2014, dois em 2015 e mais dois em 2016.

Portanto, as escolas foram sucessivamente fazendo a renovação dos seus quadros.

Depois, também não havia vagas, era a segunda motivação. Mas entretanto, no cumprimento defeituoso, indevido e incompleto da Norma 1969, da União Europeia, sobre a precariedade e a contratação sucessiva pela Administração Pública dos Estados-Membros, tivemos cerca de 300 vagas abertas.

Portanto, havia efetivamente necessidades permanentes no sistema educativo regional que o Governo rapidamente identificou. Portanto, quando em 2012 disse que não havia vagas, mentiu aos açorianos, e mentiu essencialmente aos professores que são os destinatários primeiros desta legislação.

Por fim, a terceira motivação, também foi uma falácia. Se era um problema os custos com a montagem da estrutura processual para a realização dos concursos, que não se justificava que fosse montada todos os anos, pois nós não tivemos todos os anos, tivemos todos os anos e em 2015 e em 2016 até dois concursos no mesmo ano.

Portanto, tratou-se obviamente de uma falácia.

Além disso, e aqui chegados, continuamos a verificar uma precariedade muito grande no corpo docente da Região. Cerca de 20% dos professores que trabalham nos Açores continuam em regime de contratação.

Efetivamente como foi dito, e nós também o dizemos aqui, a Diretiva da União Europeia 1999 não está a ser cumprida nos Açores.

Sendo certo que a União Europeia não definiu os termos em que ela devia ser cumprida, todavia, nós constatamos que o cumprimento que se faz nos Açores é bem mais prejudicial para os professores do que aquele que se faz no resto do país, incluindo na Região Autónoma da Madeira, onde a contratação sucessiva tem uma limitação e aqui não tem.

Portanto, também neste caso concreto a Autonomia não é uma forma específica de resolver os nossos problemas e de melhorar as nossas condições de vida, mas é um fator que perturba e prejudica, neste caso, os professores.

A realização de concursos de quatro em quatro anos não traz qualquer benefício, nem para os professores, nem para o sistema educativo regional.

Para o sistema educativo regional, porque mantém a precariedade.

Para os professores, exatamente por essa razão, além de que impede a mobilidade interna, impede a substituição de professores que no entretanto se aposentam, além de ter outros efeitos que em futuras intervenções darei conta.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Ana Espínola.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Houve um tempo em que na Região os concursos para docentes eram anuais. Depois, o Governo Socialista entendeu que deveria alterar a periodicidade dos concursos, passando então a quadrienais, justificando a necessidade de se aproximar e articular com os concursos nacionais, estranhamento abdicando da Autonomia que sempre tanto fez questão de usar nas políticas de educação, como é disso exemplo o Estatuto da Carreira Docente ou até mesmo as prioridades regionais.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

A Oradora: Alegava ainda a necessidade da estabilidade pedagógica, quando nada garante que o mesmo professor acompanhe a mesma turma durante quatro anos consecutivos.

Mas outra leitura que ainda se pode fazer sobre esta opção pelos concursos quadrienais é que, com menos, o Governo livrava-se de aferir anualmente as vagas disponibilizadas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: O Sr. Presidente do Governo Regional já manifestou a sua disponibilidade e abertura para se rever a periodicidade dos concursos e a obrigatoriedade de permanência nas escolas por três anos.

O Sr. Secretário já falou em Comissão na necessidade de se avaliar os concursos que decorreram até agora, mas agora com esta iniciativa do PCP tem oportunidade de passar das intenções aos atos, pelos vistos disponíveis, mas não tanto quanto querem fazer parecer.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem, Sra. Deputada!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu não contava participar neste debate,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Mas!... Há coisas que a gente não controla!

A Oradora: ... mas uma vez que fui instada sobre o concurso e as alterações...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É sempre com muito agrado!

A Oradora: É com gosto, Srs. Deputados, que participo no debate. Espero que seja recíproco da vossa parte.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Garanto que é!

A Oradora: Efetivamente, penso que a gravidade das afirmações do Sr. Deputado Joaquim Machado merece que eu participe neste debate, dando testemunho daquela que foi a minha ação no âmbito da alteração do Regulamento do Concurso de Pessoal Docente.

Como sabem, ou como deveriam saber, pelo menos alguns que tiveram essa experiência, os decisores políticos naturalmente decidem conforme as circunstâncias que têm e aquele que é o enquadramento com que se deparam.

Eu procurei, na altura que exerci essas funções, fazê-lo com o intuito de beneficiar naturalmente o sistema educativo regional, não sendo sectária, nem tendo a tentação de beneficiar mais uma das partes do que outra, e tendo sobretudo em mente que os nossos alunos são, sem dúvida nenhuma, o principal foco das preocupações dos governantes, mas também de todos nós que aqui temos responsabilidades políticas.

Na altura, e como bem disse o Deputado Nuno Meneses, o historial do Partido Socialista, em matéria de concurso de pessoal docente, é inegável. É um caso de sucesso.

Portanto, Srs. Deputados, ouvimos (e eu participei aqui em muitos debates sobre essa matéria) durante anos o Partido Socialista ser criticado pelos seus regulamentos de pessoal docente. Não deixa de ser com alguma satisfação que agora vemos ser elogiado sobre exatamente o mesmo regulamento.

Mas fomos nós que instituímos as prioridades regionais. Fomos nós que regulámos e estabilizámos o corpo docente nas escolas.

Fomos nós que permitimos que os nossos alunos não mudassem de professor ano a ano e às vezes em menos tempo que isso. Fomos nós que permitimos que cerca de 70% do corpo docente desta Região não fosse flutuante.

Portanto, Srs. Deputados, não nos fascinamos com o nosso papel, mas também não temos vergonha, nem escondemos aquela que foi a nossa ação.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Foi quando a senhora era secretária que se acabou com as prioridades regionais!

A Oradora: Em 2012 o que se verificava era uma situação particular. Eu quando assumi essas funções em particular, percebi que a estabilidade do corpo docente das escolas não exigia, como até então, que houvesse uma abertura com a periodicidade que se havia verificado.

O número de vagas que estavam a abrir por ano era pequeno em virtude desse cenário. Tínhamos relativamente a cada ciclo um número maior de professores disponíveis do que os estudos que possuíamos sobre o rácio e sobre o número de alunos, conforme os ciclos de ensino e, portanto, tudo indiciava que o que faria sentido era diminuir a periodicidade deste concurso, fazendo com que ele coincidissem com a periodicidade do concurso no continente, que desde 2009 não ocorria anualmente.

E também com a periodicidade do concurso da Madeira.

Portanto, foi isto, foram estas circunstâncias que estiveram na base dessa decisão, tal como agora o Governo Regional terá naturalmente números e dados que lhe permitam fazer uma análise daquilo que é melhor para o sistema educativo regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ainda vai antecipar a posição do Sr. Secretário Regional!

A Oradora: Naturalmente o Partido Socialista tem a humildade de reconhecer e de alterar a sua posição sempre que isso é necessário. Tem-no feito em inúmeras matérias. Não é esta a única matéria em que o tem feito e sobretudo

tem-no feito com a oportunidade de ser chamado a governar e a tomar as decisões na altura certa.

Eu, felizmente, no tempo em que desempenhei essas funções, as decisões que tomei foram sempre de acordo com aquilo que eu achava que mais beneficiava o sistema educativo regional e não – embora seja naturalmente importante em democracia o apoio dos outros partidos – pelo, digamos, suporte ou não suporte parlamentar que as iniciativas tivessem.

Aliás, muitas vezes esta Casa aprovou iniciativas que eu aqui trouxe, e bem. Nem sempre as mesmas bancadas, naturalmente, diversas bancadas, e bem.

Isto tudo para dizer que tenho no meu percurso esta satisfação, a de ter feito aquilo que entendi com os dados que dispunha à época, que seria o melhor para beneficiar a nossa Região, para beneficiar o nosso sistema de ensino.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: Ao contrário de outros, não tive felizmente a infelicidade de ver esta Casa, por exemplo, aprovar uma proposta de resolução por maioria, onde consideravam as políticas por mim conduzidas de sectárias, arrogantes e subjetivas. Isso sim, teria sido no meu percurso uma grande machadada e disso me envergonharia.

Perante vós, Srs. Deputados, posso dizer com clareza: aquilo que fiz foi sempre no intuito de beneficiar o sistema educativo regional e algumas das medidas, incluindo estas, eu tinha a perfeita noção da sua impopularidade e dos constrangimentos que poderiam levantar, mas atendendo também aos benefícios que sabia que iam assegurar.

Eu julgo que neste momento, passados quatro anos deste percurso, posso dizer com franqueza e com satisfação que não tive este demérito de ver no meu percurso esta câmara chamar nomes e atribuir-me adjetivos, como teve, por exemplo, um Sr. Subsecretário da Comunicação Social dos últimos governos do PSD.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho neste debate, desde logo, porque já fui citado aqui algumas vezes e achei que devia participar no debate clarificando, obviamente para quem quiser ser clarificado e ver nisso alguma utilidade, aquilo que efetivamente disse e a posição que o Governo Regional tem nesta matéria.

Mas gostaria de começar por relembrar algo que me parece uma evidência, ou não tanto, e que às vezes me parece esquecido. Eu sou Presidente do Governo dos Açores por escolha (indireta, é verdade) dos açorianos desde novembro de 2012.

E para perceberem bem a forma como eu faço essa referência, eu gostava de dizer que o Partido Socialista, também como é uma evidência, é Governo nos Açores desde 1996 e eu tenho muito orgulho, como açoriano e como socialista, naquele que é o património de políticas e de sucessos da governação do Partido Socialista.

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Quais sucessos?

O Orador: Mas há outra coisa que eu também tenho muito orgulho. É na capacidade que o Partido Socialista sempre demonstrou de não se agarrar a esses sucessos e quando é necessário corrigir ou alterar alguma coisa é o próprio Partido Socialista que altera aquilo que propôs.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É também por aí que se gera uma relação de confiança entre eleitos e eleitores.

No dia 20 de março deste ano, na qualidade de Presidente do PS/Açores, na sessão de encerramento do XVI Congresso do PS/Açores, eu disse o seguinte, e peço a vossa licença:

“Fizemos um caminho ao longo destes anos. Fizemos um caminho que, em aspetos críticos do sistema de ensino, produziu resultados que nos colocaram num novo patamar. É o caso dos concursos do pessoal docente.

Consideramos que fizemos um percurso que está consolidado – estabilização do corpo docente do sistema educativo regional – à custa também, importa ter presente e reconhecê-lo, de sacrifícios pessoais e familiares de muitos professores por força da regra da obrigatoriedade de permanência de três anos numa escola.

Considero ser possível, e para além de possível desejável, trabalharmos, após avaliação dos resultados dos concursos ordinário e extraordinário deste ano, num modelo que, salvaguardando a estabilidade dos quadros docentes, permita flexibilizar, quer a regra da obrigatoriedade de permanência no quadro de uma escola por três anos, quer a regra atualmente vigente de realização de concursos apenas de quatro em quatro anos.”. Fim de citação. Isto foi dito a 20 de março.

Duas questões que eu gostava de esclarecer a esse propósito.

Em primeiro lugar, ouvi em aparte que nesta matéria o que o PS queria, com essa posição que tem, era ganhar eleições.

Se o PS quisesse ganhar eleições e se quisesse sobretudo utilizar a situação dos professores para ganhar eleições, eu não tinha dito isso no Congresso.

Tinha dito outra coisa. Tinha dito que o PS apresentará uma proposta para acabar com os três anos e acabar com o concurso de quatro anos.

Não fiz isso, consciente daquilo que isso implicava num ano como o ano que estamos a viver.

Em segundo lugar, esta é uma coerência, Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, de valores e de princípios, porque o concurso extraordinário de três anos termina este ano. Não terminou em 2012.

Portanto, a senhora pode discordar, naturalmente, de querermos aguardar por esta avaliação. Está no seu inteiro direito.

Não pode é dizer que aguardarmos por esta avaliação no ano em que termina exatamente o concurso extraordinário nos termos em que foi definido, tem algo a ver com incoerência de princípios, com incoerência de valores, com incoerência do que quer que seja.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: É exatamente o contrário!... Exatamente o contrário!...

É por uma questão de coerência, de respeito, não apenas de respeito pelos professores. Os valores e os interesses dos professores são algo de muito importante no nosso sistema educativo.

Mas há algo que está acima disso. São os interesses e os valores dos alunos.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: É para isso que temos um sistema educativo.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Nesta matéria são valores incompatíveis?

Acho que não! Não são incompatíveis!

Acho que é possível acharmos uma boa solução para isso. Agora, por uma questão de responsabilidade, eu acho que só se deve dar o passo seguinte depois de avaliarmos os resultados do ordinário e do extraordinário. Dos dois! E então darmos o passo seguinte nesta matéria.

Foi falado também muito aqui, a propósito do facto dos Açores serem a única região do país que não cumpre a Diretiva. Não é verdade!... Não é verdade!...

Nós cumprimos a Diretiva e só quem não conhece o texto da Diretiva é que pode dizer que os Açores não estão a cumprir a Diretiva.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Porque o que a Diretiva faz não é dizer que não se pode contratar temporariamente. O que a Diretiva faz é dizer que não se deve abusar da contratação temporária.

E qual é a posição que nós temos?

A posição que temos é que numa situação de satisfazer uma vaga que está livre, digamos assim, e que corresponde a uma necessidade temporária, ou porque o professor que é titular daquela vaga está no Parlamento, está num sindicato, está em qualquer outra função, nós não podemos contratar definitivamente esse professor, por uma razão muito simples: e quando aquele que estiver impedido, voltar? Que responsabilidade é esta, do ponto de vista de gestão de recursos públicos?

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: O nosso entendimento é este.

O Bloco de Esquerda achará que está errado e provavelmente os outros partidos também, mas é esse o nosso entendimento, é esta a razão. Não é uma questão de capricho.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: A questão é que em termos de necessidades temporárias, esses casos que eu dei, que exemplifiquei...

Deputada Zuraída Soares (BE): Quinze anos não é temporário, Sr. Presidente!

O Orador: É sim senhora. É!... Se houver um professor que está num sindicato há 15, 20 ou 30 anos é temporário sim senhor.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E deve sê-lo!... E deve sê-lo!... E deve sê-lo, Sra. Deputada.

Então e como é? E quando ele voltar? Ficamos com os dois para fazer o trabalho de um? Como é que resolve?

De alguma maneira, Sra. Deputada? Sra. Deputada, de alguma maneira isso é o que alguma esquerda bem-falante (há quem lhe chame esquerda caviar!) gosta de encarar os problemas, mas não é assim.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Deputada do Bloco de Esquerda, noutras partes do país a senhora fará como entender. Aqui, nos Açores, não faz assim.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não faço o quê?

O Orador: Não faz assim, porque isso não é gerir bem os recursos públicos. Isso não é gerir bem os recursos públicos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não faço porque o senhor não deixa!

O Orador: E sabe, naquilo que depender...

Sra. Deputada, não faz assim fruto do jogo democrático.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah, pois é! O senhor não deixa!

O Orador: Não, não! A senhora já me conhece melhor do que isso.

Então onde é que nós estamos em relação a essa questão das vagas e qual é a grande diferença de entendimento?

Parte, ou dito de outra forma, resulta de partirmos de pressupostos diferentes.

Alguns partidos acham que devemos partir da situação dos professores contratados e que, portanto, todo o professor contratado tem que ser admitido definitivamente.

Deputada Zuraída Soares (BE): No final do tempo! É o que diz a Lei Geral!

O Orador: Não! Não! Desculpe! Não diz nada disso.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah, diz, diz!

O Orador: Não diz nada disso.

Nós, partimos de diferente. É que uma vaga (nós não partimos do professor contratado) que esteja preenchida e que corresponda a uma necessidade definitiva, não pode ter um professor contratado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas tem!

O Orador: Não pode ter.

Ao fim de três anos, que foi o prazo que se fixou,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas nesta Região tem!

O Orador: ... deve-se abrir uma vaga definitiva no quadro para aquele professor, porque, das duas uma, ou é uma necessidade efetiva e ele precisa de estar ali, ou então é temporária e aí resulta da natureza das coisas.

Estamos de acordo, Sra. Deputada?

Deputada Zuraída Soares (BE): Estamos!

O Orador: Não foi isso que a senhora me disse há bocadinho!

Deputada Zuraída Soares (BE): Foi, foi!

O Orador: Quinze ou vinte anos deve passar a definitivo. Não! Se é temporária, é temporária.

Portanto, essa diferença parte ou resulta dessa situação.

Alguns partem do professor contratado. Pelo simples facto de ter um tipo de contrato deve estar admitido definitivamente.

Nós partimos da situação da vaga. Uma vaga que corresponda a uma necessidade efetiva permanente tem que ser preenchida com um lugar do quadro.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ao fim de quanto tempo?

O Orador: Três anos!

Deputada Zuraída Soares (BE): Três anos!... Então há muita ilegalidade nesta Região, Sr. Presidente!

O Orador: Não, não há. Não há!

Deputada Zuraída Soares (BE): Há, há!

O Orador: Portanto, em relação a esta matéria a posição que o Governo Regional tem é clara e compreensível (clara e compreensível!). E é, na nossa opinião, um bom ponto de equilíbrio entre a questão da gestão dos nossos recursos e a satisfação das necessidades do sistema educativo.

Uma outra questão que gostaria de referir aqui tem a ver com a conversa da Autonomia: “que isto não é Autonomia”!

Claro que é Autonomia! Então não é?

Ou a Autonomia é só a capacidade de dizer que sim?

Não, não! A Autonomia é também a capacidade de dizer “não é esse o caminho que nós vamos seguir, vamos é seguir outro caminho”.

Deputada Zuraída Soares (BE): Pois é diferente!

O Orador: É isso que nós estamos a fazer aqui.

Portanto, desse ponto de vista, para concluir a minha intervenção, eu gostava de dizer o seguinte:

Em primeiro lugar, o Governo rejeita por completo a acusação de incoerência de valores, de incoerência de princípios.

Em segundo lugar, o Governo está a cumprir a Diretiva. Está a cumprir a Diretiva!

Não está a fazer como faz o continente, é verdade (é verdade!), mas está a cumprir a Diretiva.

E reafirmo, porque me parece muito importante, nós termos uma hierarquia de valores em relação a esta matéria.

Os interesses e os valores dos professores são muito importantes no sistema educativo regional, mas há algo que está acima desses valores: é o interesse e os valores dos alunos.

É para isso que nós temos um sistema educativo.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

A Sra. Deputada Zuraida Soares tinha pedido a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para um protesto.

Presidente: Um protesto a quê, Sra. Deputada?

Deputada Zuraida Soares (BE): Ao caviar!

Deputado Francisco César (PS): É tão bom!

Presidente: Tem a palavra, Sra. Deputada, 3 minutos.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo Regional, o senhor tem toda a legitimidade de discordar de mim, tem toda a legitimidade de desmentir o que eu digo e contra-argumentar, tem toda a legitimidade para defender a sua posição, a do seu Governo e a sua opção política.

Há uma coisa para a qual o senhor não tem legitimidade, nem democrática, nem de nenhum tipo, é de se virar para uma bancada desta Casa, deste Parlamento de todos e de todas açorianas, e chamar-lhe caviar.

Deputado Francisco César (PS): Não chamou!

Deputado André Bradford (PS): Alguns!

A Oradora: Porque, Sr. Presidente, não têm sido poucas as vezes que me tem apetecido chamar ao seu partido de socialista hipócrita e tenho-me contido em nome da democracia.

Peço-lhe, Sr. Presidente, que o faça também relativamente ao caviar da minha esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para um contraprotesto tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Em primeiro lugar, eu não me referi a bancada nenhuma em particular.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Estava a falar comigo, Sr. Presidente!

O Orador: Eu referi-me a uma certa esquerda, a uma certa esquerda caviar.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Estava a falar comigo!

O Orador: Mas de qualquer das formas, Sra. Deputada, registo o facto de ter assumido a conversa para si.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Estava a falar comigo!

O Orador: Em segundo lugar, vamos falar de legitimidades, Sra. Deputada e daquilo que eu posso dizer ou não posso dizer.

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Pode dizer tudo!

O Orador: Não, não posso. Não posso!

Deputada Zuraida Soares (*BE*): Há uma linha!

O Orador: Há uma coisa que eu não lhe vou dizer nunca, Sra. Deputada. Nunca!....

Deputado Luís Rendeiro (*PS*): O senhor já disse coisas ridículas à senhora!

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): O senhor, não seja ridículo!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Tenho pena que isso que a Sra. Deputada acabou de dizer não siga em todas as suas intervenções. Esse cuidado com a linguagem, esse cuidado com a ofensa.

Foi a Sra. Deputada que ainda recentemente disse que havia uma máfia...

Deputado Francisco César (*PS*): É verdade!

Deputado André Bradford (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... a propósito de um projeto. Isso, Sra. Deputada, é que se chama contradizer-se e dizer uma coisa aqui e outra lá fora.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Presidente.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para responder.

(*) **Presidente:** Sra. Deputada, em termos regimentais a Sra. Deputada pediu a palavra para um protesto. O Sr. Presidente do Governo naturalmente tem direito ao contraprotesto e o assunto fica aqui encerrado.

A senhora protestou e o Sr. Presidente do Governo tem direito ao contraprotesto. Portanto, o assunto do protesto fica assim encerrado. Não há debate em relação a protestos, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ganha o Sr. Presidente!

Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro): Não ganhei nada!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ganhou! Ganhou!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por uma questão de organização dos trabalhos da Mesa, eu perguntava ao Sr. Deputado Berto Messias se pediu a palavra para intervir no debate ou se para uma interpelação?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Então para uma interpelação, tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Para pedir um intervalo regimental de 30 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental. Regressamos às dez para as cinco.

Eram 16 horas e 21 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com o debate.

Eram 16 horas e 55 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A intervenção do Sr. Presidente do Governo suscita naturalmente alguns comentários e, desde logo, o comentário sobre o orgulho que o Sr. Presidente do Governo diz ter sobre o património e o sucesso das políticas empreendidas ao longo de 20 anos pelo Partido Socialista.

Não duvido desse orgulho. Creio, aliás, que isso não é novidade e outra coisa não seria de esperar, mas esse orgulho também se opor, ou a ele também se pode juntar naturalmente o orgulho que o PSD tem sobre o património e o sucesso de 20 anos de governação, com a mesma legitimidade destes 20 anos de governação do Partido Socialista, porque é bom sempre lembrar que o povo não é bom e não é maior nas suas decisões apenas quando vota a nosso favor.

Esse entendimento sobre a decisão lúcida e legítima do povo deve ser feito sempre e em qualquer circunstância, quando nos dá a maioria, quando nos dá a vitória como quando nos dá a derrota.

Devemos, em qualquer uma dessas circunstâncias, aprender com o sentido e o sinal daquilo que o povo expressa nas urnas.

Sobre a capacidade de corrigir trajetórias também diremos a mesma coisa. Julgo, todavia, que o Sr. Presidente do Governo Regional já não terá tanto orgulho no património e nos insucessos das políticas educativas na Região que se traduzem nas maiores taxas de insucesso escolar do país, na maior taxa de abandono escolar precoce do país e das mais altas da Europa, na circunstância de 65% dos nossos alunos necessitarem de ajudas da ação social escolar,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas é isso que está em discussão? Sra. Presidente, isto não faz parte do assunto!

O Orador: ... e de 20% do corpo docente das nossas escolas estarem em situação de precariedade.

Depois convém esclarecer que só por mau entendimento ou por má vontade, coisa que não creio, o Sr. Presidente do Governo deturpou o que aqui dissemos sobre o cumprimento da Diretiva Comunitária.

Nós não dissemos que a Diretiva não está a ser cumprida. O que dissemos e reafirmamos é que Diretiva da União Europeia, que determina aos Estados Membros a tomada de medidas para evitar a contratação sucessiva, é pior nos Açores do que o que acontece no resto do país, porque efetivamente aqui não há um travão à contratação sucessiva, coisa que acontece no resto do país (sublinho: no resto do país!) com uma norma que determina que após cinco contratações sucessivas o professor é automaticamente integrado num quadro de zona pedagógica.

Faço também notar pelo rigor das coisas que as declarações do Sr. Presidente do Partido Socialista, nessa condição, no Congresso realizado em março não foi um chegar-se à frente nesta matéria de regulação das normas do concurso de professores, mas uma reação àquilo que já tinha sido a proposta dado entrada neste Parlamento no início de janeiro.

Portanto, não há nenhuma liderança do Governo nesta matéria, pelo contrário há uma reação.

Quando o Sr. Presidente do Governo Regional invoca a necessidade de se fazer uma avaliação, também está a querer iludir os açorianos, porque a avaliação há muito que está feita. Eu vou ler:

“Sendo verdade que o corpo docente tem conhecido alguma estabilidade, não é menos verdade que tal acontece pela obrigatoriedade de muitos docentes terem de permanecer na mesma unidade orgânica pelo período mínimo de três anos, sendo que no final desse horizonte temporal muitos concorrem, nomeadamente para escolas do continente, pelo simples facto de que não se sentem suficientemente motivados para construírem a sua vida na Região.

Com o fim do concurso externo anual esta situação irá certamente piorar, mas não só por esta via. A falta de regulamentação de legislação própria que

permitiria a existência de um quadro de incentivos à estabilidade docente, somado ao fim do Capítulo XI que caiu com a última revisão do Estatuto da Carreira Docente Regional, poderá levar a médio prazo ao abandono por parte dos docentes da Região através de concurso interno dos seus lugares de quadro e o seu regresso a escolas continentais, o que se diga não seria bom para o sistema educativo regional e por essa via para a própria Região”.

Quem diz isto, quem escreveu isto foi o Programa do PS e do Governo, em 2012.

Deputado André Bradford (PS): A gente conhece!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Não, não! É o Programa do Governo, não é o programa do PS!

O Orador: Portanto, nada se alterou daí para cá que justifique hoje a avaliação. Portanto, quando se invoca hoje a necessidade de uma avaliação é uma falácia, é uma ilusão que se procura atirar para a frente dos olhos dos açorianos e dos professores em particular.

A Sra. Deputada Cláudia Cardoso não tinha previsto entrar no debate, mas ainda bem que o fez. Fê-lo com os seus, digamos, tiques habituais.

Um deles, é de facto não ter superado ainda a trauma dos 20 anos em que o Partido Socialista foi oposição.

Deputado André Bradford (PS): Ah! A gente é que não superou!

O Orador: À falta de melhor argumento, invoca sempre um episódio ocorrido nesta Casa em 1992, que só pôde ter acontecido por via da constituição de uma maioria espúria, que nada teve a ver com aquilo que os açorianos decidiram em votos.

Deputado André Bradford (PS): Maioria quê?

O Orador: Uma maioria espúria!

Deputado José San-Bento (PS): Isso é incorreto!

O Orador: Inclusivamente, uma maioria espúria que foi ao ponto de retirar membros aos gabinetes dos secretários e subsecretários regionais.

Portanto, de uma atitude revanchista,...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não, não! Está enganado!

O Orador: ... muito pouco democrática, que naturalmente não prejudica quem dela foi vítima, mas que sendo um facto da história do Partido Socialista não honra os socialistas e julgo que só envergonha os verdadeiros democratas.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Não é verdade!

O Orador: Posto isto, vamos à matéria, que é aquilo que nos importa.

A Sra. Deputada Regional, desde logo, tem no seu património político esta coisa interessante,...

Deputado Francisco César (PS): Mas isto é um património da Sra. Deputada Regional?

O Orador: ... que é de ter sido uma mulher autora das normas no regulamento do concurso que de facto prejudicam as professoras, as professoras designadamente naquelas situações que já aqui foram apontadas...

Deputado José Ávila (PS): E os alunos?

O Orador: ... pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, pela Sra. Deputada Zuraida Soares, e de outros casos eu próprio poderei testemunhar com um caso que é conhecido.

Deputado José Ávila (PS): E os alunos?

O Orador: Mas também diz que tudo o que decidiu em 2012 fê-lo na convicção de que estava a decidir pelo melhor que seria para o sistema educativo regional.

Eu não duvido dessa sua boa vontade política, até embora pudesse fazer alguma reserva sobre isso como adiante direi.

Agora, quando considerava que não havia vagas para pôr a concurso, não havia vagas porque o Governo Regional não as queria abrir, porque, aliás, no ano seguinte à senhora dizer isto e invocar esta razão,...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

... foram identificadas 300 vagas como necessidades permanentes.

Portanto, elas só não existiam porque a senhora não queria.

Tanto assim é que a sua proposta de revisão das normas do concurso de professores, que entregou aos sindicatos, que aqui tenho e que eles podem testemunhar a qualquer momento, mantinha a anuidade do concurso.

Portanto, só durante o processo é que retirou essa norma e colocou a dos quatro anos.

Portanto, tanto assim era que foi o que escreveu na proposta que enviou aos sindicatos para parecer numa fase prévia.

Portanto, sobre isto também estamos conversados.

Presidente: Sr. Deputado agradeço que termine. Já esgotou o seu tempo.

O Orador: Terminou então assim, Sra. Presidente, e depois voltarei ao assunto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal. Dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um registo. Gostaria de ouvir o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura num assunto que V. Exa. tutela. Talvez fosse bom ouvirmos a sua opinião, se é que sobre este assunto tem alguma coisa a dizer.

Eu como só tenho um minuto vou apenas referir um ou outro aspeto que me parece importante.

Primeiro: o Partido Socialista, tirando aquela intervenção monótona que fez da bancada, não disse mais nada sobre o assunto e por parte da bancada do Governo aquilo que foi feito foi uma dispersão sobre o objeto do diploma que aqui estamos a discutir, que nada tem a ver com concursos anteriores, ou melhor com o passado, mas sim com o futuro e o futuro, de facto, encaminha-nos para uma alteração que mais tarde ou mais cedo irá acontecer relativamente ao concurso do pessoal docente e que lamentavelmente ficará remetido...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sra. Presidente.

... para o primeiro trimestre do ano que vem.

Há aqui uma questão, no entanto, que eu gostaria de dizer para que não fique nenhuma dúvida.

Esta iniciativa do PCP não é uma resposta, digamos, às reivindicações corporativas dos professores. É uma resposta que atende a essas necessidades, mas sobretudo pelo efeito que ela produz. E o efeito que ela produz não é só na estabilidade pessoal e profissional dos professores e educadores da nossa Região. É, sobretudo, na estabilidade que induz nas unidades orgânicas e no sistema educativo regional e que isso fique claro, porque o Governo quando falou, falou nesta perspectiva, de que era preciso cuidar do interesse da comunidade educativa.

Pois este diploma tem como objetivo cuidar dos interesses da comunidade educativa, conferir estabilidade às unidades orgânicas e ao sistema educativo regional.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem agora a palavra. Também dispõe de cerca de um minuto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para voltar a referenciar este caso que eu aqui trouxe a esta Assembleia.

Estamos a falar de professoras que têm um quadro clínico de gravidez de risco e estamos a falar de uma Região Autónoma como Açores. Não estamos a falar de países do Golfo Pérsico que têm a perceção e têm um tipo de tratamento em relação às mulheres que se conhece.

Estamos a falar do mundo ocidental, estamos a falar dos Açores.

É um escândalo que esta situação possa existir na nossa Região.

Eu sinto-me, e termino, Sra. Presidente, envergonhado que estas mulheres sejam obrigadas a deslocar-se nestas condições de risco.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

Que sejam obrigadas a deslocar-se nestas condições de risco para não perderem o emprego. Isto não é aceitável e solicito, da parte do Governo Regional, da parte do Partido Socialista, que este problema seja resolvido, mas já (já!), de forma urgente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também muito rapidamente para reafirmar aquilo que tive oportunidade de dizer.

Com a humildade que caracteriza os Governos do Partido Socialista, nós tivemos a oportunidade de implementar medidas em diversas áreas que permitiram que fossemos nós que as implementássemos e que as reformulássemos, ou seja, que tivéssemos a capacidade crítica suficiente para, perante aquilo que menos bem funcionava nessas medidas, ter o discernimento de as alterar, processo para o qual muitas vezes não podemos contar com a participação, infelizmente o digo, da oposição.

Portanto, reafirmo o orgulho que tenho em ter participado, quer na construção de todo o processo legislativo que envolveu o concurso de pessoal docente e que determinou, ao contrário do que já foi dito aqui, a estabilidade do pessoal docente.

No início, quando o Partido Socialista chegou ao Governo, a instabilidade docente era um dos maiores flagelos com que os nossos alunos se defrontavam, não tanto pelo ónus que trazia aos docentes, mas pela repercussão que tinha em alunos que sucessivamente mudavam de professores, ficavam sem professores,

não tinham aulas de substituição, não tinham aulas de apoio, não havia alunos de educação especial integrados nas aulas e eu podia continua, interminavelmente, falando das medidas que o Partido Socialista tomou, e bem, a favor do nosso sistema educativo regional e que fazem dele com que ele tenha a maturidade que hoje tem.

Portanto, Sr. Deputado Joaquim Machado, eu não tinha o sonho de ser secretária regional. Já percebi que isto é um sonho comum a várias bancadas.

Eu não tinha este sonho, nem tenho!

Nem nenhum dos cargos que desempenhei teve a ver com sonhos ou com intenções.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Isso é dirigido à bancada do PS!

A Oradora: Teve a ver com o contributo que pude dar ao meu partido,...

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e com o contributo que pude dar à minha Região.

Tenho orgulho daquilo que já aqui disse,...

Deputado Bruno Belo (PSD): Isso é desculpa!

A Oradora: ... de não ter no meu currículo um episódio negro como aconteceu com V. Exa..

Deputado André Bradford (PS): Muito bem! Negríssimo!

A Oradora: ... em que, independentemente da maioria espúria foi apresentada uma proposta de resolução do CDS-PP, por Alvarino Pinheiro,....

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso tem a ver com o projeto?

A Oradora: ... que dizia, e cito:

“Apesar da denúncia já feita nesta Assembleia Legislativa Regional de arbitrários inconfessáveis processos que orientam a ação da Subsecretaria Regional da Comunicação Social, como foi por exemplo, o da promoção da leitura da imprensa açoriana junto da população escolar...

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que...

A Oradora: ... aquele departamento governamental ter inventado um maquiavélico critério...

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: ... de distribuir pelas escolas preparatórias e ...

Presidente: Sra. Deputada Cláudia Cardoso...

A Oradora: ... secundárias todos os jornais diários.

Assim, a Assembleia Legislativa Regional...

Presidente: Sra. Deputada Cláudia Cardoso...

A Oradora: ... ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais...

Presidente: Sra. Deputada Cláudia Cardoso...

A Oradora: ... resolve condenar a política subjetiva, sectária e arrogante...

Deputado Luís Garcia (PSD): Não está a ouvir a Sra. Presidente?

A Oradora: ... do Governo Regional”.

Muito obrigada.

(*) **Presidente:** Sra. Deputada Cláudia Cardoso, lamento ter que dizer que de facto chamei a sua atenção várias vezes para dizer-lhe que a Sra. Deputada tem consciência,...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Estava a responder ao repto do Sr. Deputado Joaquim Machado!

A Oradora: naturalmente, que a leitura desse Projeto de Resolução não tem a ver com a matéria que está aqui em discussão.

Portanto, era essa a advertência que lhe iria fazer.

Sr. Deputado Joaquim Machado pede a palavra para?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Defesa da honra.

A Oradora: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Agradeço, Sra. Deputada (agradeço do fundo do coração, acredite!), ter lido a resolução que leu. É verdade.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Joaquim Machado está no uso da palavra.

O Orador: E se mais provas faltassem àquilo que eu disse, não da parte dos seus traumas, dos 20 anos em que o Partido Socialista foi oposição, mas do seu tique habitual e sobretudo daquilo que foi essa decisão do Parlamento...

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, tem que se cingir à defesa da honra.

O Orador: ... para me fazer uma acusação, o texto da própria resolução é a minha defesa da honra, porque o que apenas diz ali é que, enquanto Subsecretário decidi, numa perspetiva de apoio à comunicação social, mas da divulgação da leitura de jornais nas nossas escolas,...

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Alguma comunicação social!

O Orador: ... facultar a todos os estabelecimentos de ensino, 2.º e 3.º ciclos e secundário da Região, um exemplar da nossa centenária imprensa regional.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): O jornal “Direto”!

O Orador: Tenho muito orgulho nisso. Portanto, a defesa da minha honra é o próprio texto daquela resolução.

Disse.

Deputado Francisco César (PS): Que jornal era?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para explicações, não sei se a Sra. Deputada Cláudia Cardoso quer usar da palavra?

Prescinde.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Secretário, eu já não tenho tempo!

Deputado José Ávila (PS): É gestão de tempo!

Deputado Luís Garcia (PSD): É gestão de tempo? É democracia!

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em dezembro passado, em audiência formal, o SDPA, Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, requereu a anualidade dos concursos.

Em janeiro passado, em ato mais informal, numa cantata de Reis, ocorrida no hall da Secretaria Regional da Educação e Cultura, o SPRA, Sindicato dos Professores da Região Açores, também solicitou a reposição da anualidade dos concursos.

A ambos os sindicatos disse que, em 2016, a prioridade era a realização sem sobressaltos de dois concursos, o ordinário que já ocorreu e o extraordinário que está em curso.

Acrescentei que também era pertinente a realização de um balanço dos três concursos extraordinários abertos em 2014, 2015 e 2016, traduzidos na abertura de 300 vagas para suprimento com professores do quadro de necessidades permanentes do sistema educativo regional.

Só depois admiti a discussão e a revisão do diploma dos concursos, sem pressas de todo injustificáveis, já que desde 2012, curiosamente data da adoção da quadrienalidade, que se verifica uma superabundância de concursos nos Açores. A saber: um em 2012; dois em 2014, um ordinário e um extraordinário; um em 2015, extraordinário; dois em 2016, um ordinário e outro extraordinário.

Mais recentemente, como aqui já se disse, no termo do mês de março, na Lagoa, no encerramento de um congresso partidário, o Presidente do Governo dos Açores, reportando-se a matérias de educação, anunciou a realização de um balanço dos concursos extraordinários após o encerramento do processo no verão deste ano.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Leram o relatório da Comissão de Assuntos Sociais? Eu posso ler!

O Orador: Mais do que isso, evidenciou o Presidente abertura para a revisão da legislação que regula a periodicidade dos concursos e a obrigatoriedade de permanência de três anos numa mesma escola.

Nós cumprimos este programa. Faremos o balanço dos três concursos extraordinários, confrontando os resultados com as expectativas sem deixar de para tal convocar os sindicatos.

Além disso, admitimos a promoção de um processo de revisão dos concursos do pessoal docente, atentando particularmente na periodicidade e na obrigatoriedade da permanência por três anos numa mesma escola, atendendo também a aspetos, não propriamente secundários, que foram aqui levantados por diversos Deputados, nomeadamente pelo Deputado Paulo Estêvão e pela Deputada Zuraida Soares.

Após a ocorrência, desde 2012, de muitos concursos, com muitas vagas, e quando agora se vislumbra à luz da legislação a interrupção de uma tal prática, por um longo tempo de quatro anos, é natural que se coloque a periodicidade dos concursos nas agendas política e sindical, mesmo como uma prioridade absoluta.

A quadrienalidade instituída em 2012, mas jamais praticada, assentava em dois princípios: no reconhecimento da estabilidade do corpo docente, aliás comprovada na existência de somente 365 candidaturas no concurso interno ordinário deste ano e na aproximação ao regime em vigor no continente e na Madeira, entretanto alterado no continente em 2014 com o estabelecimento da anualidade do concurso externo para quadros da zona pedagógica, um fator que anualmente possibilita a saída de docentes dos Açores para o continente que, por força do nosso regime de recrutamento quadrienal, só poderão ser substituídos por contratados e que poderão manter-se em tal condição por três anos escolares.

O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado pela Representação Parlamentar do PCP visa a reposição da anualidade dos concursos que possui

por vantagens a reaproximação do nosso regime de recrutamento de docentes à prática continental, o preenchimento de necessidades permanentes do sistema educativo regional com professores do quadro, com a concomitante redução do número de contratados a termo e a mais rápida aproximação de docentes ao local de residência em benefício da qualidade do ensino.

Entre as desvantagens, figura certamente à cabeça a redução do número de vagas anualmente disponíveis, sem par, nos gordos números dos últimos anos, por exemplo deste ano, com 211 vagas, 110 no concurso ordinário, 101 no concurso extraordinário.

De resto, este projeto brota de uma maneira tradicional de fazer política, isto é, pelo cavalgar de uma suposta pretensão de uma determinada classe profissional, traduzida na obtenção de popularidade.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: É, entanto, uma proposta redutora comparativamente à disposição já evidenciada pelo Governo e pelo Partido Socialista de patrocinar no tempo certo, isto é, após avaliação, só viável a partir de julho, uma revisão mais profunda, porque também mais alargada a outras temáticas, da legislação reguladora dos concursos na Região Autónoma dos Açores.

De resto, convirá recordar, como aqui aliás já se recordou, que nos Açores a governação socialista contribuiu decisivamente para a criação de corpos docentes estáveis, na generalidade das unidades orgânicas do sistema educativo regional, sem par nas manifestas insuficiências de um passado distante.

A obtenção de um tal desidrato deveu muito à cooperação e mesmo ao sacrifício dos professores.

A partir de agora, averiguadas as reais condições do exercício da profissão, poderão os docentes beneficiar de um regime de maior flexibilidade, com mais rapidez na mobilidade, fruto da eventual revisão da periodicidade dos concursos,...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Como sempre tiveram!

O Orador: ... com menor obrigatoriedade da permanência tanto tempo no mesmo local, fruto da eventual revisão da regra dos três anos.

Por acréscimo, a Secretaria Regional da Educação e Cultura, através da Direção Regional da Educação, possui a capacidade técnica indispensável para o lançamento e para a conclusão de todos os concursos de pessoal docente, independentemente da sua periodicidade.

Lamenta-se que o PCP, por razões eminentemente táticas, insista no agendamento imediato de uma iniciativa parlamentar que em devido tempo poderia suscitar um entendimento amplo e uma solução comum.

Aliás, se esta iniciativa, ao que creio de janeiro, antecede no tempo a declaração do Presidente do Governo Regional proferida no encerramento do Congresso do Partido Socialista, esta iniciativa não antecede no tempo algum diálogo entre o Governo e os sindicatos que vem desde o ano velho de 2015.

Por isso não assiste, concretamente ao PCP, legitimidade para acusar o PS e o Governo de oportunismo ou tacticismo eleitorais, quando a única motivação dos comunistas reside no desejo de chegar em primeiro lugar a uma meta suscetível de propiciar vantagens políticas.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Em jeito de complemento, duas notas, Sra. Presidente.

Duas notas sobre a avaliação dos concursos, que muito se discutiu aqui; duas notas também sobre a realização ou a possibilidade ou não da realização de concursos em 2017, questão que o Deputado Aníbal Pires colocou, com muita ênfase, no dia de ontem.

Eu acredito que os resultados dos três concursos extraordinários lançados em 2014, 2015 e 2016, correspondam às expetativas que os originaram.

Eu acredito até que as organizações sindicais e as forças políticas disponham de dados fiáveis que comprovem o êxito desta operação concursal.

Todavia, ao contrário daquilo que o Deputado Aníbal Pires e também o Deputado Joaquim Machado quiseram dizer, certo, certo, é que uma avaliação

com rigor só pode verdadeiramente ser realizada no termo do processo, daqui a pouco tempo, ou seja, no decurso do próximo mês de julho.

De resto, cheira a relativa chantagem a posição do PCP que anuncia que ou se aprova agora esta iniciativa parlamentar ou então não haverá concurso de professores em 2017.

Nada de mais errado!

No termo deste processo que pretendemos desencadear, antes ou depois de eleições, caso a decisão seja a do restabelecimento da anualidade dos concursos, pode muito bem ser lançado um procedimento concursal em 2017 e com efeitos no começo do ano letivo de 2017/2018, simplesmente porque nada obriga a que o concurso seja aberto em janeiro.

A comprová-lo basta um exemplo: este ano a publicação do aviso do concurso extraordinário aconteceu no dia 21 de abril. A 11 de julho termina o prazo para aceitação de colocações. Em setembro próximo os professores estarão colocados nas respetivas escolas.

Em anos passados aconteceu precisamente a mesma coisa em demonstração da capacidade técnica da Direção Regional da Educação.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para um protesto, Sra. Presidente.

Presidente: Um protesto a?

Deputado Aníbal Pires (PCP): À chantagem, à ilegitimidade, ao domínio...

Presidente: Sr. Deputado, tem 3 minutos para o protesto.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar por fazer este protesto dizendo o seguinte:

Aquilo que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura acabou de fazer é uma situação inaudita, de cobardia política.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires...

O Orador: Cobardia política!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem que se cingir à questão do protesto.

O Orador: Mas vou justificar e justifico.

O Sr. Secretário Regional não utilizou da palavra durante o debate, a não ser quando o autor da proposta...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E não só!

O Orador: ... esgotou o tempo e os partidos da oposição esgotaram o tempo.

Presidente: Sr. Deputado tem que se cingir ao protesto.

O Orador: Isto é para justificar a cobardia política.

Presidente: Sr. Deputado, peço atenção à terminologia que utiliza.

O Orador: É para justificar a cobardia política e o Sr. Secretário Regional depois pedirá a defesa da honra, como muito bem entender.

Depois, há aqui uma questão que para o PCP é fundamental. Tem a ver com algumas afirmações que o Sr. Secretário Regional fez e que não tem o direito de as fazer, porque elas não correspondem à verdade.

Quem faz a agenda política do PCP é o PCP, desde logo e em primeiro lugar, e tem toda a legitimidade para o fazer.

As leituras que o PCP faz da atuação do Governo e do Partido Socialista são tão legítimas como qualquer outra.

A verdade é esta: há uma questão, Sr. Secretário Regional que é a seguinte:

Avaliação dos concursos?

Presidente: Sr. Deputado, não pode voltar ao debate. Sr. Deputado...

O Orador: A avaliação dos concursos está feita. Tenho-a aqui, Sr. Secretário.

Presidente: Tem que se cingir à questão do protesto.

O Orador: Tenho-a aqui!

O protesto tem que a ver com o seguinte.

Presidente: Tem que se manter na questão do protesto.

O Orador: Tem a ver... Tem a ver com a forma como o Sr. Secretário se dirigiu à Representação Parlamentar do PCP, colocando em causa até a independência dos sindicatos. Muito grave, Sr. Secretário!

É muito grave aquilo que V. Exa. fez!

Depois, há uma outra questão, Sr. Secretário Regional. Este Projeto de Decreto Legislativo do PCP deu entrada em janeiro, no dia 4 de janeiro.

Está a ser discutido e agendado nesta altura.

V. Exas. tiveram tempo para estabelecer o diálogo com todos os partidos da oposição (não só com o autor!) para resolver este problema

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Até porque V. Exas. também o querem resolver, como o Sr. Presidente do Governo Regional, Presidente do Partido Socialista, disse em sede de Congresso.

Portanto, Sr. Secretário Regional, aquilo que fica aqui claro desta discussão, até porque não houve nenhuma discussão, por parte do Partido Socialista e por parte do Governo, sobre o objeto do diploma do PCP (nenhuma!).

Aliás, até se desviou...

Presidente: Sr. Deputado, já esgotou o seu tempo e o seu protesto está feito. Apelo à sua capacidade de síntese, porque já esgotou largamente o seu tempo.

O Orador: Sim senhora, Sra. Presidente. Certamente. Como sabe eu acato as observações de V. Exa..

Só para acabar. O Partido Socialista e o Governo, para além desta cobardia política que V. Exa. demonstrou aqui...

Presidente: Sr. Deputado já lhe pedi para ter atenção à terminologia que utiliza.

O Orador: ... centrou, na intervenção anterior, a atenção nos concursos extraordinários e no cumprimento da Diretiva, quando não tem nada a ver com isto.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires...

O Orador: E o Partido Socialista limitou-se a fazer um histórico e um arrazoado que todos nós sabemos e já percebemos que não corresponde à verdade, porque aquilo que é verdade é que o que dá estabilidade...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, lamento, mas sabe claramente que isto já extravasa totalmente a figura regimental do protesto.

Deputado Domingos Cunha (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, peço-lhe que acate a minha decisão e que conclua a sua intervenção.

O Orador: Sim senhora. Só para acabar.

Portanto, Sr. Secretário Regional, em futuros debates, assuma a coragem que hoje não teve. Assuma a coragem que hoje não teve, porque hoje a sua atuação foi de uma cobardia política inaceitável.

Presidente: Sr. Secretário, para um contraprotesto, dispõe de dois minutos.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu serei muito rápido, ao contrário do que foi o Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isto ainda não acabou, Sr. Secretário!

O Orador: Não necessitarei de prolongamentos de tempo.

Em primeiro lugar, em termos de cobardia, se eu tivesse medo não estava na política. Estou, é porque não tenho efetivamente medo. Pode ficar descansado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Secretário, já chegou muito tarde!

O Orador: Em segundo lugar, em matéria de gestão de tempo, a gestão de tempo é da responsabilidade de cada qual e se hoje me restou tempo, já muitas vezes tive neste plenário com falta de tempo, como sabe.

Finalmente, não desrespeitei nem o PCP, nem representação parlamentar alguma, nem partido político algum.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Até os sindicatos!

O Orador: Nem sindicatos!

Acerca disso tenho a minha consciência muito tranquila.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Até os sindicatos V. Exa. desrespeitou!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

(Pausa)

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 31 votos contra do PS, 15 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma declaração de voto.

Presidente: Uma declaração de voto, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Como foi perfeitamente visível, o Partido Socialista ficou isolado relativamente à votação desta iniciativa. Ficou isolado! Dos seis partidos representados nesta Assembleia, apenas o Partido Socialista, impondo a ditadura da maioria absoluta,...

Deputados Domingos Cunha e Ricardo Cabral (PS): Isso é a democracia!

O Orador: Impondo a ditadura da maioria absoluta!...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Impondo a ditadura da maioria absoluta!...

Deputado Domingos Cunha (PS): Democracia!

O Orador: ... chumbou uma iniciativa com a qual concorda. E veja-se o paradoxo: o Partido Socialista concorda que é necessário repor a anualidade dos concursos; o Partido Socialista concorda que no regulamento dos concursos, para além da periodicidade é preciso introduzir outras alterações, mas entretanto o Partido Socialista, impondo a vontade da ditadura, da maioria absoluta,...

Deputado Domingos Cunha (PS): Democracia!

O Orador: ... chumbou esta iniciativa de uma Representação Parlamentar da Assembleia Legislativa Regional, apenas por calculismo político, político-eleitoral.

Deputado André Bradford (PS): Não apoiado!

O Orador: Isto é, nós certamente estaremos, em janeiro ou em fevereiro, a discutir um novo projeto de alteração ao regulamento dos concursos, eventualmente da iniciativa ou do Governo ou do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

A isso chama-se calculismo político-eleitoral.

Deputado Berto Messias (PS): É sinal que vamos ganhar! Obrigado pela confiança!

O Orador: Com certeza que estou confiante. E estou tão confiante que vos quero tirar a maioria absoluta para que situações como aquela que se verificou aqui hoje nunca mais voltem a acontecer.

Presidente: Sr. Deputado, está numa declaração de voto.

O Orador: É isso que o povo açoriano tem que fazer. É isso que o povo açoriano irá fazer, é retirar a maioria absoluta para que regresse ao Partido Socialista alguma humildade que ao longo destes anos, desde 2000 até a esta altura, porque não é de 96, é de 2000, se arredou humildade democrática, se arredou do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e do Governo do Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): A sua proposta é que é eleitoralista!

O Orador: É isso que necessário repor. É preciso trazer a humildade para o Parlamento.

Presidente: Está fazer uma declaração de voto, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Não é o comício do PCP!

Presidente: Peço que continue a fazer a declaração de voto.

O Orador: Sra. Presidente, estou a fazer a minha declaração de voto.

Presidente: Declaração de voto, sobre o seu sentido de voto, naturalmente, não sobre o sentido de voto de outras bancadas.

O Orador: A Sra. Presidente vai desculpar-me, mas eu tenho de, na minha intervenção, fazer referência a estas questões...

Presidente: Já lhe permiti que fizesse, Sr. Deputado.

O Orador: ... até porque o Partido Socialista não votou isto convictamente, como todos nós percebemos, porque foi perfeitamente claro...

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, pelo amor de Deus!

O Orador: ... que o Partido Socialista quer repor a anualidade dos concursos, quer retirar os três anos, quer fazer um conjunto de alterações, mas não o quer fazer agora. Porquê? Porque ainda não foi feita a avaliação.

Sr. Secretário Regional, Sras. e Srs. Deputados:

Eu tenho aqui a avaliação: quantos professores foram colocados, quantos professores se aposentaram durante este período, qual foi a mobilidade para o continente. Está aqui tudo, Sr. Secretário.

Se eu sou capaz de fazer disto...

O senhor não tem ainda estes dados?

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, o Governo não pode usar da palavra!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): O Sr. Secretário não pode fazer declarações de voto!

O Orador: Sr. Secretário, pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus, Sr. Secretário!

Deputado Domingos Cunha (PS): Isso é um abuso!

O Orador: Um abuso? Não tem tempo para as declarações de voto?

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires...

O Orador: Diga, Sra. Presidente.

Presidente: Penso que não vamos eternizar nem a sua declaração de voto, nem este momento.

O Orador: Desde que o Grupo...

Presidente: O Sr. Deputado Aníbal Pires está no âmbito de uma declaração de voto.

O Orador: Desde que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, digamos, me dê condições para eu terminar...

Presidente: Darão com certeza.

O Orador: ... eu terminarei.

Presidente: Sr. Deputado, darão com certeza, se o Sr. Deputado se mantiver a fazer uma declaração de voto, confirmando o sentido do seu voto, não interpellando nem a bancada do Governo, nem mesmo as outras bancadas.

O Orador: Eu não interpelei ninguém, Sra. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado,...

O Orador: Se o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se acalmar e se me der oportunidade de eu terminar...

Presidente: Sr. Deputado, não há necessidade...

O Orador: ... a minha declaração de voto...

Presidente: Então faça o favor de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Certamente, mas é necessário que eu tenha condições para poder terminar.

Presidente: Estão reunidas as condições, Sr. Deputado.

O Orador: Estão reunidas as condições.

Como eu estava a dizer, o Partido Socialista ao votar contra esta iniciativa do PCP, não convictamente, como também ficou claro, demonstra aqui a necessidade de mudança,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): E a sua declaração de voto, onde é que está?

O Orador: ... uma necessidade de mudança que passa pela perda da maioria absoluta e pelo regresso da humildade ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM votou convictamente esta iniciativa do Partido Comunista, porque acreditamos que o regresso da anualidade dos concursos serve os professores, serve as escolas, as famílias e sobretudo, e é a nossa principal preocupação, os alunos,...

Deputado André Bradford (*PS*): Nota-se!

O Orador: ... porque evidentemente quando são criadas as condições ótimas para que os profissionais possam desempenhar o seu sentido de missão, a sua profissão com uma motivação assente na justiça da forma como são tratados pelo sistema, é evidente que todos têm a ganhar.

Eu devo dizer também em relação ao sentido de voto que o PPM teve nesta matéria:

Não tivemos qualquer preocupação do ponto de vista tático. É evidente que se tivéssemos uma preocupação tática ou eleitoralista, evidentemente iríamos remeter esta questão para o Programa Eleitoral do PPM, como alguns partidos,

nomeadamente o Partido Socialista, teve a tentação de fazer nesta matéria. Mas não foi essa a nossa motivação nesta matéria.

Nesta como em todas as áreas, o que nos preocupa é resolver as questões concretas que precisam de ser resolvidas, sem preocupações táticas, sem preocupações estratégicas, tendo como única preocupação o bem comum e a resolução deste tipo de questões.

Para terminar, Sra. Presidente, dizer o seguinte:

Denunciei um caso concreto de uma atitude barbara que a legislação contempla em relação às senhoras professoras, em relação à situação das senhoras professoras que estão grávidas e que estão ainda por cima em situação de gravidez de risco. São obrigadas a deslocar-se em situações absolutamente inaceitáveis.

Isto é algo medieval, é algo inacreditável.

Eu estou absolutamente convencido que 99,9% da população dos Açores desconhece este tipo de situação, mas a partir de hoje já sabem que esta situação não pode manter-se. Esta é uma situação que tem que ser alterada, porque senão é uma barbárie.

Deputado André Bradford (PS): Vá resolver a sua coligação!

O Orador: Isto é uma barbárie! É algo medieval, é algo inaceitável, ainda para cima. E eu faço essa justiça, faço essa justiça ao Partido Socialista, não me custa fazer. O Partido Socialista esteve na balhara pela dignificação das mulheres, muitas vezes na linha da frente, mas neste assunto em particular não está e não é admissível, Sr. Secretário.

Sei (e é num sentido construtivo que lhe vou fazer esta referência) que tomou devida nota. Eu considero que esta questão tem que ser resolvida antes da alteração legislativa.

No próximo concurso estas regras não podem vigorar. Há que apresentar, há que criar situações, situações do ponto de vista burocrático, para que as senhoras professoras não sejam submetidas a esta situação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É nos concursos!

O Orador: Há que criar as condições burocráticas, porque isto é uma questão burocrática, para que as senhoras professoras não sejam colocadas neste tipo de situação. Isto é uma questão civilizacional. Deixo em último lugar este apelo.

Termino dizendo: é um sentido de justiça esta alteração. A avaliação está feita, os senhores já a fizeram, pura e simplesmente empurraram esta questão para um processo eleitoral e na minha perspetiva agiram mal, não serviram os interesses dos açorianos, não serviram os interesses dos alunos dos Açores.

Deputado André Bradford (PS): O senhor está a trabalhar é para o voto, então faça uma coligação!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Meneses, para uma declaração de voto tem a palavra.

Deputado Nuno Meneses (PS): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os Deputados do Partido Socialista votaram contra a iniciativa em apreço, essencialmente, pelo seguinte:

Por existir a necessidade de se proceder a uma avaliação dos resultados dos concursos ordinário e extraordinário de professores deste ano;

E pelo facto dos referidos concursos estarem concluídos, isto é, com o pessoal docente no exercício de funções, apenas no último trimestre do corrente ano.

Neste sentido, entendemos que não se afigurava adequado, sem a conclusão dos concursos, introduzir alterações no regulamento do concurso vigente.

Não obstante considerarmos o *timing* de alteração inadequado, importa referir sobre esta matéria que o PS, apesar das dificuldades, considera que ajudou a trilhar um caminho que está consolidado de estabilização do corpo docente do sistema educativo regional,...

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: ... sendo que impõe-se reconhecer que o mesmo foi conseguido através dos sacrifícios pessoais e profissionais de inúmeros docentes e nós, naturalmente, valorizamos isso.

Acresce, ainda, salientar que o PS assumiu o compromisso público, através do Sr. Presidente do Partido, de trabalhar no devido tempo, clarificando que seria após a avaliação dos resultados dos concursos (ordinário e extraordinário) deste ano, num modelo que, salvaguardando a estabilidade dos quadros docentes, permita flexibilizar, quer a regra da obrigatoriedade de permanência no quadro de uma escola por três anos, quer a regra atualmente em vigor quanto à periodicidade de realização de concursos (de quatro em quatro anos).

Deputada Benilde Oliveira e Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: A iniciativa agora em apreço apresentava três vantagens a considerar, a reaproximação ao regime concursal praticado a nível nacional, o preenchimento de lugares de quadro com a supressão de necessidades permanentes, e a possibilidade de uma aproximação mais rápida dos docentes ao seu local de residência.

Não obstante as três considerações, a proposta apresenta-se como redutora relativamente às posições já evidenciadas e aqui identificadas.

Se a nossa postura fosse eleitoralista seria mais fácil aprovar o diploma e não caímos nessa tentação.

Já referimos que não entendemos o Regulamento de Concursos como um documento acabado nem fechado a alterações...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que a tempo e a seu tempo serão feitas as alterações necessárias que defenderão naturalmente os professores e acima de tudo o nosso sistema de ensino.

Disse. Obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Partido Social Democrata/Açores votou favoravelmente esta iniciativa legislativa por considerar que a periodicidade dos concursos de professores de quatro em quatro anos é injusta; por considerar que o Regulamento do Concurso de Professores contém normas relativamente à apresentação ao serviço por parte de professores que são aviltantes para a dignidade humana, nomeadamente para professoras em caso de situação de gravidez.

Mas não só para esses casos. Também nos casos em que os professores, mesmo do sexo masculino, estejam a gozar de licença de parentalidade ou de outro tipo de licenças previstos na lei, são violentamente obrigados a apresentarem-se no local de serviço, parecendo que é necessário fazer uma prova de vida, quando em muitas outras matérias, nesta Região, como no resto do país, se caminha na desburocratização, na simplificação de procedimentos.

Portanto, são normas inadmissíveis que aviltam contra a dignidade dos professores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas também porque há outras normas injustas e uma delas é a obrigatoriedade dos professores permanecerem durante três anos no quadro de escola.

Para acabar com esta norma injusta o PSD apresentou uma proposta que, naturalmente com o desfecho que o Partido Socialista impôs ao resultado final da votação, acabou por não ser sequer discutida.

Votámos favoravelmente também na convicção de que a avaliação que o Governo Regional aqui diz ir fazer, é uma falso argumento, porque é desnecessária e há muito que estava apurada, nomeadamente pela circunstância daquilo que consta no Programa do Governo e no Programa do Partido Socialista, que duvida da periodicidade introduzida em 2012, e também das

propostas que o próprio Governo Regional, em sede de negociação com os sindicatos, em 2012, fez e que não continha esta periodicidade de quatro anos, mas mantendo pelo contrário a anuidade.

Fica também o registo aqui, nesta votação, Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional, de um Partido Socialista que até deixa descair as suas convicções no sentido da concordância com as normas que aqui foram apresentadas. Todavia recusa-se a fazer a aprovação destas normas. Prefere ficar naquela situação “logo se vê”.

E eleitoralismo não era votar hoje esta matéria. É guardar para mais tarde,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... para antes das eleições, provavelmente para o fim de julho ou princípios de agosto, a notícia de que afinal o Governo Regional está disposto a fazer a alteração destas normas.

Tal como fizemos em 2012 e durante estes quatro anos, voltamos a dizer que os concursos de quatro em quatro anos são injustos, que nada trazem de vantajoso para professores, para alunos e para o funcionamento do sistema educativo regional.

Portanto, era agora a altura. Só por uma teimosia do Partido Socialista e por conveniência de calendário eleitoral é que não podem os professores ter esta garantia, já, de que em 2017, em 2018, 19 e 20 serão realizados concursos anuais com alteração destas normas aviltantes e que atentam contra a dignidade da sua pessoa e nomeadamente no desenvolvimento das suas carreiras profissionais.

Deputados José Andrade e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais declarações de voto.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 18H05.

Eram 17 horas e 51 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Valdemiro Vasconcelos foi substituído na Mesa pelo Deputado Cláudio Almeida)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos então retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 13 minutos.

Entramos agora no ponto seis: **Projeto de Resolução n.º 159/X – “Pagamento Único aos Produtores Açorianos de Leite”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Para a apresentação da iniciativa tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Depois de muitos anos o setor dos laticínios nos Açores ter sido deficitário em termos de quantidade de leite produzido, com a oferta inferior à procura, tendo por isso os produtores sido incentivados pela indústria no sentido de aumentarem a qualidade e a quantidade do leite que produziam, agora com o mercado liberalizado, a partir de 2014, verificou-se um ciclo completamente inverso.

O fim das quotas leiteiras, o embargo russo, a contração do mercado chinês e uma diminuição da procura interna, criaram uma situação séria de excesso de *stock* a nível Europeu e Mundial, levando à degradação constante do preço do leite.

Algumas indústrias, nomeadamente a BEL já definiu nos contratos com os produtores que a quantidade de leite a entregar é equivalente à sua produção de 2015 decrescida de 5% conforme acordo celebrado com a Associação Agrícola de São Miguel na qualidade de representante dos produtores.

Neste momento algumas indústrias estão já mesmo a aplicar aos produtores penalizações sempre que ultrapassem a quantidade de leite máxima imposta.

Assim, a atual conjuntura tem criado situações de discricionariedade entre os produtores, em que aqueles a quem são impostas restrições à quantidade de leite entregue à fábrica, têm sido duplamente penalizados, desde logo, porque recebem menos da indústria e depois porque recebem menos apoios uma vez que as ajudas à produção estão indexadas à quantidade.

O Conselho de Ministros da Agricultura da União Europeia admitiu a necessidade de reduzir a produção, porque o mercado só se reequilibra se houver uma redução do excesso de oferta enquanto novos mercados não forem abertos, ou enquanto os mercados tradicionais, como é o caso do mercado russo não for reaberto.

O Comissário Phil Hogan, adiantou mesmo estar preparado para autorizar, “numa base temporária”, acordos voluntários no setor dos laticínios para reduzir a produção, perante “uma situação de desequilíbrio grave do mercado”, tendo mesmo sido dada a possibilidade aos Estados-Membros de poderem adotar medidas nacionais para alcançarem este objetivo.

Considerando que é fundamental reequilibrar o mercado excedentário de produtos lácteos torna-se urgente encontrar alternativas à solução tradicional da baixa do preço do leite, que se tem verificado ineficaz e com graves prejuízos para toda a lavoura, nomeadamente, estabelecer um limite à produção, em função do histórico das quantidades de leite entregues na fábrica, sem que para isso os produtores sejam penalizados em termos dos apoios recebidos.

Assim, o CDS-PP, nos termos da alínea d) do n.º 1 do art.º 31.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do art.º 145.º do

Regimento, propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove a seguinte Resolução:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional:

Que o pagamento do POSEI à produção deixe de estar indexado à quantidade de leite produzida anualmente e passe a ser feito em função dum valor fixo por produtor. Este valor é calculado com base no melhor valor dos últimos três anos, decrescido de 5%. Cada produtor pode optar por reduzir até 20% da sua produção sem ser penalizado no pagamento do POSEI à produção;

O pagamento do POSEI à vaca leiteira passe a ser feito em função dum valor fixo, calculado com base no melhor valor dos últimos três anos, decrescido de 5%. Cada produtor pode também optar por reduzir até 20% do seu efetivo sem ser penalizado no respetivo pagamento.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Srs. Secretários Regionais:

Eu tenho aqui, para além de muitas outras dúvidas, relativamente a esta iniciativa do CDS-PP, duas dúvidas que gostaria...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Devia tentar resolver o embargo russo!

O Orador: ... de poder ser esclarecido pelo CDS-PP.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Vai votar a favor?

O Orador: Depende do esclarecimento, Sr. Deputado.

O primeiro esclarecimento tem a ver com o seguinte:

Como é que se faz o cálculo relativamente a um produtor que tenha entrado apenas há dois anos no setor? O cálculo do pagamento.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Essa é a dúvida do Sr. Secretário, não é sua!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É a dúvida da geringonça!

Deputado Bruno Belo (PSD): Foi o Sr. Secretário que mandou fazer a pergunta!

O Orador: Como é que se faz esse pagamento para os novos produtores, para aqueles que entram, uma vez que V. Exa. têm aqui que o cálculo tem a ver com base no melhor valor dos últimos três anos? Eu gostaria de ver esta questão esclarecida.

A segunda questão tem a ver com o seguinte:

Diz aqui que: “este valor deverá ser calculado com base no valor dos melhores últimos três anos de 5%. Cada produtor pode optar por reduzir até 20% da sua produção”.

Isso quer dizer, da leitura que eu faço, que este apoio, ainda que indiretamente, ou melhor, esta iniciativa do CDS-PP, ainda que indiretamente, promove a redução da produção.

Eu gostaria de ver estes dois assuntos esclarecidos. Se efetivamente, ainda que indiretamente, promove a redução da produção e como é que se resolve o problema dos produtores que entraram recentemente no setor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agradeço que se inscrevam.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, agradeço que se inscrevam. Estamos perante uma iniciativa do processo legislativo comum. Podem inscrever-se as vezes que quiserem. Penso que não há necessidade de estarmos tanto tempo à espera.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados têm que se inscrever.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Ou não!

(Pausa)

Presidente: Não havendo inscrições... Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu considero esta atitude por parte do Partido Socialista absolutamente inadmissível. Já aconteceu várias vezes ao longo da tarde...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E do Governo!

O Orador: ... e eu lamento que isto volte a acontecer. E também do Governo Regional, em relação a estas questões.

São questões do maior interesse, são questões muito relevantes. Evidentemente que o Partido Socialista tem aqui uma responsabilidade especial, tal como tem o Governo Regional no âmbito do debate destas questões.

O facto de tentarem inviabilizar o debate não realizando intervenções sobre as matérias que estão em análise,...

Deputado André Bradford (PS): Mas quem é que inviabilizou?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foram vocês!

O Orador: ... é evidente que se trata de algo absolutamente inadmissível.

Eu nunca vi isto, sinceramente. Nunca vi este tipo de comportamento no âmbito da Assembleia da República, por exemplo.

Deputado Duarte Moreira (PS): E a iniciativa, Sr. Deputado?

O Orador: Nunca vi! Isto é absolutamente inadmissível.

Deputado Duarte Moreira (PS): E a iniciativa, Sr. Deputado?

O Orador: É um partido que tem 31 deputados, que tem deputados especializados nesta matéria, tem evidentemente muito tempo para preparar este debate, coisa que os outros também não têm, e têm condições especiais para o fazer.

O Governo Regional tem na sua posse um conjunto de elementos que são importantíssimos para o debate, tem a obrigação de vir ao debate e, de facto, isto é uma situação absolutamente inadmissível.

Eu digo já a minha opinião, sem qualquer tipo de problema, em relação a esta intervenção.

(Aparte inaudível da Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

O Orador: Sra. Secretária, eu nunca vi isto em nenhum Parlamento.

Este tipo de questões, de conseguir “a partir de agora vamos desvalorizar as iniciativas da oposição e não fazemos intervenção nenhuma”, ou então como há pouco, na intervenção do Sr. Deputado Aníbal Pires, que teve toda a razão em ficar de facto enfurecido (o termo é este) com esta questão, porque o Sr. Secretário Regional (o Governo!) esteve o debate todo sem dizer absolutamente nada, e de repente quando eu fico sem tempo, quando a Representação Parlamentar do PCP fica sem tempo, aí já aparece, ainda por cima fazendo alusões aos outros partidos que já não tinham tempo para responder.

Isto é uma forma séria de estar no debate parlamentar?

Eu acho que não!... Eu acho que não!

Eu tinha que fazer aqui esta intervenção. Eu considero que estes mecanismos são mecanismos que estão bem pensados, que o setor tem a vindo a defender também, e que o próprio Sr. Secretário diz que tem vantagens.

Coloca aqui algumas questões, algumas dúvidas no âmbito das declarações que prestou no âmbito do relatório e do parecer que foi elaborado, e entretanto eu estou à espera que o Sr. Secretário,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga alguma coisa!

O Orador: ... que não foi objetivo em relação às questões que levantou a este diploma (não foi, Sr. Secretário), diga mais qualquer coisa. Isto é que é uma forma séria de estar no debate parlamentar.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Secretária Regional pediu a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Para uma intervenção, Sra. Presidente.

Deputado Bruno Belo (PSD): Sobre agricultura!

Presidente: Para intervenção tem a palavra, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para uma intervenção que não tem a ver com o objeto da iniciativa, mas que pretende responder àquela que foi a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Primeira nota: se o Governo fica sem tempo, é porque gere mal o seu tempo.

Se os senhores ficam sem tempo é porque o Governo é mau...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas quem é que disse isso?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Secretária, não é nada disso. Isso é passivismo!

A Oradora: ... e não quis que os senhores falassem.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O debate ia fechar!

A Oradora: Eu acho isto extraordinário.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Segunda questão:

Isto é uma iniciativa parlamentar, portanto não cabe ao Governo apresentar a iniciativa nem ir a correr dizer o que é que a iniciativa tem a favor ou não.

Agora há uma coisa que é preciso que fique aqui clara, Sr. Deputado. Quem decide quando fala, nesta bancada, é o Governo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Portanto, o senhor não pode tirar as ilações que tira, porque o Governo entendeu que ainda não era o tempo oportuno de falar.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão não se coloca quando é que o Governo não ia falar!

Eu tive que me inscrever para impedir que a Sra. Presidente, e todos os que aqui estão a ouvir este debate e aqueles que estão lá fora a ver...

O Governo recusou-se, pura e simplesmente!

Sra. Secretária, factos são factos!

A Sra. Presidente ia encerrar o debate. Era isso que ela ia fazer.

Deputado José Ávila (PS): Então por que é que não se inscreveu mais cedo?

O Orador: Eu só me inscrevi neste preciso momento para impedir que o Governo Regional e o Partido Socialista saíssem deste debate, desvalorizassem o debate desta questão, desvalorizassem o debate não intervindo.

Portanto, aqui não estava em questão quando é que o Governo ia realizar a intervenção.

O Governo pura e simplesmente não ia (não ia!...) intervir!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É verdade! Apoiado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É disso que se orgulham de 20 anos de democracia!

Presidente: Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada.

Sra. Deputada, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão – e já ontem tive oportunidade de dizer isso ao Sr. Deputado Joaquim Machado –, há seis forças políticas representadas nesta Casa mais o Governo e a jogada que os senhores andam a fazer nos últimos dias...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Jogada? Jogada faz o Governo!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ah! Nós é que andamos a fazer jogadas!

A Oradora: ... é: ninguém se inscreve, mas a culpa do debate não decorrer é do Governo.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Jogada?!

A Oradora: Peço desculpa se o termo foi mal escolhido. Retrato-te imediatamente: a estratégia que os senhores andam a utilizar é de que não se inscrevem para depois poderem dizer que o Governo não quer debater.

A responsabilidade de fazer um debate é igualmente vossa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

(*) **Presidente:** Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra, mas antes de dar a palavra ao Sr. Deputado...

(Apartes inaudíveis entre as diversas bancadas)

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados...

Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão quero lembrar a câmara que o que nos traz aqui e agora, neste momento, é o ponto seis da nossa Agenda.

Penso que os argumentos já foram esgrimidos, penso que estão justificados.

Apelava ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, naturalmente, que se cingisse agora sobre a matéria, até como forma do debate poder decorrer sobre a matéria que está aqui em debate.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, evidentemente, percebo a solicitação de V. Exa. e vou respeitá-la, tendo em conta o seguinte:

Em relação à posição do PPM nesta matéria já disse que considerava esta iniciativa uma iniciativa muito meritória e que a vou votar favoravelmente.

Em relação à outra questão, que é a questão da liberdade, da democracia e da crítica.

Ninguém está isento, em democracia e num Parlamento como este que se quer democrático, à crítica.

Evidentemente considero que esta crítica que eu fiz ao Governo (eu não a fiz com qualquer tipo de satisfação, porque é a primeira vez que estou aqui um bocadinho mais chateado, nesta sessão, ao longo do dia) não a fiz com satisfação.

Fiz por indignação.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É um direito!

O Orador: Porque a atitude do Governo de não participar é algo que é absolutamente inaceitável, como na outra intervenção foi absolutamente negativa.

Portanto, acho que não favorece o debate democrático. Foi esta a crítica que eu fiz.

Era só o que faltava se a Sra. Secretária agora me dizia, ou me diz, ou quer condicionar a minha liberdade de crítica.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não! É o contrário! O senhor quer condicionar o Governo! É o Governo!

O Orador: Eu vou fazê-la sempre, em qualquer circunstância.

Sra. Secretária, vou dizer-lhe uma coisa:

Aqueles que me conhecem sabem uma coisa: eu não sou pressionável.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Eu também não!

O Orador: Ninguém condiciona a minha liberdade de expressão.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): E a minha também não!

O Orador: Eu considero que é fundamental que o Governo participe no debate e essa crítica de não participação, porque o debate estava a encerrar, eu considero que é uma crítica que os senhores estavam a merecer.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Então o senhor tem que estender a toda a câmara. A questão é só essa!

Deputado André Bradford (PS): O seu problema é outro, Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a Mesa continua sem inscrições.

(*Pausa*)

Pergunto se há inscrições?

(*Pausa*)

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Aníbal Pires, não quero que fique uma vez mais, já que em sede de Comissão foi difícil conseguir esclarecê-lo...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

A Oradora: Não vou aqui lembrar o episódio.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas foi bem lembrado!

A Oradora: Portanto, é legítimo que traga ao debate novamente as questões que tinha, e que tenha adotado como dúvidas suas algumas trazidas pelo Sr. Secretário.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já existiam a nível da Comissão!

A Oradora: Com certeza!

Em relação à questão da diminuição do valor da produção, esta proposta do CDS não impõe qualquer redução à produção. O que se tem passado é o seguinte:

Neste momento, as fábricas estão a impor restrições à entrega de leite na fábrica e está a verificar-se que há produtores que estão a ser duplamente penalizados: vendem menos àquela fábrica que lhe impôs uma restrição e depois quando vai receber a ajuda, como a ajuda está indexada à produção, volta novamente a ser penalizado, porque foi obrigado pela fábrica a produzir menos e recebeu menos da sua ajuda.

Esta é uma forma de conseguirmos fazer com que não seja duplamente penalizado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem explicado!

A Oradora: Em relação aos produtores numa primeira instalação, eu devo lembrar-lhe que isto é um Projeto de Resolução e cabe ao Governo, depois, regulamentar o pagamento das ajudas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Mas o CDS está obviamente disponível para encontrar uma solução para os jovens agricultores. Nomeadamente em relação ao ponto dois, não há qualquer problema, é o pagamento ao encabeçamento, portanto tem um projeto com um x número de vacas, tem um certo efetivo, o pagamento é feito ao efetivo.

Pode fazer-se um cálculo sobre a produção média em função da raça e do histórico para o seu efetivo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Ao fim de um mês de ajuda se se verificar que aquele produtor está muito eficiente e está acima, faz-se o ajusto do valor; se se verificar que está a baixo pode-se automaticamente no mês seguinte fazer... Mas cabe ao Governo depois fazer a regulamentação do pagamento à ajuda.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu como não tive oportunidade, em sede de comissão, porque não me foi permitido esclarecer esta situação, porque estas perguntas, ou parte delas, eu já tinha feito à Sra. Deputada do CDS-PP...

Deputado Francisco César (PS): Como é que não foi? Foi dada uma oportunidade especial! É verdade ou é mentira?

O Orador: ... mas tirando agora este considerando, dizer o seguinte, Sra. Deputada Graça Silveira:

Eu julgo que temos na nossa Região, relativamente ao setor do leite, situações diversas. Por exemplo, a situação da Ilha Terceira é uma situação que, de facto, para além da crise toda que está instalada no setor, a fileira do leite na Ilha

Terceira, os produtores de leite na Ilha Terceira, vivem ainda uma situação mais dramática, onde lhes é imposta a redução da produção, sob pena de penalização. Mas isso penso que não é transversal a todas as ilhas que estão vocacionadas ou onde a produção de leite tem, de facto, uma expressão conhecida. Isso, portanto, não é transversal a toda a Região, o que quer dizer, na minha opinião, na minha modesta e humilde opinião, que a solução não pode ser a mesma solução para as diferentes situações que temos na Região.

O exemplo da Ilha Terceira é paradigmático.

Essa situação não verifica eventualmente aqui. Não é em todas as fábricas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas o problema é exatamente esse. Uns que entregam numa fábrica são penalizados, outros que entregam noutra não são!

O Orador: Sim senhora, mas a situação é diversa.

Portanto, para um problema que tem algumas diferenças, não se pode adotar a mesma solução.

Por outro lado, se é verdade... Aliás na pergunta que eu fiz na primeira intervenção relativamente à questão de se isto trazia, ainda que não de forma explícita, um apoio à redução da produção, não traz de forma explícita, mas está aqui. Mas não é para todos os produtores de leite, Sr. Deputado, porque há produtores de leite que não são penalizados, não têm essa penalização. Isso só se verifica nalgumas situações.

Para o PCP a questão é a seguinte:

Se há soluções diversas, se há situações diversas (não estou não) a solução não pode ser igual para todos e, por outro lado, tem aqui claramente um apoio à redução da produção e se tem um apoio à redução que pode ir até 20% da produção, eu não posso concordar com isso. Eu não concordo com nenhum tipo de apoio à redução da produção. Não posso!

Eu não posso dar o aval a uma iniciativa que ainda, não de forma explícita, contempla um apoio à redução da produção.

Se é preciso resolver o setor, designadamente onde ele é até mais dramático, e mais dramático neste momento julgo que é para os produtores de leite da Ilha Terceira, certamente! Estamos de acordo.

Vamos procurar soluções.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O problema do excedente não é só da Terceira!

O Orador: Ah, não, Sra. Deputada!

Sra. Deputada, pelo amor de Deus!

Se temos situações diversas, não podemos ter uma solução...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quer ser esclarecido?

O Orador: Quero!

Portanto, não podemos ter soluções idênticas ou gerais para situações que são completamente diferentes.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco César tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, não é para uma intervenção.

É para ou uma interpelação ou um protesto. Eu penso que talvez o protesto seja a figura que melhor se afigura para utilizar, tendo em conta que o Sr. Deputado Aníbal Pires fez um conjunto de afirmações sobre o facto de não poder falar na Comissão, que não correspondem à verdade. Mas se a senhora preferir posso sempre fazer uma intervenção, mas acho que foge ao âmbito.

Presidente: Penso que uma interpelação para esclarecimento da câmara.

O Orador: Sra. Presidente, já não é a primeira vez que o Sr. Deputado Aníbal Pires viola um conjunto de normas que estão estabelecidas, ou no Regimento ou naquilo que é o habitual funcionamento, ou na praxe parlamentar em Comissão. Eu gostaria que ficasse claro aqui perante a câmara e perante todos os restantes Deputados, alguns deles são testemunhas, de que ao Sr. Deputado Aníbal Pires

não lhe foi vedada a possibilidade de fazer nenhuma pergunta, em Comissão, no momento adequado para o fazer.

O facto é que o Sr. Deputado Aníbal Pires, em Comissão, aquando da audição do Sr. Secretário Regional, achou por bem que não deveria ouvir o Secretário Regional, mas sim uma Deputada de um outro partido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ao que isto chegou!

O Orador: Ao que lhe foi dito que, em primeiro lugar, nós temos o dever de boa educação para quem recebemos, ou seja, se estamos a receber o Sr. Secretário devemos interpelar o Sr. Secretário; em segundo lugar, há um momento próprio em Comissão para debater o diploma.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Foi essa possibilidade que lhe foi dada, aliás até de uma forma excepcional, porque não era aquele o momento, mas porque a Sra. Deputado tinha compromissos e tinha que sair, e bem, porque é essa praxe normal em Comissão.

Foi-lhe dada uma oportunidade para interrogar a Sra. Deputada do CDS, ao qual a Sra. Deputada respondeu na própria Comissão às dúvidas que lhe foram colocadas.

Agora, lançar a anátema de que “não me deixam falar”, não me parece correto, não me parece adequado e não é bom tom de uma câmara que deve ser plural e a quem deve ser dada possibilidade a todos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Democrático, que é uma coisa que a Comissão não tem!

O Orador: ... de consideramos que as pessoas são pessoas de bem.

Neste caso, fomos todos de bem e o Sr. Deputado está a fazer uma interpretação que me parece que não é a mais correta.

Tenho dito, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado Francisco César pelo esclarecimento.

O Sr. Deputado Aníbal Pires pediu a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

A situação é a seguinte:

O Deputado do PCP em sede de apresentação da proposta que agora estamos a discutir (a Representação Parlamentar do PCP e o Deputado do PCP) não tem nenhuma responsabilidade pelo facto do Secretário Regional da tutela estar presente, mas aquilo que se tratou, a figura de que estamos a falar, é de audição da autora da proposta, designadamente a Deputada Graça Silveira que ainda não tinha apresentado a proposta e que a foi apresentar em sede de Comissão de Economia.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto é um debate?

O Orador: E o Deputado do PCP necessitou (até por isto, até porque a Deputada ia sair) de fazer perguntas, designadamente deste teor que aqui estamos a fazer...

Deputado Francisco César (PS): Mas depois conseguiu fazê-las!

O Orador: ... e isso levantou alguns problemas na Comissão de Economia, porque o funcionamento da Comissão de Economia não me parece, para não adjectivar de outra maneira, que seja o melhor para o funcionamento democrático da Comissão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José Avila (PS): O Parlamento da Rússia é melhor!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, pediu a palavra para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma interpelação muito rápida, Sra. Presidente. Embora pareça retórica, não é. Estamos aqui a discutir os procedimentos de discussão na Comissão de Economia ou estamos a discutir um diploma que vem a esta Casa para ser discutido pelas diversas bancadas, pelo Governo?

E já agora, se o Governo está presente, se ouviu a apresentação do diploma ali de cima (se ouviu!) e se quer participar no debate?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Penso que não há mais interpelações e penso que naturalmente teremos que retomar o debate, que é para isso que cá estamos.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa que o CDS traz hoje aqui não é um incentivo à redução da produção.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não?

A Oradora: Deixe que lhe explique.

Neste momento, há um entendimento entre todo o setor (produtores, fábrica, Governo, todos!) de que é preciso colocar um teto e ficou subentendido e acordado, até a uma decisão final, que o ano de 2015, que foi o melhor ano de todos, seria ano de referência e até, se não estou em erro (pode corrigir-me, Sr. Secretário), era o ano em que estaríamos a atingir a nossa quota máxima da Região, se o sistema de quotas ainda estivesse em vigor. Estou correta! Portanto, isso foi o que ficou acordado.

Acontece que alguns dos produtores, por alguma razão, por algum problema no seu efetivo, possa não ter o ano de 2015 como o melhor ano e daí acharmos justo colocar a possibilidade de ser escolhido para cada produtor o melhor dos últimos três.

Há ilhas, como a do Faial por exemplo, que é o seu exemplo, que estão muito longe de atingir o máximo,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É um exemplo!

A Oradora: ... porque o Faial, nos últimos seis anos, a tendência tem sido a de abandonar o setor, não por questões de imposições, não por questões de

pagamentos de ajuda, mas porque deixou a produção de leite e passou para a produção de carne. Até por isso a CALF está com um problema grave. Neste momento está com 40% de laboração.

Portanto, não é uma questão de apoios, não é uma questão de injustiça. É uma questão de opção do setor.

E se diz que o problema é grave na Terceira, na Terceira o problema é grave porque temos o monopólio.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Claro! Monopólio privado!

A Oradora: Mas em São Miguel o problema é muito mais grave porque temos quatro fábricas diferentes, a dar diferentes instruções aos seus produtores e a colocá-los numa situação desigualdade.

Aquilo que esta iniciativa quer é que pelo menos o que está na mão do Governo, que não pode fazer ingerências nas fábricas, seja de dar um sinal que o pagamento das ajudas, pelo menos aí, não os coloca em situação de desigualdade e o pagamento passa a não estar indexado à quantidade.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, foi dito em Comissão de Economia, e ainda hoje também na comunicação social também saiu, que o Governo, em conjunto com a Federação Agrícola, estava a trabalhar esta matéria. Tanto é que há um compromisso de apresentar propostas de alteração do POSEI até ao dia 21 de julho, sendo estas depois entregues em Bruxelas até 31 de julho.

A própria Federação admite que esta iniciativa enquadra-se nestas alterações.

Por esta razão, eu reforço aqui a necessidade de que o Governo se pronuncie para a gente também saber o que é que estamos discutindo, para além desta iniciativa.

Deputado Francisco César (PS): Como é que o PSD vai votar?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda não sabe! O Jorge Rita ainda não se pronunciou!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O subprograma para a Região Autónoma dos Açores, do Programa Global Portugal, foi apresentado ao abrigo do Regulamento CE 247/2006, do Conselho, de 30 de janeiro.

De acordo com o definido neste subprograma da Região a estratégia assenta em quatro objetivos principais:

- contribuir para compensar os elevados sobrecustos que atingem as fileiras agrícolas numa Região fortemente marcada por handicaps, nomeadamente a ultraperificidade;
- aprofundar a diversidade da base produtiva regional e aumentar a produção e a qualidade dos produtos alternativos e favorecer a sua comercialização;
- apoiar as atividades económicas predominantes, nomeadamente o leite e a melhoria da produção de carne de bovino;
- e ainda contribuir para a manutenção da produção interna e para a satisfação de hábitos de consumo locais.

A estratégia pretende contribuir, ou pretendia contribuir, para o desenvolvimento de uma agricultura de qualidade e sustentável, que assegure a viabilidade, a longo prazo, das suas maiores riquezas do arquipélago: as comunidades rurais e o património natural.

A definição da estratégia desenvolveu-se com base na avaliação que as autoridades regionais e a comissão fizeram do Programa POSEIMA, no âmbito do Regulamento CE 1692, do Conselho de 15 de junho, do Regulamento CE n.º

1453/2001, do Conselho de 28 de junho, e tendo em conta a reforma da Política Agrícola Comum acordada na Cimeira de Luxemburgo em 2003.

O programa dos Açores contempla duas intervenções, como é conhecido de todos, nomeadamente o regime específico de abastecimento e ainda as medidas de apoio às produções agrícolas locais que integra medidas no âmbito da produção animal, da produção vegetal, da transformação e da comercialização.

Sabemos também que o envelope financeiro do POSEI para a Região é superior aos 70 milhões de euros por ano.

Este programa constituiu-se no passado recente como fundamental para o aumento das produções regionais e tal estratégia teve de ser adotada como estímulo ao aumento dessas produções que tiveram como resultado a melhoria e o aumento na capacidade da expedição dos produtos dos Açores e a substituição de importações.

Este incentivo ao aumento das produções teve também reflexo, e bem, no aumento da produção de leite, nos quais, nos últimos 10 anos, aumentou mais de 100 milhões de litros, o que representou cerca de 20% de aumento.

Mais recentemente, de 2012 até 2015, a produção regional aumentou 10,3%.

Portanto, o figurino do POSEI e os apoios nele previstos foram desenhados num determinado contexto de relativa normalidade dos mercados, normalidade que trouxe não só o aumento da produção, mas também da sua qualidade com reflexos no escoamento dos produtos dos Açores.

O melhor indicador deste facto é a evolução do preço do leite que registou uma trajetória ascendente desde 2011 até 2014, que passou, nesse período, o preço médio, de 25,889 euros por 100 kg para os 28,555 euros também por 100 kg.

Posso só ilustrar aqui para a câmara um gráfico demonstrativo desse crescimento...

(Neste momento o Sr. Deputado mostra à câmara um gráfico)

... sendo o ano de 2014 o melhor ano dos últimos seis anos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): 2015!

O Orador: 2014, o melhor ano em termos de preço.

Com a anomalia dos mercados que se verificou a partir do final de 2014 e mais intensamente nos anos 2015 e 2016, verificou-se uma diminuição significativa dos preços, sendo que no final do primeiro trimestre de 2016, portanto, no presente ano, esse preço médio situava-se já nos 26 euros por cada 100 kg de leite. Isto são dados do Instituto de Alimentação e Mercados Agrícolas (IAMA). Portanto, isto demonstra claramente que é a conjuntura externa de excesso de leite no mercado internacional, e para a qual os Açores pouco ou nada contribuíram, que está a criar dificuldades que atualmente se verificam na fileira do leite na nossa Região.

É, pois, um problema de mercado da comercialização e não um problema ao nível da produção, embora com efeitos nesta.

Neste momento, o POSEI, no que à produção de leite diz respeito diretamente, possui os seguintes prémios:

- Apoio à Vaca Leiteira no valor de 190 euros por vaca, com um máximo orçamentado de 12 milhões 211 mil euros;
- e o Prémio aos Produtores de Leite no valor de 35 euros por tonelada, com o máximo orçamental de 20 milhões, 785, 147 euros.

Chegados a este ponto, há de facto que tomar medidas que desincentivem o aumento da produção sem prejudicar os produtores e nessa perspetiva concordamos com algumas das ideias expressas no preâmbulo do Projeto de Resolução aqui apresentado pelo CDS-PP.

O mesmo, no entanto, na sua parte resolutiva, cria-nos algumas dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas, porque não foram totalmente esclarecidas em sede Comissão, pelo menos para mim (se calhar o problema é meu),...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é!

O Orador: ... que é, o que é que o CDS prevê de redução de produção com esta sua proposta?

Deputado Berto Messias (PS): Disso depende a nossa votação!

O Orador: As outras questões que tinha aqui para fazer já foram feitas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires e foram parcialmente respondidas pela Sra. Deputada Graça Silveira, de maneira que não as vou repetir nem vou pedir que volte a dar resposta às mesmas.

Nesta minha primeira intervenção, Sra. Presidente, ficava-se por aqui. Depois voltarei ao debate.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olha!... Está cá!

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Neto Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de tentar centrar o debate com alguma objetividade naquilo que é a proposta do CDS-PP e naquilo que o Governo tem feito relativamente a esta matéria, gostaria de dar uma nota prévia dizendo aos Srs. Deputados que acabam de dirigir algumas críticas à participação do Governo no debate, que o Governo nunca se escusa a vir ao debate...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh, senhor! A Sra. Presidente, já estava a fechar o debate!

O Orador: ... e particularmente nesta área. Aqui estou eu a falar.

O que o Governo faz, e está dentro das suas competências e da forma de gerir o debate, é o tempo e o momento em que deve usar da palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a hora regimental!

O Orador: E é isso que estou agora aqui a fazer.

Mas vamos centrar-nos no debate e vamos criar objetividade naquilo que estamos aqui a discutir.

(Diálogo entre os Deputados André Bradford e Paulo Estêvão)

Deputada Zuraida Soares (BE): Eu não ouço nada!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não consigo perceber o Sr. Secretário!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Secretário está no uso da palavra.

O Orador: O POSEI, como todos sabemos, é um programa de que a Região dispõe há alguns anos e que tem por objeto criar, ou pelo menos minimizar as diferenças entre as Regiões Ultraperiféricas e aquilo que é a realidade dentro do centro europeu.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PPM)

O Orador: Sra. Presidente, eu gostaria de tentar concluir.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, a questão da audição do Sr. Secretário depende naturalmente de todos vós, porque só com silêncio é que se pode ouvir quem está no uso da palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eleve um bocadinho a voz, Sr. Secretário!

O Orador: Se houver silêncio todos me ouvem, certamente.

Dizia eu, enquadrando esta iniciativa do CDS e centrando o debate naquilo que de facto é objetivo, que o POSEI desenhado para auxílio às Regiões Ultraperiféricas e para criar condições que minimizem os efeitos da distância relativamente aos mercados do centro da Europa e aos países do centro da Europa, permite, na sua regulamentação, ou concede à Região, neste caso aos Açores, a prerrogativa que temos usado muitas vezes de podermos ajustar a

cada momento aquilo que são não só as dotações dos diferentes prémios, mas também a forma, os critérios como eles são aplicados.

Se bem se recordam, e discutimos várias vezes neste Parlamento, em 2014, procedemos a uma revisão profunda, muita dela originada num problema que ocorreu no final de 2013 e que teve exatamente a ver com o rateio fortíssimo que aconteceu no Prémio aos Produtores de Leite, fruto da situação de então.

Recordam-se que o Prémio aos Produtores de Leite, que estamos também hoje aqui a discutir e a vaca leiteira, era atribuído em função das quotas de cada agricultor e isso provocou, nesse ano, um rateio enorme e despertou a atenção de todos para a necessidade de nessa altura se fazer uma revisão que acautelasse e minimizasse esse problema.

Assim foi, em 2014, num cenário completamente distinto, para não dizer mesmo inverso do que vivemos atualmente. Estes prémios foram de facto direcionados para a produção e funcionaram, em 2014 e em 2015, como incentivadores dessa produção, porque o Prémio aos Produtores de Leite é pago, no figurino atual, em função da quantidade produzida e entregue nas fábricas em cada ano, e o Prémio à Vaca Leiteira é pago em função do número de vacas que os agricultores candidatam em cada ano.

Portanto, estamos de acordo que neste momento, face às contingências do mercado, que ainda ontem discutimos ao pormenor, que estamos a viver, é necessário, usando as prerrogativas de que a Região usufrui, retificar os critérios destes dois prémios.

Até aqui estamos perfeitamente de acordo, Prémio aos Produtores de Leite e Prémio à Vaca Leiteira.

O Governo, como também tive oportunidade de referir na audição em Comissão há poucos dias atrás, desencadeou, à semelhança do que fez noutros momentos, um procedimento que é normal, que é habitual, de propor algumas soluções para resolver esta questão, alterando o critério de atribuição do prémio em função do aumento da produção entregue ou do número de vacas leiteiras

existente, alterando esse critério exatamente para ajudar a minimizar um problema com que todos os agricultores, todos os membros da fileira do leite, se debatem.

Aquilo que o Sr. Deputado Renato Cordeiro referiu há bocadinho, a data de 21 de julho, foi de facto a data acordada para termos uma posição final, consensualizada com as Associações Agrícolas da nossa Região, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Aquelas que vêm aos congressos do PS!

O Orador: ... a quem também e muito bem foram solicitados pareceres (e eu também gostaria de referir esse aspeto).

Têm até a essa data para apresentar uma proposta final de alteração destes critérios, que provavelmente poderá também, e aproveito a oportunidade para referir, incluir pequenos acertos noutros prémios, designadamente na área da produção de carne.

Portanto, aquilo que eu disse em Comissão e volto aqui a repetir, é que, partilhando da análise que o CDS faz nesta proposta de resolução e que está clara e bem explícita no seu preâmbulo e que tem a ver com as condições atuais de produção e de mercado nos Açores, o Governo entende, e já pôs esse processo em prática, que de facto é necessário alterar os critérios destes dois prémios.

O que o Governo entende também, e queria reforçar aquilo que vou dizer a seguir, é que para além desta proposta que o CDS coloca à discussão existe um conjunto de outras soluções...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais são?

O Orador: ... para resolver o problema, ou seja, outras soluções com idêntica finalidade.

Portanto, é prematuro neste momento vincularmo-nos apenas a esta solução, quando correm negociações com os principais interessados (agricultores através das suas associações) no sentido de se consensualizar uma proposta final que seja satisfatória para toda a fileira.

Recordo, por exemplo, os pareceres que esta iniciativa acolheu da Federação Agrícola dos Açores, em que diz exatamente isto que eu estou a referir nesta Assembleia, um parecer da Associação de Agricultores do Pico que se opõe a esta solução, e um parecer da Associação de Agricultores das Flores que concorda, desde que isto não altere ou não tenha efeito noutros prémios do POSEI. É pelo menos aquilo que eles remeteram à Comissão.

Portanto, insisto que é prematuro vincularmo-nos apenas a esta solução, até porque (permita-me também, Sra. Deputada Graça Silveira, referir alguns dos aspetos que já foram manifestados pelo Sr. Deputado do PCP relativamente a algumas lacunas que penso que é importante esclarecer, designadamente, e também tive a oportunidade de referir em Comissão) a proposta é omissa quanto aos montantes unitários das ajudas e aos montantes globais previstos para as mesmas.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O senhor é que tem que regulamentar o diploma, não sou eu, Sr. Secretário!

O Orador: É omissa, porque não especifica o que fazer em caso da dotação orçamental não permitir acomodar a regra dos rateios, portanto, vai ou não provocar rateios,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não estou a assumir os 100% de rateio que o senhor tem que fazer!

O Orador: ... serão concedidas dotações orçamentais que evitem ou não este problema, nem tão pouco a gestão das verbas que venham a sobrar numa distribuição designada por distribuição pró-rata.

Não especificam a questão dos Jovens Agricultores, dos novos agricultores que tendo ou não projetos como é que entram. Remete para uma decisão do Governo (é o normal).

Também não se pronuncia sobre a possibilidade de transferência de um valor fixo para determinado produtor, por eventual morte ou outro qualquer problema que ele tenha.

Estes assuntos, todos, devem ser detalhados, debatidos, consensualizados, para que de facto a proposta final seja uma boa proposta para os Açores.

Portanto, permitam-me terminar dizendo que estamos de acordo com a análise, com o enquadramento, com os pressupostos invocados. Não estamos de acordo que esta seja apenas a solução, uma vez que correm neste momento, em sede adequada, em sede própria, um conjunto de negociações no sentido de, a serem avaliadas, à semelhança do que fizemos noutros momentos, no âmbito do POSEI, no âmbito das negociações que também foram muito bem-sucedidas do PRO-RURAL e que deram origem ao nosso atual Programa de Desenvolvimento Rural, o PRO-RURAL +.

Portanto, utilizando esse método, utilizando essa atuação, auscultando também as preposituras dos vários intervenientes, corre este processo.

Terminará no dia 21 julho...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Pergunte ao Jorge Rita!

O Orador: ... e naturalmente que esta proposta pode também ser considerada, mas não deve ser a única.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de participar também neste debate exatamente no ponto em que ele está, ou seja, após a intervenção do Sr. Secretário Regional da Agricultura, e antes disso também a intervenção do Sr. Deputado Duarte Moreira.

Começaria por dizer o seguinte:

Não há dúvida nenhuma que a conjuntura negativa, a chamada crise do setor do leite que nós vivemos, é uma conjuntura externa, mas há uma coisa, Sras. e Srs. Deputados e Sr. Secretário Regional, quem a paga são os nossos produtores.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É interna!

A Oradora: A conjunta é externa, mas quem está a pagar todos os dias são exatamente os nossos produtores e pagam-na tal como todas as crises são pagas, uns pagam mais, outros pagam menos, porque as crises e as conjunturas negativas não são pagas por todos da mesma maneira.

Então, neste caso concreto, quem produz mais leite, tem mais apoios; quem produz menos leite tem menos apoios.

Uma leitura possível que entronca no nosso debate de ontem: onde é que está a motivação, onde é que está o estímulo, onde é que está o apelo “produzam”? Porque quanto mais produzirem, mais apoios têm.

Mas agora com a tal da conjuntura surgiu um problema: produzam, produzam, porque têm mais apoios. Mas agora os nossos produtores chegam à fábrica e são multados porque produzem (não é?): É isso que acontece.

Produzam! Produzam! Porque quanto mais produzirem mais recebem!

Agora, produziram de mais, são multados porque produziram de mais.

Vamos lá ver se nos entendemos:

Quando o Sr. Secretário Regional diz: isto está tudo a ser muito bem ponderado! Nós estamos a fazer negociações, enfim, diversas, e lá para julho havemos de ter uma solução!

Sr. Secretário Regional, eu já lhe disse isto ontem, mas vai permitir-me que o diga outra vez: esse trabalho devia estar feito há anos, ...

Deputado António Toste (PS): Há tantos anos!

A Oradora: ... porque há anos que os apoios não deveriam ser só e exclusivamente direcionados para a quantidade, mas serem também direcionados para a qualidade. Foi o nosso debate ontem, aqui!

Deputado Duarte Moreira (PS): Temos o único Programa na Região, Sra. Deputada!

A Oradora: Portanto, quando o Sr. Secretário diz, e disse em sede de Comissão (e vou ler) que “preconizava um desligamento da produção que já tinha sido implementada noutros locais, mas nos Açores nunca tinha sido aceite por ser

um convite à não produção”, Sr. Secretário Regional, nos Açores é que deveria ter sido implementada, se calhar, antes dos outros locais, não para ser um apelo à não produção,...

Deputado Duarte Moreira (PS): Claro!

A Oradora: ... mas para ser um apelo a uma produção sustentada na qualidade.

Deputado Duarte Moreira (PS): Não sabe o que está a dizer!

A Oradora: Sr. Deputado, pode enervar-se muito, mas eu sei o que estou a dizer,...

Deputado Berto Messias (PS): Não sabe nada!

A Oradora: ... porque estou a dizer aquilo que os agricultores dizem também.

Deputado Berto Messias (PS): PRO-RURAL +!

A Oradora: Outra coisa, Sr. Secretário Regional:

“Existem outras possibilidades”, diz o senhor nesta Casa.

Deputado Artur Lima (CDSPP): É preciso que diga quais são!

A Oradora: Obviamente nenhuma delas será aquela que o CDS aqui propõe,...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Olhe que não sei!

A Oradora: ... porque o senhor já a rejeitou.

Eu convidava o Sr. Secretário Regional a dar conta a esta câmara de algumas dessas possibilidades,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! Muito bem!

A Oradora: ... para ajudar a perceber em que ponto é que a proposta do CDS está desviada da realidade concreta que se vive.

Onde é que o Sr. Secretário tem um conhecimento, ou através de que outras possibilidades tem um conhecimento mais alargado da situação, que o leva a dizer que a parte resolutiva da proposta do CDS não é a melhor. Fale connosco, Sr. Secretário.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais são as alternativas?

A Oradora: Conte!... Quais são as alternativas? Quais são as possibilidades? O que é que o senhor vai fazer? Já não digo para os próximos 10 anos, como lhe

perguntei ontem e o senhor limitou-se a responder que tinha muita esperança no futuro, mas já agora para termos todos esperança no futuro...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas veio a debate!

A Oradora: ... dê-nos uma ideia de como é que essa esperança e esse futuro vai começar a ser concretizado.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, isto é muito simples.

O Sr. Secretário diz que o preâmbulo é muito simples.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Eu não disse isso!

A Oradora: O Sr. Secretário diz que o preâmbulo é claríssimo. Tem dúvidas na parte resolutiva.

Pois eu pergunto-lhe: tem dúvidas?

Se o preâmbulo é muito bom e se não pode aprovar porque tem dúvidas, eu pergunto-lhe quais são as dúvidas, porque na parte resolutiva diz: “o pagamento às ajudas deixa de ser feito à quantidade. O Governo, há três semanas atrás, comprometeu-se com o setor de que os produtores não iam ser penalizados na ajuda.”

Sr. Secretário explique-me como é que quem produz mais e quem produz menos não vai ser penalizado se não desindexar o pagamento à ajuda, se não deixar de ter os pagamentos das ajudas ligados à quantidade? Primeira pergunta.

Depois eu uso os 5%. Já estou a dar-lhe resposta ao seu rateio. Era muito mais fácil para o CDS ser politicamente correto e não penalizar em 5%, mas o CDS

sabe que em 2015, com todos a produzir o máximo que produziam, o rateio foi praticamente de 5% e que o envelope do POSEI não estica.

Portanto, o senhor para poder pagar vai ter que pagar o valor máximo dos 5%. É da maior justiça e da maior honestidade, esta proposta que está aqui.

Em relação aos 20%, que nós dizemos que quem quiser reduzir a produção pode produzir em 20% sem ser penalizado, só quem vai querer isto, Sr. Deputado (e agora a resposta é para si) são os produtores que não têm capacidade de produção, porque os grandes produtores que podem vender à fábrica claro que não reduzir a sua produção em 20%, porque eles queriam era produzir mais.

Eles estão é a ser multados, e muito bem,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... como diz a Sra. Deputada Zuraida Soares, à porta da fábrica para não produzir mais.

Portanto, quem tem boas explorações e eficientes, não vai querer arrear a produção. Eles queriam era produzir mais.

Portanto, só quem vai poder usar, e é completamente facultativo isto, é quem está aflito, é quem está com explorações ineficientes, que estava a produzir mais um bocadinho para ir buscar mais um bocadinho de ajuda.

Deputada Zuraida Soares (BE): E não pagam todos da mesma maneira!

A Oradora: Portanto, a sua resposta, a produção não vai arrear, porque a produção quer produzir mais. Isto é uma medida da mais elementar justiça e que é a única forma que o CDS vê do Governo Regional cumprir com a sua palavra de que os produtores não vão ser penalizados, duplamente penalizados, na ajuda, porque multados na fábrica já estão a ser.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Agora pergunto-lhe, Sr. Secretário:

Se diz publicamente: “não é a única proposta, esta, a do CDS, nem sei se é a melhor”.

Sr. Secretário, se o senhor não sabe quem é que sabe?

E como é que o senhor pode considerar uma proposta de prematura quando a praticamente um mês tem que ter fechada toda a proposta para apresentar em Bruxelas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

A Oradora: A um mês de trabalho o senhor acha que é prematuro analisar propostas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Orador: É por estas e outras que o Governo trabalha sempre em cima do joelho e as coisas dão errado. Por isso é que o setor está como está.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Já agora pergunto-lhe uma coisa:

Mesmo sem ter dito quais são as outras propostas e soluções que estão em cima da Mesa, eu pergunto-lhe com a maior clareza: esta proposta do CDS é incompatível com alguma dessas propostas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Se não é, por que é que não aprova esta e as outras todas que o senhor está a pensar e está a trabalhar? Essa é a pergunta clara. Aprova esta e depois no pacote das alterações que está pensando fazer ao POSEI introduz outras que também achar necessárias.

Portanto, se me dissesse “não posso aprovar esta proposta do CDS porque vai inviabilizar outras alternativas que o Governo está a trabalhar e que prefere”, eu entendia e ficava serenamente à espera um mês para ver qual é a solução que o Governo tem para o setor.

Agora, se nem é incompatível, o que é que o impede de aprovar esta proposta que é da mais elementar justiça e adicionar as suas outras quando for fazer a revisão do POSEI

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Neto Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Permitam-me mais algumas observações àquilo que disse a Sra. Deputada Zuraída Soares e a Sra. Deputada Graça...

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS, do PSD e do CDS-PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Permitam-me alguns esclarecimentos relativamente ao que disse a Sra. Deputada Zuraída Soares e a Sra. Deputada Graça Silveira.

Começando por discordar em absoluta da apreciação que a Sra. Deputada Zuraída Soares faz e permitam-me de uma maneira muito simples e muito rápida historiar um pouco aquilo que é a evolução da produção de leite nos Açores, de alguns anos a esta parte.

Se bem se lembra, há 25, há 30 anos, produzíamos um terço daquilo que produzimos hoje em dia e o crescimento que ocorreu ao longo desse tempo, nas suas várias etapas, teve diferentes motivos.

Em primeira instância, porque era necessário ter uma quantidade suficiente para permitir uma boa negociação com a Comissão Europeia no sentido de se estabelecer uma quota para os Açores que permitisse um crescimento económico que todos nós almejávamos, porque não era com cento e poucos milhões de litros, ou cerca de pouco mais de 200, que conseguíamos ter o

desenvolvimento que tivemos, e se ficássemos limitados nessa altura obviamente que os Açores, hoje em dia, não eram aquilo que são.

O desligamento das produções, adotado por alguns países e no caso do nosso no espaço continental, funciona exatamente ao contrário daquilo que nós pretendíamos e pretendemos, ou seja, pagar as ajudas por aquilo que não se produz, não se criando riqueza, não se criando postos de trabalho,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Qualidade é riqueza!

O Orador: ... não havendo forma de alimentar a indústria que entretanto surgiu.

Portanto, o desligamento que foi sempre contestado pelos diferentes governos ao longo dos anos, e pelos próprios produtores, fez sempre todo o sentido não ser aplicado à Região.

Foi este não desligamento, permita-me dizer assim, que permitiu termos crescimento, que permitiu as ajudas que vieram para a Região, que aliás (e permita-me também repisar e insistir) são ajudas comunitárias que vão para todo o espaço europeu.

Portanto não faz sentido os agricultores dos Açores não terem aquilo que os outros agricultores também têm.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é “não terem”! É direcioná-los!

O Orador: Foi nesta base, com este espírito, com esta intenção que as ajudas foram desenhadas, que os programas foram desenhados ao longo do tempo, tanto para o incremento da produção (é verdade!), como para a melhoria da sua qualidade, porque, permita-me dizer, que produzir mais não significa produzir pior.

Felizmente, nestes anos, os Açores conseguiram evoluir nos dois patamares: aumentar a produção e melhorar a qualidade.

Se a Sra. Deputada tiver o cuidado, que eu sei que certamente terá, de verificar os indicadores da qualidade do leite na nossa Região...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é trabalho seu! É do produtor! Falta ao Governo fazer a sua parte!

O Orador: ... certamente verificará alterações muito positivas nos últimos tempos.

Portanto, não é antagónico melhorar a qualidade e melhorar a produção em simultâneo.

Sra. Deputada Graça Silveira, eu gostaria também de fazer algumas retificações. Primeiro, eu não voto neste Parlamento. Portanto, eu não vou reprovar ou aprovar a proposta que traz à discussão.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Mas é lamentável não usar a sua maioria para aprovar uma coisa que acha boa para a lavoura!

O Orador: O que eu acho que é meu dever é trazer argumentos que permitam que as Sras. e os Srs. Deputados que vão votar o façam em consciência.

Eu também não disse, em momento nenhum, que a proposta que o CDS está a apresentar, e aliás tive oportunidade de referir isto na audição, é incompatível, não presta... Não disse rigorosamente nada disto.

Só disse que há outras soluções, há outras possibilidades que estão em cima da mesa e que, portanto, não faz sentido (refiro novamente) estarmos cingidos apenas a esta solução.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não precisa! Aprova esta e aprova outras!

O Orador: Não! Mas o que está no Projeto de Resolução, pelo menos é a leitura que eu faço, é que, aprovando esta, vincula o Governo a essa solução e não é isso que nós queremos.

Queremos poder discuti-la sim senhor, e estamos aqui para isso, mas poder também apreciar e analisar outras propostas que estão neste momento em cima da Mesa, como por exemplo, e permitam-me dizer de uma forma muito clara, a concessão de direitos à semelhança do que acontece com as vacas aleitantes, que também está em discussão, a redução de períodos de retenção em

determinadas condições, a limitação da produção em determinadas percentagens e com determinados valores de referência, a alteração do valor de prémio para quantidades mais pequenas sendo o prémio reduzido na quantidade não penalizando os agricultores.

Esse é o enfoque que queremos dar à solução final que encontramos.

É, de facto, contribuímos para a regularização do mercado não criando mecanismos que incentivem a produção para além de determinada quantidade, não penalizando os agricultores relativamente às ajudas que estão disponíveis para o Prémio aos Produtores de Leite e para o Prémio à Vaca Leiteira na sua globalidade e no caso particular de cada um.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

Deputada Zuraida Soares (BE): Prescindo. Obrigada!

Presidente: Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, sabe tão bem quanto eu que uma das hipóteses que está a pôr em cima da mesa não tem rigorosamente nada a ver com esta nova situação.

O senhor a partir do momento em que coloca um resgate vai ter que dar possibilidade aos seus produtores de venderem as suas vacas sem ser penalizados. Portanto, está a trabalhar e muito bem para que o período de retenção seja antecipado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Todos nós sabemos isso. Pronto! Isso é uma questão e que não tem rigorosamente nada a ver com esta proposta, como os outros dois exemplos que deu aqui tem.

Portanto, se o senhor achar que esta é uma boa proposta, e o senhor acha, porque o Governo fez uma promessa aos produtores de que eles não iam ser

duplamente penalizados e não existe outra alternativa dos produtores serem duplamente penalizados, porque já pagam uma multa na fábrica porque não podem entregar mais e depois chegam ao momento da ajuda e como produziram menos vão receber menos.

Portanto, não existe outra hipótese de o senhor resolver esta situação sem desindexar o pagamento das ajudas à produção.

Mas eu vou ficar a aguardar para ver uma solução maravilhosa e milagrosa de um mês. Porque se esta proposta, pensada e trabalhada, com um mês de antecedência, é muito prematura, quero ver. Vou ficar a aguardar e vou cobrar-lhe, vou cobrar a si, ao seu Governo e vou lembrar aos produtores, sempre que estiverem a ser penalizados, quem são os responsáveis, quem é que votou a proposta e o Governo que achou que assim estava muitíssimo bem.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sras. e Srs. Deputados, de momento a Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima para uma interpelação, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, dado aqui o caso das dúvidas do Governo e do Partido Comunista Português, a nossa intenção é que sejam (os agricultores, os lavradores) tomadas as medidas justas de ajuda a quem precisa.

O Governo e o Partido Socialista não querem. Dizem que a proposta tem aspetos que precisam de ser melhorados.

Nesse sentido, Sra. Presidente, tem aí um requerimento de baixa à Comissão que eu gostaria que fosse votado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa acaba de receber um requerimento de baixa à Comissão ao abrigo do artigo 134.º. Conforme estipula o artigo 87.º do Regimento ele deve ser...

Sras. e Srs. Deputados, vamos então passar de imediato à votação deste requerimento de baixa à Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O requerimento de baixa à Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovado o requerimento de baixa à Comissão encerramos assim este ponto da Agenda. Baixará novamente à Comissão de Economia para nova avaliação.

Vamos então dar continuidade...

Sra. Deputada Zuraida Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraida Soares (BE): Para uma interpelação, Sra. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação.

Sras. e Srs. Deputados, o debate ficará para a Comissão de Economia. Agradeço agora um pouco de silêncio para a Sra. Deputada Zuraida Soares fazer a interpelação.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e também considerando o nosso horário vamos interromper então agora os trabalhos. Regressamos amanhã às 10 com a Agenda.

Eram 19 horas e 26 minutos.

Deputado que entrou durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

